

DIAGNÓSTICO E PROPOSTA DE TRANSFORMAÇÃO DO *CAMPUS* DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR

Reconfiguração acadêmica e institucional do *campus* como Centro Integrado da Fronteira Sul



**Santa Vitória do Palmar
2026**

COMISSÃO PARA ESTUDO SOBRE O CAMPUS DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR – SVP

Coordenação Geral

Simone Grohs Freire

Membros da Comissão

Débora Medeiros do Amaral

Fernando Comiran

Lígia Dalchiavon

Helena Beatriz Mascarenhas de Souza

Daniel Rei Coronato

Ricardo Aguirre Leal

Lívia Madeira Triaca

Ali Machado

Carlos Henrique Cardona Nery

Hemerson Luiz Pase

Bruna Morante Lacerda Martins

Cristiano Ruiz Engelke

Elisa Girotti Celmer

Audrei Fernandes Cadaval

Laís Vargas Ramm

Alice Islabão Lopes

Marilda Aguiar Dias de Oliveira

Maria Eduarda Santos Guedes

Wanderson Antunes Rocha

Gilson da Silva Cordeiro

Milena Larroza de Moura

Maria do Carmo Brandão Schwab

Lucielen Oliveira dos Santos

Colaboradores convidados

Felipe Franz Wienke

Rafael Mesquita Pereira

Ricardo Saraiva Frio

Igor Luan Olione de Oliveira

Patrícia de Faria Ferreira

In memoriam

Wellington Freire Machado

Comissão instituída no âmbito do Processo SEI nº 23116.010192/2025-27, com composição formalizada e posteriormente alterada pelas Portarias nº 2250/2025, nº 2534/2025, nº 2920/2025 e nº 226/2026.

SÍNTESE EXECUTIVA

Este relatório apresenta diagnóstico técnico e proposta institucional de transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. A análise parte da constatação de que o modelo atualmente predominante no *campus*, organizado em torno de cinco cursos presenciais de graduação, Turismo, Hotelaria, Tecnologia em Eventos, Relações Internacionais e Comércio Exterior, apresenta baixa ocupação persistente, retração da base discente e limites objetivos de sustentabilidade acadêmica, demográfica e institucional.

A proposta não trata do fechamento do *campus*. Ao contrário, tem como premissa central a preservação da presença da FURG em Santa Vitória do Palmar, mediante reconfiguração de sua finalidade, de sua forma de atuação e de sua identidade institucional. A transformação proposta busca assegurar que a Universidade permaneça no território de forma pública, ativa, qualificada e socialmente relevante, superando a manutenção inercial de um modelo de oferta presencial que deixou de responder adequadamente às condições atuais.

O *campus* de Santa Vitória do Palmar foi implantado no contexto da expansão e interiorização da universidade pública federal, com cursos vinculados à condição fronteiriça, turística, cultural, econômica e territorial da região. Essa trajetória constitui patrimônio institucional importante e deve ser preservada em sua dimensão histórica e simbólica. Contudo, os dados analisados indicam redução expressiva do número de estudantes, baixa ocupação das vagas ofertadas e dificuldade de recomposição das turmas, mesmo após estratégias de ingresso, divulgação e preenchimento de vagas remanescentes.

Entre 2021/1 e 2026/1, o número de estudantes matriculados no *campus* passou de 459 para 128, o que representa queda de 72,1%. Em 2026/1, quatro dos cinco cursos possuíam 30 ou menos estudantes ativos. A ocupação das vagas em 2025, última entrada antes da suspensão de oferta do ano de 2026, também permaneceu baixa: Turismo registrou 7 ingressantes; Hotelaria, 4; Tecnologia em Eventos, 1; Relações Internacionais, 20; e Comércio Exterior, 17. O total de ingressantes em 2025 foi de 49 estudantes para uma estrutura autorizada de 210 vagas anuais.

O diagnóstico demonstra que o problema não é episódico nem restrito a um único curso. Trata-se de quadro estrutural, relacionado à baixa demanda regional para cinco cursos presenciais simultâneos, à limitada base demográfica de Santa Vitória do Palmar e Chuí, às transformações nacionais na educação superior, à expansão da educação mediada por tecnologias, à evasão e à dificuldade de permanência estudantil.

Diante desse cenário, a manutenção indefinida do modelo atual implicaria risco de baixa efetividade pública, subutilização da infraestrutura, fragilização acadêmica dos cursos e uso pouco racional dos recursos institucionais. Por outro lado, a simples descontinuidade das ofertas presenciais, sem nova proposta para o *campus*, produziria risco de esvaziamento territorial e simbólico da presença da FURG. Por isso, a alternativa recomendada é a transformação planejada do *campus*.

A proposta central é a criação do Centro Integrado da Fronteira Sul, como nova identidade acadêmica, territorial e institucional do *campus* de Santa Vitória do Palmar. O Centro Integrado da Fronteira Sul deverá funcionar como espaço universitário integrado de fronteira, articulando formação continuada, Universidade Aberta do Brasil – UAB, cursos presenciais de graduação de oferta única, ofertas mediadas por tecnologias, extensão, cultura, pesquisa aplicada, inovação,

cooperação transfronteiriça, educação básica, ações com agentes públicos e uso qualificado da infraestrutura existente.

A criação do Centro Integrado da Fronteira Sul não deve ser compreendida como mera alteração nominal do *campus*. Trata-se de nova concepção institucional para a presença da FURG no território. O *campus* deixa de estar centrado quase exclusivamente na abertura anual de turmas presenciais de graduação com baixa ocupação e passa a atuar como centro universitário de fronteira, com ações diversificadas, maior flexibilidade formativa, articulação territorial e capacidade de atender públicos distintos.

A transformação deverá ocorrer de forma gradual, planejada e monitorada. A primeira condição é a garantia integral de conclusão dos estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais. Nenhum estudante deverá ser prejudicado pela reconfiguração institucional. A PROGRAD solicitou formalmente às Unidades Acadêmicas a elaboração dos planos de transição, os quais foram encaminhados por FADIR, ICEAC e ICHI e passam a constituir a base operacional do acompanhamento acadêmico da transição.

Os documentos encaminhados pelas Unidades Acadêmicas indicam horizontes de transição até 2028/2 para Hotelaria e Relações Internacionais, e até 2029/2 para Comércio Exterior. O planejamento de Turismo consta na manifestação encaminhada pelo ICHI. O Curso Superior de Tecnologia em Eventos será extinto, sem previsão de abertura equivalente em outro *campus*, devendo ser assegurada apenas a conclusão dos estudantes regularmente matriculados, com complementação formal das informações necessárias ao acompanhamento acadêmico da extinção, especialmente quanto aos componentes remanescentes, últimas ofertas, situação acadêmica agregada, atividades práticas, extensão e planejamento docente.

A permanência estudantil deve ser tratada como dimensão específica da transição. A garantia formal de oferta curricular não é suficiente. Será necessário acompanhamento individualizado dos estudantes remanescentes, com atenção a riscos de evasão, retenção, jubilamento, vulnerabilidade socioeconômica, dificuldades de acesso, estágios, TCCs e atividades complementares. A atuação articulada entre PROGRAD, PRAE, coordenações de curso, Unidades Acadêmicas e Direção do *campus* de Santa Vitória do Palmar será indispensável.

A situação dos servidores também constitui elemento central da proposta. A transformação deverá observar a premissa de manutenção dos servidores que desejarem permanecer no *campus de Santa Vitória do Palmar*, compatibilizando essa diretriz com a transição dos cursos, eventuais ofertas no *campus* de Rio Grande, atuação híbrida e novas atribuições vinculadas ao Centro Integrado da Fronteira Sul. Para isso, recomenda-se levantamento da força de trabalho e elaboração de matriz de atribuições, permanência, remoção, atuação híbrida e necessidades de formação.

A infraestrutura física e tecnológica do *campus* deverá ser preservada e utilizada de forma qualificada. Salas, laboratórios, biblioteca, espaços administrativos, áreas de convivência, equipamentos, conectividade e ambientes digitais deverão atender simultaneamente à conclusão dos cursos em transição e à implantação progressiva do Centro Integrado da Fronteira Sul. A proposta busca evitar a ociosidade do patrimônio público e ampliar sua efetividade acadêmica, social e territorial.

A transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar deve ser assumida como ação institucional da FURG. Não se trata de responsabilidade exclusiva da PROGRAD, das Unidades Acadêmicas ou da Direção do *campus*. A proposta exige coordenação da Reitoria e corresponsabilidade da PROGRAD,

PRAE, PROEXC, PROPESP, PROITI, PROPLAD, PROGEP, PROINFRA, Unidades Acadêmicas, Direção do *campus* de Santa Vitória do Palmar, servidores e estudantes.

A comunicação institucional será decisiva. A FURG deverá comunicar de forma clara, reiterada e acessível que a transformação não significa fechamento do *campus*. Será necessário apresentar o diagnóstico, explicar a transição dos cursos, assegurar publicamente a conclusão dos estudantes, explicitar a nova identidade do Centro Integrado da Fronteira Sul e divulgar ações concretas que demonstrem a permanência qualificada da Universidade no território.

Conclui-se que a transformação planejada do *campus* de Santa Vitória do Palmar é a alternativa institucionalmente mais adequada. Ela permite enfrentar a baixa ocupação persistente dos cursos presenciais, preservar o compromisso da FURG com os estudantes e servidores, qualificar o uso da infraestrutura pública, fortalecer a atuação territorial da Universidade e construir nova identidade institucional para sua presença na Fronteira Sul.

Síntese executiva da proposta de transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar.

Dimensão	Diagnóstico	Proposta/encaminhamento
Situação acadêmica	Baixa ocupação persistente dos cinco cursos presenciais de graduação e retração expressiva da base discente.	Descontinuidade progressiva e planejada das ofertas presenciais em Santa Vitória do Palmar, com garantia integral de conclusão dos estudantes.
Presença institucional	A baixa ocupação não justifica fechamento do <i>campus</i> , mas exige reconfiguração de sua finalidade.	Preservar a presença física e institucional da FURG em Santa Vitória do Palmar.
Nova identidade do <i>campus</i>	O modelo centrado quase exclusivamente em cursos presenciais perdeu sustentabilidade.	Criar o Centro Integrado da Fronteira Sul.
Estudantes remanescentes	Há estudantes regularmente matriculados com direito à integralização curricular.	Consolidar planos de transição por curso, com últimas ofertas, acompanhamento e monitoramento semestral.
Permanência estudantil	A transição pode ampliar riscos de evasão, retenção e insegurança acadêmica.	Atuar de forma articulada entre PROGRAD, PRAE, coordenações de curso, Unidades Acadêmicas e Direção do <i>campus</i> de Santa Vitória do Palmar.
Servidores	A transformação afeta docentes, TAEs e técnicos de laboratório vinculados ao <i>campus</i> .	Planejar permanência, remoção, atuação híbrida e novas atribuições vinculadas ao Centro Integrado da Fronteira Sul.
Infraestrutura	O <i>campus</i> possui patrimônio público que não deve ser ocioso ou subutilizado.	Elaborar diagnóstico físico e tecnológico e plano de uso qualificado dos espaços.
Centro Integrado da Fronteira Sul	O <i>campus</i> necessita de nova concepção acadêmica, territorial e institucional.	Articular formação continuada, UAB, cursos presenciais de graduação de oferta única, ofertas mediadas por tecnologias, extensão, cultura, pesquisa aplicada, inovação, educação básica e cooperação transfronteiriça.
Governança	A transformação envolve múltiplas áreas e riscos institucionais.	Organizar acompanhamento institucional por indicadores, relatórios periódicos e prestação de contas.

Comunicação	Há risco de interpretação pública da proposta como fechamento do <i>campus</i> .	Elaborar plano de comunicação, escuta territorial, página institucional, reuniões e divulgação das ações do Centro Integrado da Fronteira Sul.
Resultado esperado	Permanência qualificada da FURG na Fronteira Sul.	Reconfigurar o <i>campus</i> de Santa Vitória do Palmar como espaço universitário integrado, ativo, sustentável e socialmente relevante.

Fonte: elaboração institucional a partir do diagnóstico, das premissas, dos planos de transição e dos encaminhamentos apresentados neste relatório.

Lista de Figuras, Tabelas e Gráficos

Figura 1	Localização territorial de Santa Vitória do Palmar	15
Figura 2	Território costeiro, lagunar e fronteiriço de Santa Vitória do Palmar	17
Figura 3	Mapa regional de Santa Vitória do Palmar e Chuí, com indicação do <i>campus</i> de FURG/SVP	18
Figura 4	Matrículas na educação básica e evolução das matrículas no ensino médio em Santa Vitória do Palmar – 2015 a 2025	19
Figura 5	Matrículas na educação básica e evolução das matrículas no ensino médio no Chuí – 2015 a 2025	20
Gráfico 1	Estudantes matriculados no <i>campus</i> de Santa Vitória do Palmar – total e por cursos	29
Gráfico 2	Estudantes matriculados por curso (1º semestre)	31
Gráfico 3	Estudantes matriculados no campus Santa Vitória do Palmar – por cursos	32
Gráfico 4	Série histórica de ingressantes, matriculados e formados no Bacharelado em Turismo	34
Gráfico 5	Série histórica de ingressantes, matriculados e formados no Bacharelado em Hotelaria	35
Gráfico 6	Série histórica de ingressantes, matriculados e formados no Curso Superior de Tecnologia em Eventos	35
Gráfico 7	Série histórica de ingressantes, matriculados e formados no Bacharelado em Relações Internacionais	36
Gráfico 8	Série histórica de ingressantes, matriculados e formados no Bacharelado em Comércio Exterior	37
Tabela 1	Média de alunos por turma no ensino médio em Santa Vitória do Palmar e Chuí – 2025	19
Tabela 2	Vagas autorizadas dos cursos presenciais do <i>campus</i> de Santa Vitória do Palmar	26
Tabela 3	Síntese das fases históricas do <i>campus</i> de Santa Vitória do Palmar	27
Tabela 4	Vagas autorizadas e ingressos em 2025	33
Tabela 5	Quantidade e percentual de ingresso de alunos por sistema de ingresso na universidade (SISU, PSP ou Outro)	36
Tabela 6	Percentual de abandono de alunos por sistema de ingresso na universidade (SISU, PSP ou Outro)	37

Tabela 7	Relação entre estudantes ativos e docentes no <i>campus</i> de Santa Vitória do Palmar	39
Tabela 8	Estratégias já adotadas e limites observados	41
Tabela 9	Relação entre achados de governança e implicações para o <i>campus</i> de Santa Vitória do Palmar	49
Tabela 10	Fundamentos e princípios orientadores da transformação	56
Tabela 11	Síntese dos planos de transição encaminhados pelas Unidades Acadêmicas	74
Tabela 12	Eixos de atuação do Centro Integrado da Fronteira Sul	80
Tabela 13	Condições de implementação da transformação	82
Tabela 14	Cronograma preliminar de implementação	83
Tabela 15	Indicadores de acompanhamento institucional	83
Tabela 16	Matriz de riscos e medidas de mitigação	86
Tabela 17	Encaminhamentos recomendados	88
Tabela 18	Síntese conclusiva da proposta	90

SUMÁRIO

SÍNTESE EXECUTIVA 1

Lista de Figuras, Tabelas e Gráficos 6

SUMÁRIO 8

1. APRESENTAÇÃO, OBJETO E PREMISSAS DO RELATÓRIO 11

1.1. Constituição da Comissão e finalidade do relatório 11

1.2. Premissas institucionais da proposta 12

1.3. Escopo documental, técnico e informacional 13

1.4. Natureza da proposta de transformação 14

2. SANTA VITÓRIA DO PALMAR, A FURG E O TERRITÓRIO 15

2.1. Localização geográfica e condição fronteiriça do município 15

2.2. Santa Vitória do Palmar, Chuí e a região de influência imediata 16

2.3. A educação básica no território: dados do Censo Escolar 2025 18

2.4. Ensino médio, EJA, educação profissional e base potencial de ingresso no ensino superior 21

2.5. A presença da universidade pública em territórios de baixa densidade demográfica 22

3. HISTÓRICO DO CAMPUS DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR E ESTRUTURA AUTORIZADA DE OFERTA 24

3.1. Presença da FURG no território antes da instalação física do campus 24

3.2. Implantação do campus no contexto do REUNI 24

3.3. Estrutura autorizada de oferta: vagas autorizadas, vagas ofertadas e vagas ocupadas 25

3.4. Síntese histórica: implantação, expansão e necessidade de reconfiguração 27

4. DIAGNÓSTICO TÉCNICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO CAMPUS 29

4.1. Evolução das matrículas no campus de Santa Vitória do Palmar 29

4.2. Retração discente por curso 30

4.3. Baixo ingresso, baixa ocupação das vagas ofertadas e série histórica por curso 32

4.4. Relação entre estudantes ativos, cursos e força de trabalho docente 40

4.5. Limites das estratégias já adotadas para recomposição do ingresso 40

4.6. Contexto nacional da educação superior: retração da presencialidade, expansão da EaD e novas formas de demanda 41

4.7. Síntese diagnóstica: natureza estrutural, multicausal e institucional do problema 42

5. RESPONSABILIDADE PÚBLICA, EFICIÊNCIA E GOVERNANÇA ACADÊMICA DA OFERTA 43

5.1. A universidade federal como instituição pública financiada por recursos públicos 43

5.2. Educação superior como bem público e função estratégica das universidades federais 43

5.3. Autonomia universitária, responsabilidade institucional e princípios da administração pública 44

5.4. Auditoria do TCU sobre não ocupação de vagas novas na graduação das universidades federais	45
5.5. Baixa ocupação de vagas, eficiência administrativa e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos	45
5.6. Estudos de viabilidade, demanda regional/local, infraestrutura, pessoal e compatibilidade com o PDI	46
5.7. Implicações da auditoria do TCU para a proposta de transformação do campus de Santa Vitória do Palmar	47
5.8. Transformação institucional como resposta responsável: preservação da presença pública, reconfiguração da oferta e sustentabilidade acadêmica	48
6. FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA TRANSFORMAÇÃO	50
6.1. Preservação da presença da FURG em Santa Vitória do Palmar	50
6.2. Não fechamento do campus	50
6.3. Garantia de conclusão dos estudantes regularmente matriculados	51
6.4. Respeito à situação funcional dos servidores	51
6.5. Responsabilidade acadêmica, administrativa e orçamentária	52
6.6. Adequação da oferta à demanda regional real	53
6.7. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão, cultura, inovação e tecnologia	53
6.8. Fronteira Sul como eixo estratégico da nova configuração institucional	54
6.9. Transparência, escuta territorial e acompanhamento institucional	55
7. GOVERNANÇA INSTITUCIONAL E CORRESPONSABILIDADES DA TRANSFORMAÇÃO	57
7.1. A transformação do campus de Santa Vitória do Palmar como ação institucional da FURG	57
7.2. Coordenação política e institucional da Reitoria	57
7.3. PROGRAD: transição acadêmica, integralização curricular e novas ofertas de graduação	58
7.4. PRAE: acompanhamento dos estudantes remanescentes, permanência e atenção às vulnerabilidades estudantis	59
7.5. PROEXC: extensão, cultura, relação comunitária e articulação territorial	60
7.6. PROPESP: pesquisa, pós-graduação e produção de conhecimento territorializada	60
7.7. PROITI: inovação, tecnologia da informação, ambientes digitais, suporte à UAB, transferência de tecnologia e conectividade institucional	61
7.8. PROPLAD: planejamento, orçamento, indicadores, sustentabilidade administrativa e apoio à tomada de decisão	63
7.9. PROGEP: gestão de pessoas, movimentação de servidores, dimensionamento da força de trabalho e apoio às novas formas de atuação no campus	64
7.10. PROINFRA: manutenção predial, infraestrutura física, acessibilidade, uso dos espaços e preservação do patrimônio público	64
7.11. Unidades Acadêmicas: responsabilidade pelos cursos, planos de integralização, docentes e componentes curriculares	65

7.12. Direção do campus de Santa Vitória do Palmar e articulação local 66

7.13. Acompanhamento institucional por indicadores, monitoramento e prestação de contas 66

8. PLANO DE TRANSIÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO 68

8.1. Origem e escopo dos planos de transição encaminhados pelas Unidades Acadêmicas 68

8.2. Diretrizes comuns da transição acadêmica 68

8.3. Plano de transição do Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI 69

8.3.1. Bacharelado em Hotelaria 69

8.3.2. Bacharelado em Turismo 70

8.3.3. Curso Superior de Tecnologia em Eventos 71

8.4. Plano de transição da Faculdade de Direito – FADIR: Bacharelado em Relações Internacionais 72

8.5. Plano de transição do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – ICEAC: Bacharelado em Comércio Exterior 73

8.6. Dependências interunidades e acompanhamento semestral 75

8.7. Relação entre transição acadêmica, campus de Rio Grande e novas formas de oferta 76

8.8. Proteção de dados acadêmicos individualizados 76

9. PROPOSTA DE RECONFIGURAÇÃO DO CAMPUS: Centro Integrado da Fronteira Sul 77

9.1. Natureza e finalidade do Centro Integrado da Fronteira Sul 77

9.2. Universidade Aberta do Brasil, cursos presenciais de graduação de oferta única e ofertas mediadas por tecnologias 77

9.3. Formação continuada e capacitação 78

9.4. Extensão, cultura e relação territorial 78

9.5. Pesquisa aplicada, observatórios e produção de conhecimento 79

9.6. Inovação, tecnologia e cooperação territorial 79

9.7. Pós-graduação, especializações e ofertas futuras 79

9.8. Uso acadêmico, social e institucional dos espaços 80

10. CONDIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO: SERVIDORES, INFRAESTRUTURA, TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE 81

10.1. Servidores e força de trabalho 81

10.2. Infraestrutura física e preservação do patrimônio público 81

10.3. Tecnologia, conectividade e ambientes digitais 81

10.4. Sustentabilidade administrativa e orçamentária 82

11. CRONOGRAMA E ACOMPANHAMENTO INSTITUCIONAL 83

11.1. Cronograma preliminar 2026–2030 83

11.2. Indicadores de acompanhamento institucional 83

11.3. Acompanhamento das ofertas UAB, dos cursos presenciais de graduação de oferta única e das demais novas ofertas 84

11.4. Relatórios periódicos e prestação de contas 85

12. RISCOS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO 86

12.1. Matriz de riscos da transição e da implantação 86

12.2. Comunicação, transparência e mitigação de riscos institucionais 87

13. ENCAMINHAMENTOS RECOMENDADOS 88

14. CONCLUSÃO 90

1. APRESENTAÇÃO, OBJETO E PREMISSAS DO RELATÓRIO

1.1. Constituição da Comissão e finalidade do relatório

Este relatório apresenta o diagnóstico institucional, acadêmico, territorial e administrativo relativo ao *campus* de Santa Vitória do Palmar da Universidade Federal do Rio Grande – FURG e organiza proposta de transformação de sua forma de atuação no território. Sua elaboração decorre do trabalho da Comissão para estudo do *campus* de Santa Vitória do Palmar – SVP, instituída pela Portaria GAB/FURG nº 121, de 4 de julho de 2025, no âmbito do Processo SEI nº 23116.010192/2025-27.

A constituição da Comissão foi precedida de articulação institucional conduzida pela Reitoria. O Memorando nº 86/2025/GAB/FURG, de 23 de junho de 2025, encaminhado à Faculdade de Direito – FADIR, ao Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – ICEAC, ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI e ao Instituto de Letras e Artes – ILA, informou que, conforme alinhado com servidores e estudantes do *campus* de Santa Vitória do Palmar, seria instituída comissão para discutir e propor encaminhamentos sobre o futuro do referido *campus*. O documento solicitou às Unidades Acadêmicas a indicação de representantes e registrou que os coordenadores dos cursos ofertados no *campus* de Santa Vitória do Palmar participariam como membros natos da Comissão.

Na sequência, o Memorando nº 94/2025/GAB/FURG solicitou a indicação de representantes da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD e da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEXC, reforçando que a Comissão teria por finalidade discutir e propor encaminhamentos sobre o futuro do *campus* de Santa Vitória do Palmar.

A Portaria GAB/FURG nº 121/2025 instituiu formalmente a Comissão e estabeleceu sua competência: considerar os dados acerca dos cursos e do *campus*, propor alternativas relativas à oferta dos cursos na Universidade e propor alternativas de atividades e finalidade para o *campus* de Santa Vitória do Palmar. A mesma Portaria definiu premissas obrigatórias para o trabalho da Comissão, dentre as quais se destacam: a transformação das atividades da FURG no atual *campus* sem considerar seu fechamento; a manutenção dos servidores que desejarem permanecer no *campus* de Santa Vitória do Palmar; a garantia de integralidade da oferta dos cursos para os estudantes matriculados; a necessidade de Plano de Transição para toda e qualquer mudança de lotação dos cursos ou de perfil e natureza do *campus*; a inexistência de previsão de novos investimentos financeiros ou acréscimo no quadro de pessoal; a indicação do *campus* de Rio Grande como destino em caso de alteração do local de oferta dos cursos; a construção de proposta articulada entre as diferentes partes, sem ações isoladas; e a necessidade de que a transformação seja pautada por uma ideia, concepção e identidade para o novo espaço.

A composição da Comissão foi formalizada pela Portaria nº 2250/2025, posteriormente alterada por portarias subsequentes, contemplando representação da PROGRAD, da PROEXC, da Direção do *campus* de Santa Vitória do Palmar, das Unidades Acadêmicas envolvidas, das coordenações dos cursos, dos servidores técnico-administrativos em educação, dos técnicos de laboratório e dos estudantes dos cursos presenciais ofertados em Santa Vitória do Palmar. Essa composição evidencia que o processo foi concebido como discussão institucional ampla, envolvendo gestão central, unidades acadêmicas, direção local, servidores e representação discente.

A finalidade deste relatório é consolidar os elementos produzidos no âmbito da Comissão, sistematizar os dados disponíveis, analisar os limites do modelo atualmente vigente e apresentar proposta de transformação institucional do *campus* de Santa Vitória do Palmar. O relatório tem, portanto, natureza técnico-institucional e visa subsidiar a tomada de decisão da Reitoria e das instâncias competentes da FURG quanto ao futuro do *campus*, considerando simultaneamente a preservação da presença da Universidade no território, a garantia dos direitos acadêmicos dos estudantes, a situação funcional dos servidores, a responsabilidade pública na aplicação dos recursos institucionais e a necessidade de construção de uma nova configuração acadêmica e territorial.

1.2. Premissas institucionais da proposta

A proposta apresentada neste relatório está estruturada sobre premissas institucionais expressamente definidas no processo de constituição da Comissão e reafirmadas ao longo dos trabalhos.

A primeira premissa é a de que não se cogita o fechamento do *campus* de Santa Vitória do Palmar. A transformação proposta não significa retirada da FURG do território, mas redefinição de sua forma de atuação. A presença física, acadêmica e institucional da Universidade no município deve ser preservada, com nova configuração compatível com a realidade territorial, educacional, demográfica, tecnológica e administrativa identificada.

A segunda premissa é a garantia integral de conclusão dos cursos pelos estudantes já matriculados. Nenhum estudante regularmente vinculado aos cursos presenciais ofertados no *campus* de Santa Vitória do Palmar poderá ter sua trajetória acadêmica interrompida em razão da transformação institucional proposta. A descontinuidade progressiva da oferta deverá ser acompanhada de planos de integralização, definição de componentes curriculares remanescentes, cronogramas de últimas ofertas, acompanhamento acadêmico e articulação entre as Unidades Acadêmicas responsáveis.

A terceira premissa é o respeito à situação funcional dos servidores lotados ou em atuação no *campus* de Santa Vitória do Palmar. A transformação deverá considerar a permanência dos servidores que assim desejarem, as necessidades institucionais da FURG, a organização da força de trabalho, as possibilidades de atuação no novo modelo e, quando for o caso, a transição gradual de atividades para outros *campi*, observadas as normas internas e os direitos funcionais.

A quarta premissa é a necessidade de Plano de Transição para toda e qualquer mudança de lotação dos cursos ou de perfil e natureza do *campus*. A transformação não pode ocorrer por ações isoladas, fragmentadas ou dissociadas entre si. Deve ser conduzida por meio de planejamento institucional, com definição de responsabilidades, cronograma, indicadores, medidas de mitigação de riscos e mecanismos de acompanhamento.

A quinta premissa é a ausência de previsão de novos investimentos financeiros ou acréscimo no quadro de pessoal. Essa condição exige que a proposta combine responsabilidade pública, racionalidade administrativa, sustentabilidade institucional, preservação de direitos e capacidade real de implementação.

A sexta premissa é a definição de que, em caso de alteração do local de oferta dos cursos, o *campus* de Rio Grande deverá ser considerado como destino institucional, por ser o *campus* mais próximo de Santa Vitória do Palmar e por possuir a estrutura mais adequada para uma mudança dessa relevância, conforme definido na Portaria GAB/FURG nº 121/2025.

A sétima premissa é que a proposta de transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar deve contemplar o todo, por meio de projeto articulado entre as diferentes partes, sem ações isoladas. Essa diretriz impede que a discussão seja reduzida à simples realocação de cursos ou à reorganização administrativa de servidores. A transformação deve integrar cursos, estudantes, servidores, infraestrutura, tecnologia, extensão, cultura, pesquisa, inovação, formação continuada, UAB, relações territoriais e identidade institucional.

A oitava premissa é a necessidade de que a proposta seja pautada por uma ideia, concepção e identidade para o novo espaço. Isso significa que a transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar deve produzir uma nova configuração institucional inteligível, planejada e comunicável, capaz de expressar a permanência qualificada da FURG em Santa Vitória do Palmar e de orientar sua atuação futura na Fronteira Sul.

1.3. Escopo documental, técnico e informacional

A elaboração deste relatório considera um conjunto amplo de informações, documentos e evidências.

Foram considerados, inicialmente, os documentos que integram o Processo SEI nº 23116.010192/2025-27, especialmente os memorandos de instauração e composição da Comissão, a Portaria GAB/FURG nº 121/2025, as portarias de designação e alteração de membros, os ofícios de convocação, as atas de reunião e os registros administrativos relacionados aos trabalhos da Comissão.

Foram considerados, ainda, dados sobre matrículas, ingressos, ocupação de vagas, relação estudantes/docentes, base demográfica direta e proposta de reconfiguração do *campus* como Centro Integrado da Fronteira Sul. Esses dados registram achados relevantes, como a redução do número de estudantes matriculados de 468 em 2021/1 para 128 em 2026/1, a existência de quatro cursos com 30 ou menos estudantes ativos em 2026/1, a baixa ocupação das vagas em 2025 e a necessidade de recomposição da presença institucional da FURG na Fronteira Sul.

Também foram consideradas as manifestações encaminhadas pelas Unidades Acadêmicas em resposta ao Ofício nº 66/2026/PROGRAD/FURG, especialmente os documentos do Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI, da Faculdade de Direito – FADIR e do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – ICEAC. Esses documentos detalham componentes curriculares pendentes, últimas ofertas necessárias, demandas docentes, dependências interunidades, riscos acadêmicos, necessidades de infraestrutura e condições específicas para a integralização curricular dos estudantes remanescentes.

Além dos documentos internos, o relatório considera informações públicas e referenciais externos, especialmente dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, do Censo Escolar, do Censo da Educação Superior, do Cadastro e-MEC, da Universidade Aberta do Brasil – UAB/CAPES e do Tribunal de Contas da União – TCU.

Entre os referenciais externos, destaca-se a auditoria operacional do TCU sobre a não ocupação de vagas novas nos cursos de graduação das universidades federais. Essa referência é pertinente porque situa a situação do *campus* de Santa Vitória do Palmar em um contexto nacional de preocupação com ocupação de vagas, gestão da oferta, processos seletivos, atratividade dos cursos,

estudos de viabilidade, divulgação institucional, modalidades de ensino e responsabilidade pública na utilização da estrutura das universidades federais.

Desse modo, o relatório combina três tipos de evidência: dados internos da FURG, documentos administrativos e acadêmicos produzidos pelas Unidades e pela Comissão, e informações públicas externas capazes de contextualizar a situação do *campus* de Santa Vitória do Palmar no cenário mais amplo da educação superior brasileira.

1.4. Natureza da proposta de transformação

A proposta de transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar deve ser compreendida como medida de governança institucional, e não como simples resposta administrativa à baixa procura por cursos presenciais.

O diagnóstico demonstra que a redução do número de estudantes, o baixo ingresso, a baixa ocupação das vagas e a dificuldade de recomposição das turmas não constituem fenômenos isolados. Esses elementos se articulam a fatores demográficos, geográficos, educacionais, tecnológicos, econômicos e institucionais. Por isso, a resposta da Universidade também precisa ser multidimensional.

A transformação proposta não tem natureza meramente corretiva. Ela busca recompor a presença da FURG em Santa Vitória do Palmar a partir de um modelo mais adequado às condições atuais do território e às finalidades públicas da Universidade. Trata-se de preservar a presença institucional no município, garantir os direitos dos estudantes, respeitar os servidores, qualificar o uso da infraestrutura pública existente e construir novas formas de atuação acadêmica, tecnológica, cultural e social.

A criação do Centro Integrado da Fronteira Sul, nesse contexto, não deve ser entendida apenas como mudança de denominação ou reorganização administrativa. O Centro Integrado da Fronteira Sul deve constituir uma nova forma de presença universitária, orientada por eixos de atuação integrados: educação a distância e mediada por tecnologias; formação continuada; extensão e cultura; pesquisa aplicada; inovação; observatórios territoriais; cooperação transfronteiriça; articulação com a educação básica; apoio a políticas públicas; e uso qualificado dos espaços físicos do *campus*.

A proposta também não elimina a responsabilidade da FURG com os cursos atualmente em funcionamento. Ao contrário, a transição acadêmica dos cursos de graduação é condição indispensável da transformação institucional. Ela deverá ser planejada, documentada, monitorada e acompanhada até a integralização dos estudantes remanescentes, com participação das Unidades Acadêmicas responsáveis e das demais instâncias institucionais envolvidas.

Dessa forma, a transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar não representa fechamento, abandono ou redução da relevância do território para a FURG. Representa a atualização da forma de presença da Universidade em Santa Vitória do Palmar, com base em evidências, responsabilidade pública, preservação de direitos, sustentabilidade institucional e compromisso com a Fronteira Sul.

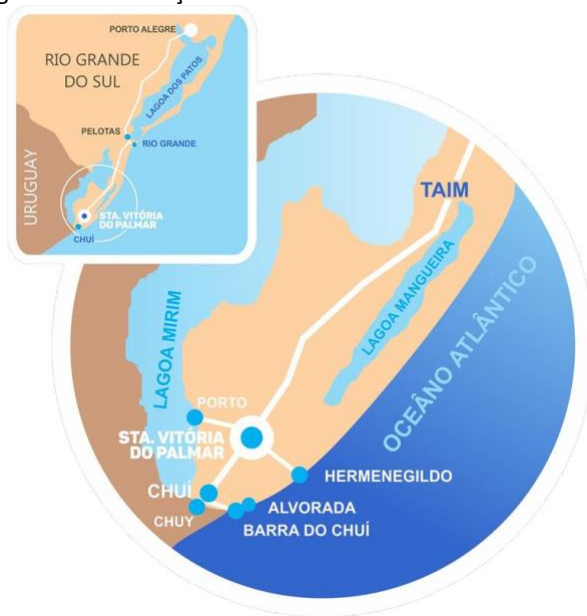
2. SANTA VITÓRIA DO PALMAR, A FURG E O TERRITÓRIO

2.1. Localização geográfica e condição fronteira do município

Santa Vitória do Palmar está localizada no extremo sul do Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, em território de fronteira com o Uruguai. O município faz divisa, ao norte, com Rio Grande; ao sul, com Chuí; a leste, com o Oceano Atlântico; e, a oeste, com a Lagoa Mirim. Essa configuração territorial é marcada pela condição fronteira, pela presença de grandes sistemas lagunares, pela extensa faixa litorânea e pela proximidade com o país vizinho.

A localização de Santa Vitória do Palmar não constitui apenas um dado geográfico. Trata-se de elemento estruturante de sua identidade territorial, de sua dinâmica social e econômica e das possibilidades de atuação da universidade pública no município. O território está situado entre o mar, as lagoas, os campos, os balneários e a fronteira internacional, compondo uma realidade que demanda políticas públicas sensíveis à distância dos grandes centros urbanos, à dispersão populacional, à sazonalidade de fluxos turísticos, à relação com o Uruguai e à especificidade dos ecossistemas costeiros e lagunares.

Figura 1 – Localização territorial de Santa Vitória do Palmar.



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar / IBGE.

Segundo o IBGE, o município possui 5.206,977 km² de área territorial e densidade demográfica de 5,95 habitantes por km², conforme o Censo 2022, e população estimada em 31.965 pessoas para 2025.” A explicitação do ano-base de cada indicador evita que o leitor estranhe a divisão dos números apresentados, que resulta em 6,14 hab./km².

Essa relação entre território amplo e população reduzida é decisiva para a análise da presença universitária em Santa Vitória do Palmar. A baixa densidade demográfica não diminui a relevância institucional do município, mas impõe desafios específicos à oferta de políticas públicas, à organização de serviços, à mobilidade cotidiana, à permanência estudantil, à captação de estudantes e à sustentabilidade de cursos presenciais com entrada anual regular.

O território municipal também apresenta forte singularidade ambiental. A leste, é banhado pelo Oceano Atlântico, com extensa faixa costeira e presença de faróis marítimos. Entre o mar e a BR-471, encontra-se a Lagoa Mangueira, de grande relevância ambiental. A oeste, o município é banhado pela Lagoa Mirim, que faz divisa com o Uruguai. A região abriga ainda parte da Estação Ecológica do Taim, reconhecida como área de grande importância para a biodiversidade e para as aves migratórias.

Além de sua relevância ambiental, Santa Vitória do Palmar possui economia historicamente vinculada à pecuária, à produção de arroz, à dinâmica fronteiriça, ao turismo e, mais recentemente, à geração de energia eólica. A presença de balneários como Hermenegildo e Barra do Chuí, o Porto de Santa Vitória do Palmar, os faróis, os sistemas lagunares e a relação com o Chuí e com o Uruguai compõem um conjunto de potencialidades territoriais que podem orientar novas formas de atuação universitária.

Essa configuração demonstra que a análise do *campus* de Santa Vitória do Palmar não pode restringir-se ao número absoluto de habitantes ou ao desempenho recente dos cursos presenciais. O território apresenta baixa escala demográfica, mas alta relevância estratégica, ambiental, cultural e geopolítica. A proposta de transformação do *campus* deve partir exatamente dessa tensão: há limites objetivos para a manutenção de uma estrutura presencial de graduação organizada em torno de cinco cursos com baixa ocupação, mas há forte justificativa pública para a preservação e qualificação da presença da FURG no território.

2.2. Santa Vitória do Palmar, Chuí e a região de influência imediata

A análise territorial do *campus* de Santa Vitória do Palmar deve considerar não apenas o município-sede, mas também sua relação com Chuí e com a região de fronteira. Chuí é o município brasileiro situado no extremo sul do país e compõe, juntamente com Santa Vitória do Palmar, uma área de influência imediata marcada pela fronteira Brasil–Uruguai, por fluxos comerciais, mobilidade cotidiana, relações familiares, circulação turística e interações culturais transfronteiriças.

Segundo estimativas populacionais do IBGE para 2025, Santa Vitória do Palmar possui 31.965 habitantes e Chuí possui 6.409 habitantes. Somados, os dois municípios alcançam população aproximada de 38.374 habitantes. Esse dado é relevante para a análise da base demográfica direta potencialmente relacionada ao *campus* de Santa Vitória do Palmar. Ainda que a influência territorial da FURG possa ultrapassar os limites municipais, a sustentação contínua de cinco cursos presenciais de graduação depende, em grande medida, da capacidade de atrair estudantes em uma região de baixa densidade populacional e de pequena base demográfica imediata.

Figura 2 – Território costeiro, lagunar e fronteiro de Santa Vitória do Palmar.

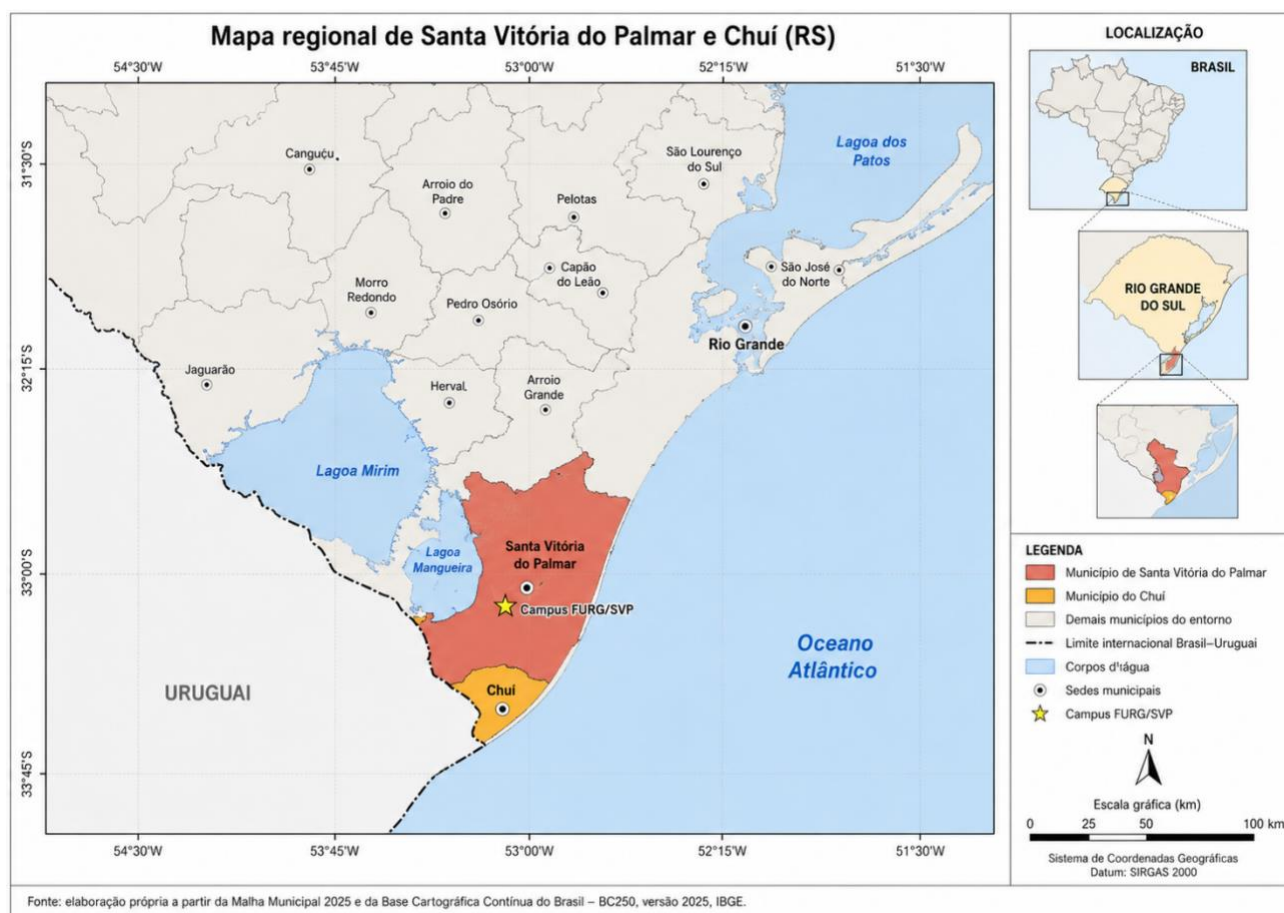


Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar / Setur-RS.

A relação entre Santa Vitória do Palmar e Chuí reforça a necessidade de que a transformação do *campus* seja pensada em perspectiva territorial ampliada. A nova configuração institucional não deve considerar apenas a cidade-sede do *campus*, mas o conjunto da Fronteira Sul, incluindo escolas, agentes públicos, organizações sociais, instituições uruguaias, trabalhadores, comunidades locais, setores produtivos, redes de cultura, turismo, comércio, meio ambiente e políticas públicas.

Nesse sentido, a presença da FURG pode assumir novas formas de atuação mais aderentes à escala populacional e às demandas do território, tais como formação continuada, ações de extensão e cultura, projetos de pesquisa aplicada, cursos mediados por tecnologias, apoio à educação básica, cooperação transfronteiriça, formação de agentes públicos e uso social da infraestrutura universitária. Essa perspectiva desloca o debate de uma pergunta restrita, quantos estudantes ingressam anualmente nos cursos presenciais, para outra institucionalmente mais adequada: *qual forma de presença universitária pública produz maior impacto acadêmico, social e territorial em Santa Vitória do Palmar e na Fronteira Sul?*

Figura 3 – Mapa regional de Santa Vitória do Palmar e Chuí, com indicação do *campus* FURG/SVP.



Fonte: elaboração própria a partir da Malha Municipal 2025 e da Base Cartográfica Contínua do Brasil – BC250, versão 2025, IBGE. Sistema de Coordenadas Geográficas. Datum: SIRGAS 2000. Escala gráfica em quilômetros.

2.3. A educação básica no território: dados do Censo Escolar 2025

A análise da educação básica é indispensável para compreender a base territorial de formação, a demanda potencial por ensino superior e as possibilidades de atuação futura da FURG em Santa Vitória do Palmar. A educação básica constitui tanto a origem de parte dos potenciais estudantes da graduação quanto um campo estratégico para ações de formação continuada, extensão, pesquisa, inovação pedagógica, apoio às redes públicas e desenvolvimento de políticas educacionais territorializadas.

O Censo Escolar 2025, ao tratar do Indicador de Média de Alunos por Turma – ATU, aponta que a média de alunos por turma no ensino médio em Santa Vitória do Palmar, considerando todas as dependências administrativas, é de 18,9 estudantes por turma. Nas séries do ensino médio, a média indicada é de 20,7 estudantes na 1ª série, 18,3 na 2ª série e 17,2 na 3ª série. Na rede pública, a média geral do ensino médio é de 19,2 estudantes por turma; na rede estadual, de 20,1; e na rede privada, de 16,6.

No município do Chuí, também integrante da região de influência imediata do *campus* de Santa Vitória do Palmar, a média de alunos por turma no ensino médio é de 15,3 estudantes, considerando todas as dependências administrativas. Por série, o indicador registra média de 14 estudantes na 1ª

série, 14,3 na 2ª série e 18 na 3ª série. Na rede pública e na rede estadual, a média geral do ensino médio é igualmente de 15,3 estudantes por turma.

Tabela 1 – Média de alunos por turma no ensino médio em Santa Vitória do Palmar e Chuí – 2025.

Indicador	Santa Vitória do Palmar	Chuí
Ensino Médio – Total	18,9	15,3
Ensino Médio – 1ª série	20,7	14,0
Ensino Médio – 2ª série	18,3	14,3
Ensino Médio – 3ª série	17,2	18,0
Ensino Médio – Rede pública	19,2	15,3
Ensino Médio – Rede estadual	20,1	15,3
Ensino Médio – Rede privada	16,6	--

Fonte: INEP/Censo Escolar.

Figura 4 – Matrículas na educação básica e evolução das matrículas no ensino médio em Santa Vitória do Palmar – 2015 a 2025.



Fonte: INEPData/Censo Escolar 2025.

Figura 5 – Matrículas na educação básica e evolução das matrículas no ensino médio no Chuí – 2015 a 2025.



Fonte: INEPData/Censo Escolar 2025.

As Figuras 4 e 5 complementam os dados de média de alunos por turma ao apresentar o volume de matrículas da educação básica e a evolução das matrículas no ensino médio no período de 2015 a 2025.

Em Santa Vitória do Palmar, o painel do INEPData/Censo Escolar 2025 registra 5.792 matrículas no total. No recorte apresentado, o ensino regular aparece com 5.690 matrículas, a educação profissional com 166 matrículas e a Educação de Jovens e Adultos – EJA com 52 matrículas. Esses agrupamentos devem ser lidos conforme a organização do próprio painel, sem soma automática entre categorias, pois as formas de agregação podem variar conforme modalidade, etapa e características selecionadas.

No ensino regular, a educação infantil reúne 1.190 matrículas, sendo 536 em creche e 654 em pré-escola. O ensino fundamental concentra 3.611 matrículas, distribuídas entre 2.137 nos anos iniciais e 1.474 nos anos finais. O ensino médio registra 889 matrículas em 2025. Desse total, 702 matrículas estão na rede estadual, 104 na rede municipal e 83 na rede privada. Quanto à localização, o painel indica 785 matrículas urbanas e 104 matrículas rurais no ensino médio.

No município do Chuí, o painel registra 730 matrículas no total em 2025. O ensino regular aparece com 720 matrículas e a Educação de Jovens e Adultos – EJA com 10 matrículas. No ensino regular, a educação infantil reúne 234 matrículas, o ensino fundamental, 379, e o ensino médio, 107.

Os gráficos também permitem observar a evolução das matrículas no ensino médio entre 2015 e 2025. Em Santa Vitória do Palmar, as matrículas nessa etapa passaram de 1.305 em 2015 para 889 em 2025. No Chuí, passaram de 172 em 2015 para 107 em 2025. Embora haja oscilações ao longo da série, os dados de 2025 indicam retração em ambos os municípios quando comparados ao início do período observado.

Em 2025, Santa Vitória do Palmar e Chuí somam 996 matrículas no ensino médio, sendo 889 em Santa Vitória do Palmar e 107 no Chuí. Esse total corresponde ao conjunto da etapa, e não ao número anual de concluintes nem ao contingente efetivamente disponível para ingresso imediato no ensino superior. A demanda potencial anual por cursos de graduação deve considerar, em especial, os estudantes da etapa final do ensino médio, os concluintes, os participantes do ENEM, os inscritos em processos seletivos da FURG, os estudantes que efetivam matrícula e aqueles que permanecem após o ingresso.

Esses dados devem ser lidos com cautela. A média de alunos por turma não informa, por si só, o total de estudantes matriculados no ensino médio. Por outro lado, o total de matrículas informa a escala da etapa, mas não permite inferir diretamente a demanda efetiva por cinco cursos presenciais de graduação no município. Ainda assim, a combinação entre turmas médias reduzidas, retração das matrículas no ensino médio e base demográfica restrita reforça a necessidade de análise cuidadosa da escala local e regional de demanda educacional.

Para o relatório, esses dados são relevantes em duas direções. Em primeiro lugar, ajudam a dimensionar os limites da base local e regional imediata de captação de estudantes para cursos presenciais de graduação. Em segundo lugar, indicam a importância de a FURG manter atuação junto à educação básica, não apenas como estratégia de divulgação de cursos, mas como eixo estruturante de uma presença universitária comprometida com formação de professores, orientação acadêmica, transição escola-universidade, popularização da ciência, cultura, tecnologias educacionais, educação profissional, EJA e fortalecimento das redes públicas.

2.4. Ensino médio, EJA, educação profissional e base potencial de ingresso no ensino superior

A relação entre educação básica e ensino superior deve ser analisada com cautela no caso de Santa Vitória do Palmar e de sua região de influência imediata. A existência de estudantes matriculados no ensino médio não se converte automaticamente em demanda para cinco cursos presenciais de graduação no próprio município. A decisão de ingressar no ensino superior envolve múltiplos fatores, como interesse pela área de formação, projeto de vida, possibilidade de deslocamento, necessidade de trabalho, renda familiar, acesso à assistência estudantil, percepção de retorno profissional, vínculo com o território, modalidade de ensino, oferta de cursos, divulgação institucional e concorrência com outras formas de formação.

Os indicadores gerais do território reforçam essa cautela. Santa Vitória do Palmar apresenta baixa densidade demográfica, de 5,95 hab./km², enquanto o Chuí, embora tenha densidade maior, possui população total reduzida. A soma estimada dos dois municípios, de 38.374 habitantes em 2025, evidencia escala regional imediata limitada. Esse dado não diminui a relevância territorial da presença da FURG, mas demonstra que a demanda potencial por graduação presencial deve ser examinada com base em indicadores educacionais específicos, e não apenas pela população total.

Por essa razão, o diagnóstico da demanda potencial não pode utilizar apenas a população dos municípios, a existência de escolas de ensino médio ou mesmo o total de matrículas nessa etapa. Como indicado na seção anterior, Santa Vitória do Palmar registra 889 matrículas no ensino médio em 2025, enquanto o Chuí registra 107. Esses números correspondem ao conjunto da etapa, e não ao número anual de concluintes. Para avaliar a demanda efetiva por cursos presenciais de graduação, é necessário observar quantos estudantes estão matriculados em cada série do ensino médio, quantos concluem anualmente essa etapa, quantos realizam o ENEM, quantos se inscrevem

em processos seletivos da FURG, quais cursos procuram, quantos efetivam matrícula, quantos permanecem e quais fatores explicam desistência, evasão ou não matrícula.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA e a educação profissional também devem ser consideradas. Em Santa Vitória do Palmar, o painel de matrículas do INEP Data/Censo Escolar 2025 indica 52 matrículas na EJA e 166 matrículas na educação profissional. No Chuí, o mesmo painel registra 10 matrículas na EJA, não havendo indicação de matrículas em educação profissional no recorte consultado. Esses dados apontam para a existência de públicos que podem demandar formas de formação distintas do ingresso tradicional em cursos presenciais de graduação, especialmente em territórios com presença de trabalhadores, agentes públicos e população adulta que pode buscar qualificação, certificação, atualização profissional ou formação complementar.

Em territórios de baixa densidade demográfica, a universidade pública pode ampliar sua função social por meio de ofertas flexíveis, formação continuada, cursos de curta e média duração, certificações, extensão tecnológica, formação de professores e ações articuladas com políticas públicas locais e regionais. Essa perspectiva é especialmente relevante quando a demanda territorial por educação superior e formação qualificada existe, mas não necessariamente se expressa na forma de ingresso anual em cursos presenciais tradicionais de longa duração.

Nesse sentido, a proposta de transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar deve reconhecer que a demanda territorial por educação superior e formação qualificada pode assumir diferentes formatos. A transformação do *campus* deve permitir que a FURG responda a públicos distintos: estudantes concluintes do ensino médio, trabalhadores, professores da educação básica, gestores públicos, agentes culturais, profissionais do turismo e da hospitalidade, servidores municipais e estaduais, comunidades rurais, organizações sociais, estudantes uruguaios e demais sujeitos da Fronteira Sul.

Essa leitura amplia a função do *campus*. Em vez de avaliar a presença da FURG apenas pela capacidade de preencher vagas em cursos presenciais de graduação, passa-se a considerar sua capacidade de produzir formação, conhecimento, cultura, inovação, cooperação e desenvolvimento territorial em diferentes formatos, níveis e temporalidades. A transformação institucional do *campus* de Santa Vitória do Palmar deve, portanto, articular a proteção dos estudantes atualmente matriculados com uma estratégia mais ampla de atuação educacional, social e territorial.

2.5. A presença da universidade pública em territórios de baixa densidade demográfica

A presença de uma universidade pública em territórios de baixa densidade demográfica possui significado que ultrapassa a oferta de cursos. Ela expressa uma opção de Estado pela interiorização do conhecimento, pela democratização do acesso, pela produção de ciência em diálogo com realidades territoriais diversas e pela redução de desigualdades regionais.

No caso de Santa Vitória do Palmar, a presença da FURG deve ser compreendida como parte dessa política pública de interiorização da educação superior. O *campus* materializa a presença da Universidade no extremo sul do Brasil e evidencia o compromisso institucional com uma região distante dos grandes centros urbanos, marcada por especificidades ambientais, culturais, econômicas e fronteiriças.

Entretanto, a interiorização não pode ser compreendida como manutenção automática e indefinida de qualquer formato de oferta, independentemente de sua efetividade acadêmica, social e institucional. A política pública de educação superior exige avaliação permanente da relação entre

oferta, demanda, permanência, conclusão, infraestrutura, força de trabalho, recursos públicos, impacto territorial e aderência ao Plano de Desenvolvimento Institucional.

A baixa densidade demográfica de Santa Vitória do Palmar e a reduzida base populacional imediata da região indicam limites objetivos para a sustentação, em médio e longo prazo, de cinco cursos presenciais de graduação organizados no formato tradicional, com entradas regulares e baixa ocupação. Ao mesmo tempo, a singularidade territorial do município justifica a permanência qualificada da FURG, por meio de novas formas de atuação institucional.

A proposta de transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar deve ser compreendida nesse contexto. Não se trata de reduzir a importância do território, mas de construir uma forma de presença universitária mais coerente com sua escala demográfica, suas demandas sociais, suas potencialidades ambientais e culturais, sua condição fronteiriça e os desafios contemporâneos da educação superior. A transformação deve permitir que a FURG continue sendo agente público de formação, conhecimento, cultura, inovação e desenvolvimento na Fronteira Sul, com maior capacidade de articulação institucional e territorial.

3. HISTÓRICO DO *CAMPUS* DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR E ESTRUTURA AUTORIZADA DE OFERTA

3.1. Presença da FURG no território antes da instalação física do *campus*

A presença da FURG em Santa Vitória do Palmar deve ser compreendida como anterior à instalação física do *campus* universitário. A relação institucional da Universidade com o território não se inicia apenas com a construção do prédio ou com a formalização da oferta regular de cursos presenciais de graduação. Ela se vincula a uma trajetória mais ampla de atuação da FURG no extremo sul do Brasil, em diálogo com as demandas regionais, com a vocação costeira, oceânica, lagunar e fronteira da Universidade e com a necessidade de interiorização do ensino superior público.

A Reitoria da FURG, em manifestação institucional de 2026, assinalou que a história da Universidade em Santa Vitória do Palmar “não se resume aos 15 anos de implementação do *campus*”, remetendo a ações desenvolvidas desde a década de 1980, com elaboração de cursos e iniciativas voltadas a demandas específicas da região.

Essa informação é relevante porque impede uma leitura restrita da presença da FURG no município. A Universidade não chegou a Santa Vitória do Palmar apenas como resultado de um ciclo de expansão física da educação superior federal. A instalação do *campus* formalizou, ampliou e deu materialidade a uma relação institucional que já vinha sendo construída em torno da atuação pública da FURG no território, especialmente em temas associados à fronteira, ao turismo, ao meio ambiente, à integração regional, à formação profissional e ao desenvolvimento local.

Essa perspectiva histórica também é importante para a proposta de transformação do *campus*. Se a presença da FURG no território antecede a existência da estrutura física atual, sua permanência também não deve ser reduzida à manutenção do mesmo modelo de oferta que marcou determinado período histórico. A transformação proposta neste relatório parte do reconhecimento de que a relação entre Universidade e território é mais ampla do que a oferta de cursos presenciais de graduação em um formato específico.

3.2. Implantação do *campus* no contexto do REUNI

A instalação do *campus de Santa Vitória do Palmar* ocorreu no contexto da expansão das universidades federais pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Esse período foi marcado pela ampliação da presença territorial das universidades públicas federais, pela interiorização da educação superior e pela criação de novos *campi*, cursos e vagas em diferentes regiões do país.

Em 2010, foi instalado o *campus* universitário da FURG em Santa Vitória do Palmar, com oferta inicial do curso de Turismo Binacional. O curso foi criado no âmbito do REUNI, com 35 vagas anuais, das quais cinco eram destinadas a estudantes uruguaios, em atenção à condição fronteira da região. A escolha desse curso expressava a tentativa de articular a política nacional de expansão da educação superior pública com as características próprias do território: fronteira internacional, potencial turístico, patrimônio histórico-ambiental, relação com o Uruguai e necessidade de formação profissional voltada ao desenvolvimento regional.

O Bacharelado em Turismo foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração – COEPEA em 2009, e o ingresso da primeira turma ocorreu no primeiro semestre letivo de 2010. A justificativa institucional do curso relacionava a formação em Turismo à valorização

do patrimônio histórico-ambiental, às práticas turísticas na região fronteira do extremo sul da América Meridional e ao projeto integracionista regional.

A inauguração oficial do *campus* ocorreu em 4 de janeiro de 2013. Na ocasião, a FURG já mantinha o curso de Turismo Binacional no município. O prédio havia sido concluído com recursos da Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar e da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – SESu/MEC. Também foi inaugurado o Laboratório de Turismo, construído com recursos de projeto aprovado junto à Financiadora de Estudos e Projetos – Finep.

Esse conjunto de elementos demonstra que a implantação do *campus* de Santa Vitória do Palmar foi concebida como estratégia de presença universitária pública em território de fronteira. O *campus* materializou uma política de expansão e interiorização da educação superior, articulada à vocação institucional da FURG e à expectativa de que Santa Vitória do Palmar pudesse constituir um polo de formação superior vinculado ao turismo, à hospitalidade, à integração regional, às relações internacionais e ao comércio exterior.

Após a instalação do *campus* e a oferta inicial do curso de Turismo Binacional, a FURG passou a estruturar um conjunto mais amplo de cursos presenciais de graduação em Santa Vitória do Palmar. A expansão acadêmica do *campus* foi organizada a partir de dois eixos formativos principais.

O primeiro eixo relacionava-se ao turismo, à hospitalidade e aos eventos. Esse eixo partia da compreensão de que o território apresentava potencialidades ligadas à sua condição litorânea, lagunar, fronteira, ambiental e cultural. A presença dos balneários do Hermenegildo e da Barra do Chuí, dos sistemas lagunares, do patrimônio histórico-ambiental, da circulação transfronteira e das possibilidades de desenvolvimento turístico sustentavam a aposta institucional em cursos voltados à formação de profissionais para esse campo.

O segundo eixo relacionava-se às relações internacionais, à integração regional e ao comércio exterior. Esse eixo dialogava diretamente com a posição geográfica de Santa Vitória do Palmar, situada na fronteira com o Uruguai, em região marcada por circulação de pessoas, bens, práticas culturais, atividades comerciais e interações institucionais transfronteiriças. A criação de cursos nesse campo buscava aproveitar a especificidade geopolítica do território e formar profissionais capazes de atuar em temas vinculados à fronteira, à política internacional, à economia, ao direito, ao comércio e à integração regional.

Assim, a consolidação dos cursos presenciais no *campus* de Santa Vitória do Palmar não ocorreu de forma aleatória. Ela expressou uma aposta institucional coerente com o contexto de expansão da educação superior federal e com a leitura, naquele momento histórico, das potencialidades territoriais de Santa Vitória do Palmar. A estrutura de cursos criada buscava responder a uma concepção de desenvolvimento regional baseada na articulação entre turismo, hospitalidade, eventos, relações internacionais e comércio exterior.

3.3. Estrutura autorizada de oferta: vagas autorizadas, vagas ofertadas e vagas ocupadas

Ao longo do processo de implantação, consolidação e expansão do *campus de Santa Vitória do Palmar*, estruturou-se uma capacidade autorizada de oferta presencial composta por cinco cursos de graduação. Conforme os dados cadastrais dos cursos, o *campus* reúne 210 vagas autorizadas, assim distribuídas: 30 vagas no Bacharelado em Turismo; 45 vagas no Bacharelado em Hotelaria; 45 vagas no Curso Superior de Tecnologia em Eventos; 45 vagas no Bacharelado em Relações Internacionais; e 45 vagas no Bacharelado em Comércio Exterior.

Esses números evidenciam a dimensão institucional originalmente projetada para o *campus*. A estrutura autorizada indica que, no momento de expansão e consolidação, a FURG planejou Santa Vitória do Palmar como *campus* presencial com oferta regular de graduação em cinco cursos, organizados em torno de áreas consideradas aderentes à vocação territorial da Fronteira Sul.

Tabela 2 – Vagas autorizadas dos cursos presenciais do *campus* de Santa Vitória do Palmar.

Curso	Grau	Vagas autorizadas
Turismo	Bacharelado	30
Hotelaria	Bacharelado	45
Tecnologia em Eventos	Tecnólogo	45
Relações Internacionais	Bacharelado	45
Comércio Exterior	Bacharelado	45
Total		210

Fonte: informações institucionais dos cursos de graduação da FURG.

A estrutura de 210 vagas autorizadas deve ser analisada em seu contexto histórico. Ela expressava uma aposta institucional de expansão, interiorização e consolidação da presença universitária pública no extremo sul do país. Ao mesmo tempo, a análise atual demonstra que a capacidade autorizada não pode ser confundida com a efetiva ocupação das vagas nem com a permanência da demanda social nos mesmos termos observados ou projetados no período de implantação.

Para compreender a situação do *campus* de Santa Vitória do Palmar, é necessário diferenciar três conceitos: vagas autorizadas, vagas ofertadas e vagas efetivamente ocupadas.

As vagas autorizadas correspondem à capacidade formal de oferta dos cursos, aprovada nos atos institucionais e registrada nos sistemas competentes. No caso do *campus* de Santa Vitória do Palmar, essa capacidade corresponde a 210 vagas distribuídas entre cinco cursos presenciais de graduação.

As vagas ofertadas correspondem às vagas efetivamente disponibilizadas em determinado processo seletivo ou ciclo de ingresso. Elas podem coincidir ou não com o total de vagas autorizadas, dependendo das decisões institucionais, dos editais, das políticas de ingresso, da distribuição de vagas entre modalidades e dos procedimentos de seleção adotados pela Universidade.

As vagas efetivamente ocupadas correspondem aos ingressos concretizados, isto é, aos estudantes que, após o processo seletivo, efetivam matrícula e passam a compor a base discente do curso. Esse dado é decisivo para avaliar a sustentabilidade acadêmica da oferta, pois revela a distância entre a capacidade formal projetada, a oferta realizada e a demanda que efetivamente se converte em matrícula.

Essa distinção é essencial para evitar interpretações equivocadas. A existência de 210 vagas autorizadas demonstra a dimensão do projeto acadêmico original do *campus*, mas não significa que essas vagas estejam sendo preenchidas. Da mesma forma, a oferta de vagas em processos seletivos não assegura, por si só, ingresso e permanência. Para fins de planejamento institucional, é necessário analisar a relação entre autorização, oferta, ocupação, permanência e conclusão.

No caso do *campus* de Santa Vitória do Palmar, os dados recentes indicam descompasso significativo entre a estrutura autorizada e a ocupação efetiva das vagas presenciais. Esse descompasso será examinado de forma detalhada no diagnóstico técnico deste relatório. No presente capítulo, importa registrar que a estrutura historicamente autorizada foi concebida em um contexto específico de expansão e interiorização, mas sua manutenção, reformulação ou descontinuidade progressiva

precisa ser avaliada à luz das condições atuais de demanda, permanência, recursos, infraestrutura, força de trabalho e responsabilidade pública.

3.4. Síntese histórica: implantação, expansão e necessidade de reconfiguração

O histórico do *campus* de Santa Vitória do Palmar pode ser compreendido em três fases principais.

A primeira fase corresponde à presença inicial e à implantação do *campus*, marcada por ações anteriores da FURG no território, pela criação do Turismo Binacional no contexto do REUNI, pelo ingresso da primeira turma em 2010 e pela inauguração oficial da estrutura física em 2013.

A segunda fase corresponde à consolidação e expansão da oferta presencial, com a estruturação dos cursos de Turismo, Hotelaria, Tecnologia em Eventos, Relações Internacionais e Comércio Exterior. Essa fase expressou a aposta institucional em dois eixos formativos articulados à vocação territorial da fronteira: Turismo e Hospitalidade; e Relações Internacionais e Comércio Exterior.

A terceira fase corresponde ao momento atual de reconfiguração institucional, iniciado a partir da constatação de queda persistente de matrículas, baixa ocupação das vagas, dificuldade de recomposição das turmas e necessidade de redefinir a forma de presença da FURG em Santa Vitória do Palmar. Essa fase não deve ser compreendida como negação da história do *campus*, mas como atualização da presença institucional da Universidade diante de novas condições demográficas, educacionais, tecnológicas, acadêmicas e administrativas.

A realidade recente demonstra que a capacidade autorizada de oferta não se confunde com a ocupação efetiva das vagas. O *campus* foi projetado, em determinado momento histórico, para uma estrutura presencial de cinco cursos de graduação, mas a permanência desse modelo exige reavaliação responsável. Essa reavaliação não significa desconsiderar a importância histórica do *campus* de Santa Vitória do Palmar, tampouco afastar a FURG do território. Ao contrário, parte do reconhecimento de que a presença universitária deve ser permanentemente avaliada à luz das transformações sociais, educacionais, demográficas e institucionais da região.

A proposta de transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar, portanto, deve ser compreendida como medida de atualização da presença da FURG no território. Trata-se de reorganizar a atuação institucional diante da baixa ocupação dos cursos presenciais, preservando o compromisso público da Universidade com Santa Vitória do Palmar e com a região de fronteira. A transformação busca compatibilizar responsabilidade acadêmica, sustentabilidade institucional, garantia de continuidade formativa aos estudantes já matriculados e construção de novas possibilidades de atuação universitária, em consonância com a vocação costeira, oceânica, lagunar, fronteira e socioambiental da FURG.

Tabela 3 – Síntese das fases históricas do *campus* de Santa Vitória do Palmar.

Fase	Período aproximado	Caracterização institucional
Presença inicial e implantação	Década de 1980 a 2013	Ações anteriores da FURG no território; criação do Turismo Binacional; instalação do <i>campus</i> em 2010; inauguração oficial da estrutura física em 2013.
Consolidação e expansão	2013 a 2024	Estruturação dos cursos de Turismo, Hotelaria, Tecnologia em Eventos, Relações Internacionais e Comércio Exterior; consolidação de dois eixos formativos vinculados à fronteira, ao turismo, à hospitalidade, às relações internacionais e ao comércio.

Reconfiguração institucional	2025 em diante	Discussão institucional sobre transformação do <i>campus</i> ; garantia de conclusão dos estudantes; preservação da presença da FURG no território; proposta de nova identidade institucional para o <i>campus</i> de Santa Vitória do Palmar.
------------------------------	----------------	--

Fonte: elaboração a partir de documentos institucionais da FURG, e da Comissão e Processo SEI nº 23116.010192/2025-27.

4. DIAGNÓSTICO TÉCNICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO CAMPUS

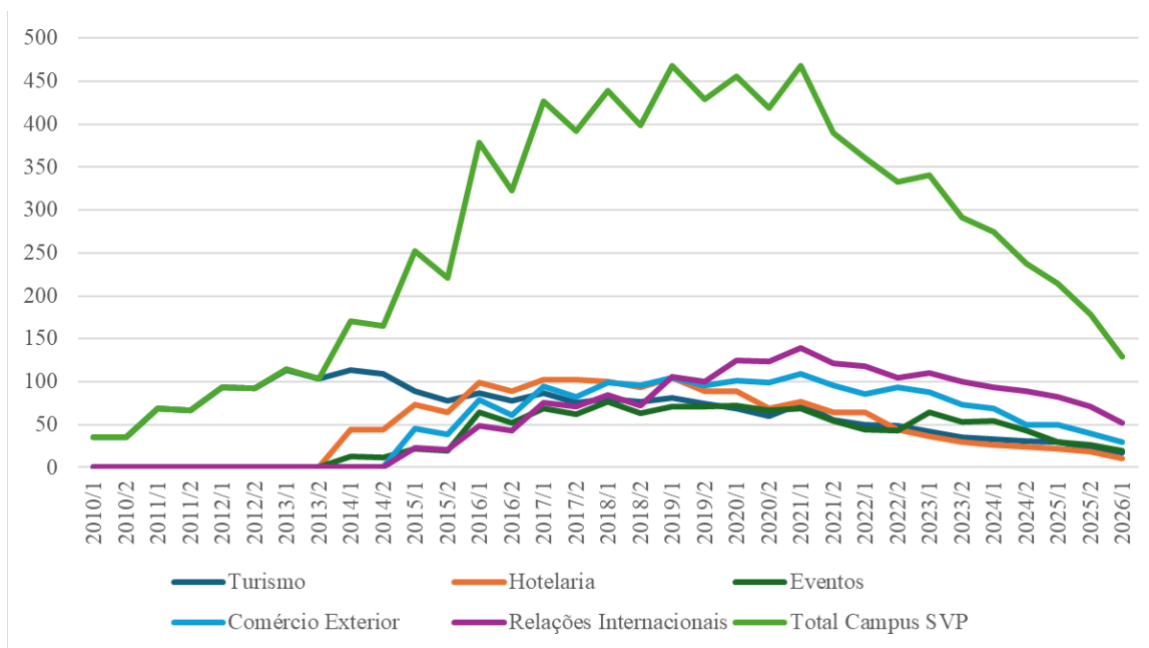
4.1. Evolução das matrículas no *campus* de Santa Vitória do Palmar

O *campus* de Santa Vitória do Palmar atravessa um processo de retração estrutural de sua base discente. Os dados acadêmicos apresentados neste capítulo provêm dos sistemas internos da FURG e foram extraídos pela Comissão no primeiro semestre de 2026. As duas bases adotam datas de referência e critérios de contagem distintos, razão pela qual os quantitativos por curso não coincidem para um mesmo ano. A leitura conjunta das séries deve considerar essa diferença. A queda de matrículas não é episódica, não está concentrada em um único curso e não foi revertida por mecanismos sucessivos de seleção, recomposição de vagas e divulgação institucional. A partir de 2021, o *campus* registra declínio acentuado e contínuo no número de estudantes matriculados.

De acordo com os dados consolidados pela Comissão, o *campus* possuía 459 estudantes ativos em 2021/1 e passou a contar com 128 estudantes ativos em 2026/1. A redução, na série estrita 2021/1–2026/1, corresponde a 72,4%. O total do campus considera ainda os estudantes com vínculo ativo não distribuídos entre os cinco cursos na data de extração.

Portanto, o número de alunos matriculados no *campus* Santa Vitória do Palmar tem apresentado um declínio acentuado nos últimos anos, especialmente no período posterior à pandemia de Covid-19. Conforme evidenciado no Gráfico 1, em 2021 o *campus* registrava um contingente próximo de 500 estudantes matriculados, considerando o conjunto de todos os cursos. No entanto, a partir de 2022, observa-se uma trajetória contínua de retração no número de discentes ativos, culminando no ano de 2026 em apenas 129 estudantes, o que representa uma redução de aproximadamente 74,2% no período.

Gráfico 1 – Estudantes matriculados no *campus* de Santa Vitória do Palmar – total e por cursos.



Fonte: elaboração a partir de dados do Sistema de Registro Acadêmico da FURG, extraídos pela Comissão no 1º semestre de 2026.

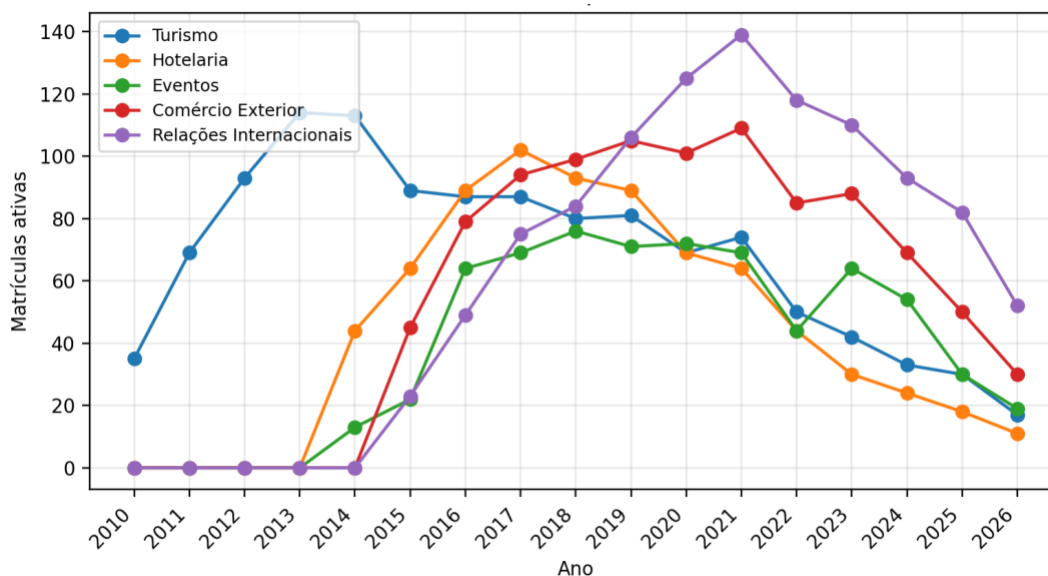
A leitura da série histórica indica que o *campus* alcançou seu maior patamar entre 2018 e 2021 e, a partir de 2022, ingressou em trajetória descendente acelerada. A pandemia de Covid-19 é elemento relevante para compreender inflexões no sistema educacional e nas trajetórias estudantis, mas não explica isoladamente a persistência da queda. O que se observa é a combinação de fatores internos e externos: efeitos pós-pandemia, mudanças nacionais no padrão de procura por ensino superior presencial, concorrência crescente da educação a distância, limites demográficos do território, dificuldade de atração de estudantes de outras regiões, restrições de permanência estudantil, entre outros aspectos.

A redução do número de estudantes ativos tem consequências diretas para a vida universitária. Turmas menores reduzem a convivência acadêmica, fragilizam a experiência formativa, dificultam a oferta regular de componentes curriculares, restringem possibilidades de projetos de ensino, pesquisa, extensão e cultura, e tornam mais complexa a organização do trabalho docente e técnico-administrativo. Assim, a queda de matrículas não deve ser lida apenas como indicador quantitativo, mas como sinal de enfraquecimento do modelo atual de funcionamento do *campus*.

4.2. Retração discente por curso

A situação é particularmente crítica nos cursos de Turismo, Hotelaria e Eventos. Entre 2021 e 2026, a redução no número de matriculados atingiu 81,1% no curso de Turismo, 85,7% em Hotelaria e 72,5% em Eventos. Mesmo no curso de Comércio Exterior, historicamente um dos mais demandados do Campus, observa-se uma queda significativa de 72,5% no número de alunos ativos. Esses dados indicam que o baixo nível de ingresso não é um fenômeno pontual ou conjuntural, mas sim um processo persistente e estrutural, que tem se mantido mesmo diante de diferentes iniciativas institucionais voltadas à sua mitigação.

Um aspecto central desse cenário refere-se à ocupação das vagas disponíveis. No curso de Turismo, por exemplo, a taxa média de ocupação ao longo de toda a série histórica foi de 76,04%. Contudo, ao considerar apenas o período pós-pandemia (a partir de 2021), essa média cai para 43%. É importante destacar que esse curso oferta apenas 30 vagas anuais, o que torna ainda mais evidente a gravidade do problema. O dado agregado do campus é grave, mas a leitura por curso revela um quadro ainda mais sensível. Em 2026/1, Relações Internacionais mantém 52 estudantes ativos, Comércio Exterior registra 30, Eventos 19, Turismo 17 e Hotelaria 11. Ou seja, quatro dos cinco cursos presenciais encontram-se com 30 ou menos estudantes ativos.

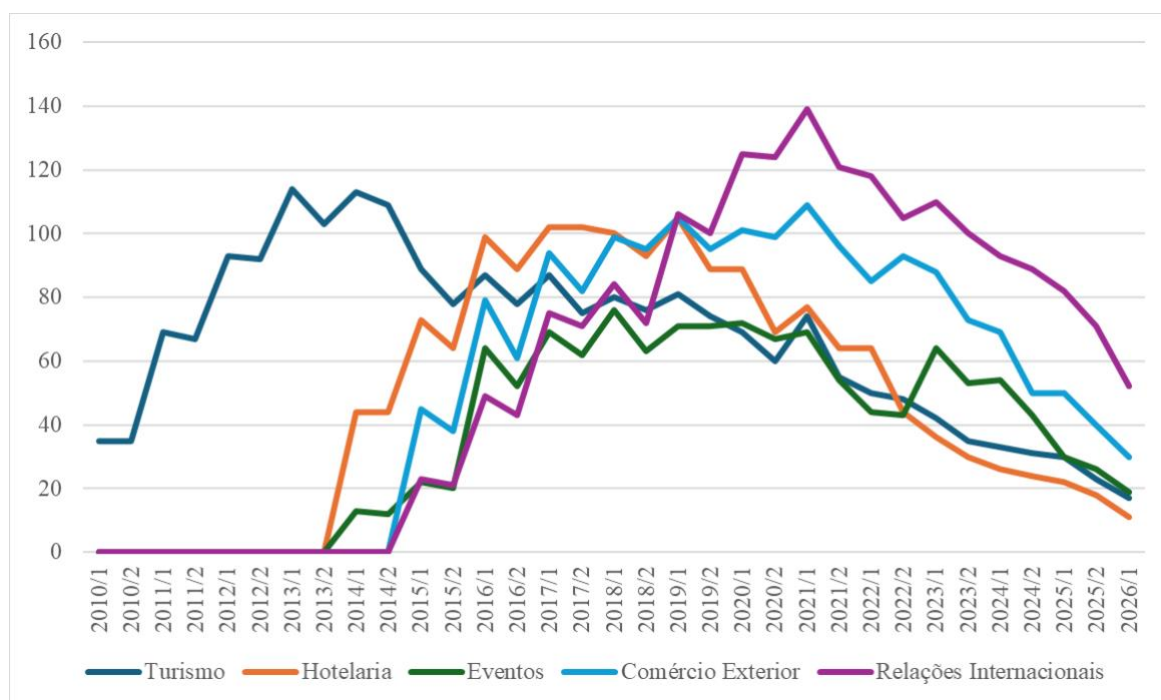


Fonte: elaboração a partir de dados do Sistema de Registro Acadêmico da FURG, extraídos pela Comissão no 1º semestre de 2026.

A retração atinge todos os cursos, ainda que em intensidades distintas. Hotelaria apresenta a maior redução proporcional, passando de 77 estudantes em 2021/1 para 11 em 2026/1, o que corresponde a uma retração de 85,7%. Turismo passa de 74 para 17 estudantes, com redução de 77,0%. Eventos passa de 69 para 19 estudantes, redução de 72,5%. Comércio Exterior passa de 101 para 29 estudantes, redução de 71,3%. Relações Internacionais, embora mantenha o maior número absoluto de estudantes em 2026/1, também apresenta retração expressiva, passando de 138 para 52 estudantes, redução de 62,3%.

Esse movimento de queda não se restringe a um curso específico, mas sim caracteriza um fenômeno generalizado em todo o Campus, conforme demonstrado na Figura 2. De maneira geral, todos os cursos acompanharam essa tendência, sendo que, atualmente, a maioria apresenta menos de 30 alunos matriculados. A única exceção relativa é o curso de Relações Internacionais, que ainda mantém 52 estudantes ativos; ainda assim, esse curso também sofreu uma redução expressiva de 62,6% entre 2021 e 2026.

Gráfico 3 - Estudantes matriculados no Campus Santa Vitória do Palmar – Por cursos



Fonte: elaboração a partir de dados do Sistema de Registro Acadêmico da FURG, extraídos pela Comissão no 1º semestre de 2026.

Percebe-se que a retração atinge tanto o eixo Turismo e Hospitalidade — Turismo, Hotelaria e Eventos, quanto o eixo das Relações Internacionais e Comércio Exterior. Isso reforça a natureza estrutural do problema e justifica a necessidade de uma resposta institucional abrangente, e não de medidas pontuais voltadas a cursos individualmente considerados.

4.3. Baixo ingresso, baixa ocupação das vagas ofertadas e série histórica por curso

A queda das matrículas decorre, em primeiro lugar, da incapacidade de recompor as turmas por meio de novos ingressos. A análise das vagas ocupadas entre 2021 e 2025 demonstra que, mesmo quando houve oferta regular, a demanda efetivamente convertida em matrícula permaneceu baixa.

Em 2025, Turismo ocupou 7 das 30 vagas; Hotelaria, 4 das 45; Eventos, 1 das 45; Relações Internacionais, 20 das 45; e Comércio Exterior, 17 das 45. Considerando o conjunto dos cinco cursos, foram ocupadas 49 das 210 vagas autorizadas, o que corresponde a uma ocupação geral aproximada de 23,3% no ano.

Tabela 4 – Vagas autorizadas e ingressos em 2025.

Curso	Vagas autorizadas	Ingressos 2025	Ocupação 2025
Turismo	30	7	23,3%
Hotelaria	45	4	8,9%
Tecnologia em Eventos	45	1	2,2%
Relações Internacionais	45	20	44,4%
Comércio Exterior	45	17	37,8%
Total	210	49	23,3%

Fonte: elaboração a partir de dados do Sistema de Registro Acadêmico da FURG, extraídos pela Comissão no 1º semestre de 2026.

A situação de Eventos, com apenas um ingresso em 2025, constitui evidência extrema de inviabilidade da continuidade da oferta presencial no formato vigente. Hotelaria, com quatro ingressos, e Turismo, com sete, também apresentam patamares incompatíveis com a manutenção sustentável de turmas regulares. Comércio Exterior e Relações Internacionais apresentam desempenho relativamente melhor, mas ainda insuficiente para recompor adequadamente suas bases discentes.

O comportamento da ocupação das vagas reforça a leitura estrutural. A média histórica de ocupação ainda carrega os anos de maior procura e, por isso, pode mascarar a deterioração recente. Quando se observam os períodos pós-pandemia e, sobretudo, o biênio 2024–2025, a queda torna-se mais evidente: Hotelaria chega a uma ocupação média de apenas 7,8%; Eventos, 15,6%; Turismo, 23,3%; Comércio Exterior, 32,2%; e Relações Internacionais, mesmo relativamente melhor, cai para 56,7% no biênio.

A baixa ocupação não pode ser interpretada apenas como falha de divulgação ou dificuldade pontual de ingresso. Os dados indicam baixa conversão da capacidade autorizada de oferta em matrícula efetiva, com persistência do problema ao longo dos anos e incidência em todos os cursos. A questão, portanto, deve ser enfrentada como problema de sustentabilidade acadêmica e de aderência entre oferta, demanda, território, modalidade, projeto pedagógico e condições institucionais.

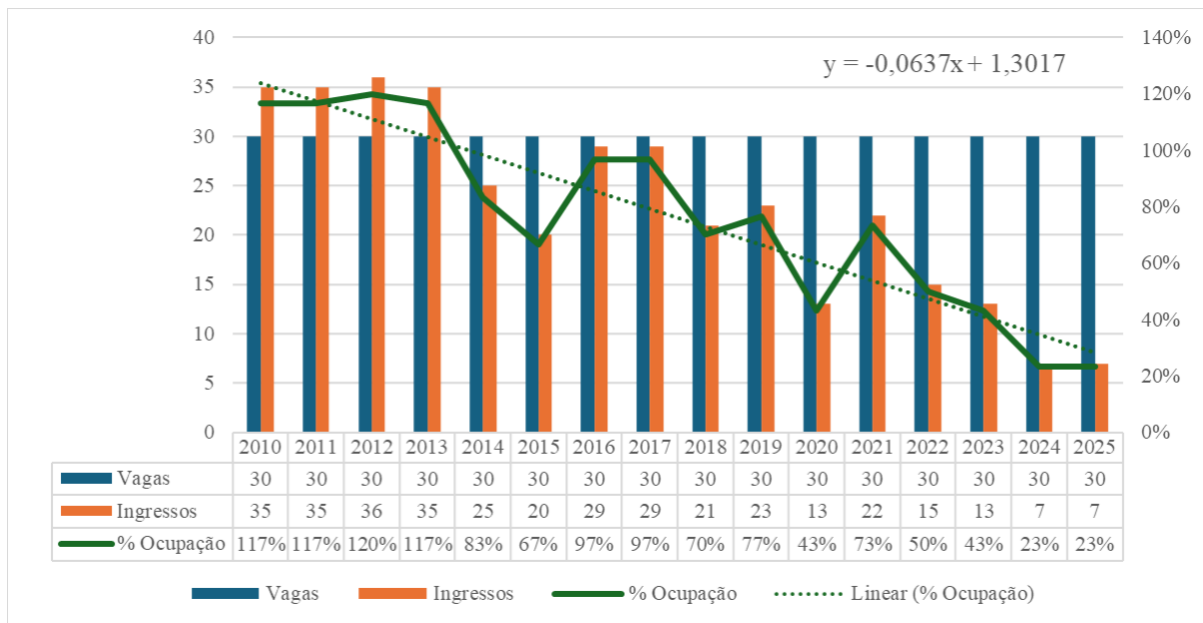
A análise da série histórica de ingressantes, matriculados e formados por curso reforça essa conclusão. Os cursos apresentam trajetórias distintas de implantação, expansão e retração, mas todos indicam perda de escala acadêmica nos anos recentes. A inclusão dos formados na análise permite observar não apenas a entrada e a permanência dos estudantes, mas também a capacidade de conclusão dos cursos ao longo do tempo, dado relevante para avaliar a efetividade acadêmica da oferta e para subsidiar o planejamento da transição.

A situação é particularmente crítica nos cursos de Turismo, Hotelaria e Eventos. Entre 2021 e 2026, a redução no número de matriculados atingiu 81,1% no curso de Turismo, 85,7% em Hotelaria e 72,5% em Eventos. Mesmo no curso de Comércio Exterior, historicamente um dos mais demandados do Campus, observa-se uma queda significativa de 72,5% no número de alunos ativos. Esses dados indicam que o baixo nível de ingresso não é um fenômeno pontual ou conjuntural, mas sim um processo persistente e estrutural, que tem se mantido mesmo diante de diferentes iniciativas institucionais voltadas à sua mitigação.

Um aspecto central desse cenário refere-se à ocupação das vagas disponíveis. No curso de Turismo, por exemplo, a taxa média de ocupação ao longo de toda a série histórica foi de 76,04%. Contudo, ao considerar apenas o período pós-pandemia (a partir de 2021), essa média cai para 43%. É importante destacar que esse curso oferta apenas 30 vagas anuais, o que torna ainda mais evidente

a gravidade do problema. A Figura 3 ilustra esse movimento, evidenciando uma redução média anual de 6,37% na ocupação das vagas ao longo dos 15 anos de oferta do curso.

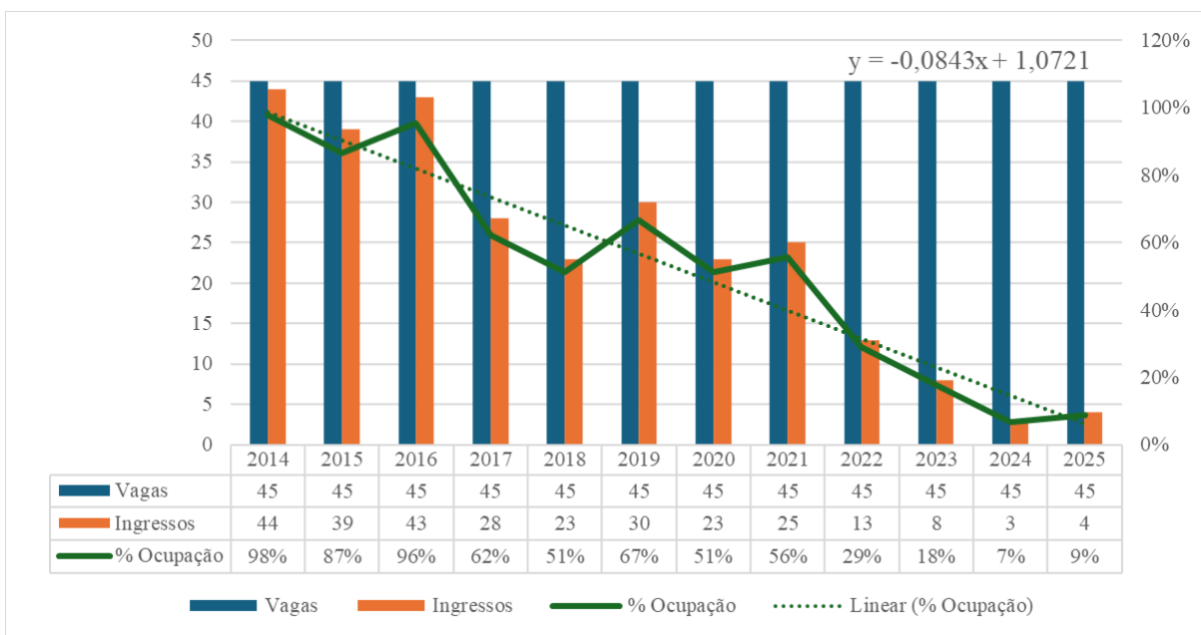
Gráfico 4 – Série histórica de ingressantes, matriculados e formados no Bacharelado em Turismo.



Fonte: elaboração a partir de dados do Sistema de Registro Acadêmico da FURG, extraídos pela Comissão no 1º semestre de 2026.

No curso de Hotelaria, o cenário é ainda mais preocupante. Conforme apresentado no gráfico 4, a taxa média de ocupação das vagas desde a criação do curso é de 52,41%. No entanto, observa-se uma tendência de queda anual de 8,43%. No período posterior à pandemia, a ocupação média cai para apenas 24%, o que implica que, em média, apenas 11 das 45 vagas ofertadas foram efetivamente preenchidas.

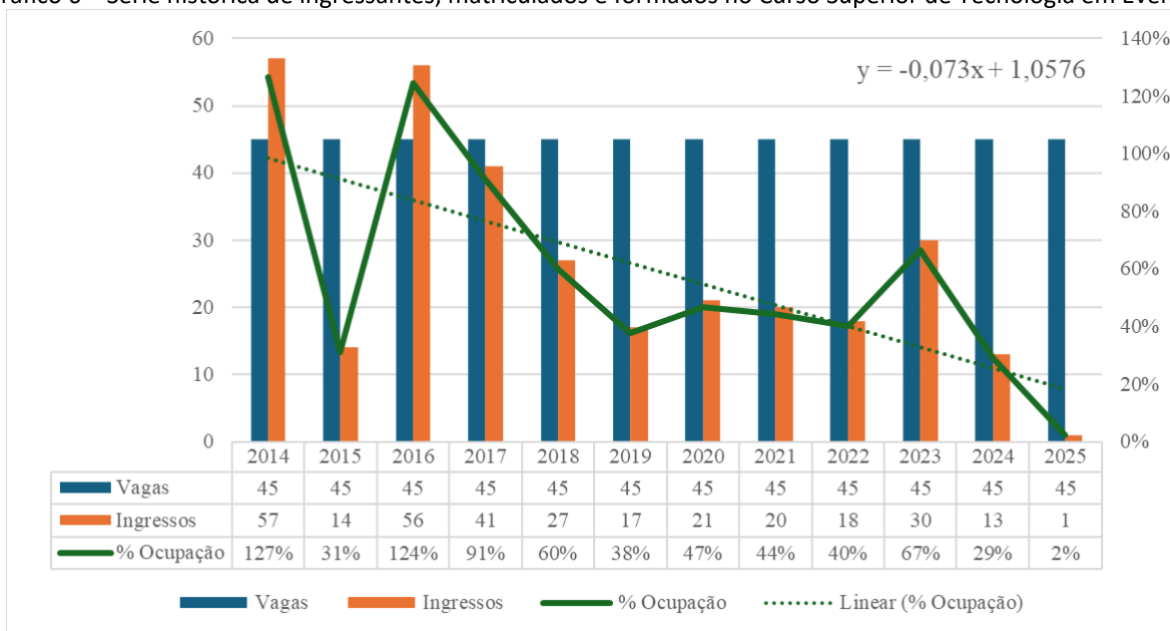
Gráfico 5 – Série histórica de ingressantes, matriculados e formados no Bacharelado em Hotelaria.



Fonte: elaboração a partir de dados do Sistema de Registro Acadêmico da FURG, extraídos pela Comissão no 1º semestre de 2026.

Situação semelhante é observada no curso de Eventos. Desde o início de suas atividades, em 2014, a ocupação média foi de 58,33%. Entretanto, a partir de 2021, essa média se reduz para 36%, ou seja, pouco mais de um terço das vagas disponíveis passou a ser preenchido. O gráfico 5 também revela uma tendência de queda anual de 7,3% na ocupação. Esse cenário atinge seu ponto mais crítico em 2025, quando apenas um estudante ingressou no curso, evidenciando um quadro de extrema fragilidade.

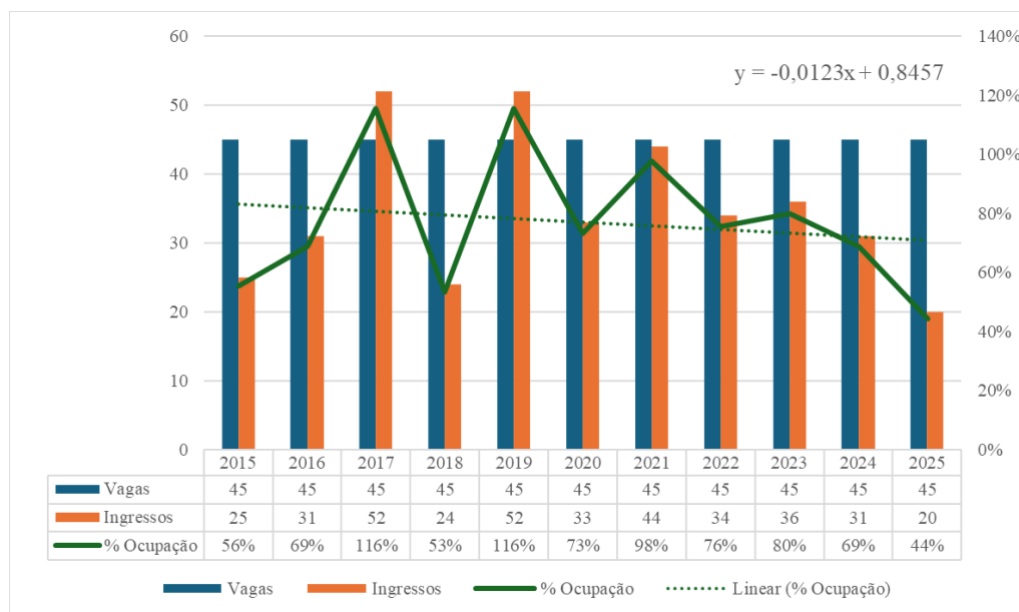
Gráfico 6 – Série histórica de ingressantes, matriculados e formados no Curso Superior de Tecnologia em Eventos.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistemas – FURG.

No curso de Relações Internacionais, embora os indicadores sejam relativamente menos críticos, ainda há motivos para preocupação. A taxa média de ocupação ao longo do período analisado foi de 67,22%, mantendo-se próxima no período pós-pandemia (73%). No entanto, observa-se uma tendência de queda anual de 1,23%, conforme ilustrado na Figura 6. Além disso, em 2025, apenas 44% das vagas foram ocupadas, valor significativamente inferior à média histórica, indicando uma deterioração recente no padrão de ingresso.

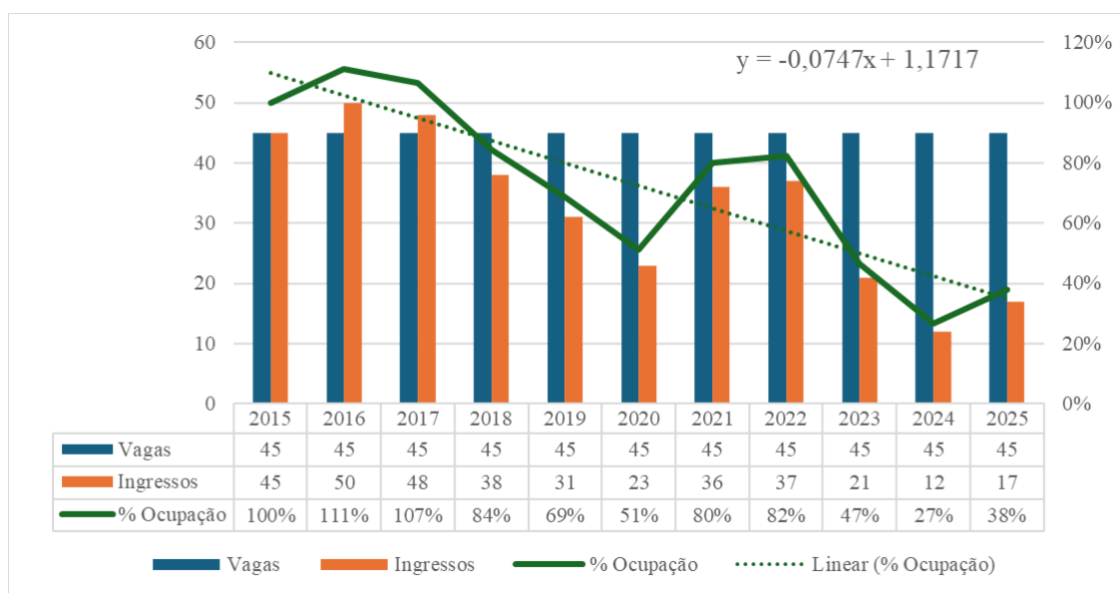
Gráfico 7 – Série histórica de ingressantes, matriculados e formados no Bacharelado em Relações Internacionais.



Fonte: elaboração a partir de dados do Sistema de Registro Acadêmico da FURG, extraídos pela Comissão no 1º semestre de 2026.

Já no curso de Comércio Exterior, a taxa média de ocupação foi de 48,33%, com leve aumento para 55% no período pós-pandemia. Contudo, essa estabilidade aparente é rompida nos anos mais recentes: em 2024 e 2025, a ocupação média caiu para 32%. A Figura 7 demonstra ainda uma redução anual de 7,47% na ocupação das vagas, o que equivale, em termos absolutos, à perda média de aproximadamente três vagas preenchidas por ano.

Gráfico 8 – Série histórica de ingressantes, matriculados e formados no Bacharelado em Comércio Exterior.



Fonte: elaboração a partir de dados do Sistema de Registro Acadêmico da FURG, extraídos pela Comissão no 1º semestre de 2026.

Diante desse cenário de queda generalizada no ingresso de estudantes, a universidade implementou algumas medidas com o objetivo de mitigar o problema. Entre elas, destaca-se o Processo Seletivo Próprio (PSP), introduzido a partir de 2023 no Campus Santa Vitória do Palmar, com o propósito de ampliar o ingresso e fortalecer a participação da comunidade local.

Entretanto, os dados apresentados nas Tabelas 1 e 2 indicam que os resultados dessa política ficaram aquém do esperado. Embora o PSP tenha representado uma parcela relevante dos ingressos em alguns cursos — chegando a superar 50% em determinados casos —, sua eficácia em termos de permanência é bastante limitada.

Tabela 5 – Quantidade e percentual de ingresso de alunos por sistema de ingresso na universidade (SISU, PSP ou Outro)

Ano	SISU	PSP	Outro	% SISU	% PSP	% Outro
TURISMO						
2023	3	5	5	23,1%	38,5%	38,5%
2024	2	3	2	28,6%	42,9%	28,6%
2025	3	0	4	42,9%	0,0%	57,1%
HOTELARIA						
2023	2	2	4	25,0%	25,0%	50,0%
2024	2	1	0	66,7%	33,3%	0,0%
2025	2	0	2	50,0%	0,0%	50,0%
EVENTOS						
2023	5	14	11	16,7%	46,7%	36,7%
2024	3	8	2	23,1%	61,5%	15,4%
2025	1	0	0	100,0%	0,0%	0,0%

RELAÇÕES INTERNACIONAIS						
2023	12	9	15	33,3%	25,0%	41,7%
2024	4	16	11	12,9%	51,6%	35,5%
2025	5	4	11	25,0%	20,0%	55,0%

COMÉRCIO EXTERIOR						
2023	5	5	11	23,8%	23,8%	52,4%
2024	6	7	2	40,0%	46,7%	13,3%
2025	6	3	5	42,9%	21,4%	35,7%

Fonte: elaboração a partir de dados do Sistema de Registro Acadêmico da FURG, extraídos pela Comissão no 1º semestre de 2026.

Tabela 6 – Percentual de abandono de alunos por sistema de ingresso na universidade (SISU, PSP ou Outro)

Ano	Não locais			Locais		
	% SISU	% PSP	% Outro	% SISU	% PSP	% Outro

TURISMO						
2023	100,0%	80,0%	40,0%	33,3%	80,0%	40,0%
2024	50,0%	33,3%	0,0%	0,0%	33,3%	50,0%
2025	33,3%	-	0,0%	33,3%	-	0,0%

HOTELARIA						
2023	100,0%	100,0%	75,0%	0,0%	100,0%	50,0%
2024	50,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%
2025	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%

EVENTOS						
2023	60,0%	57,1%	45,5%	20,0%	57,1%	27,3%
2024	0,0%	75,0%	0,0%	0,0%	50,0%	100,0%
2025	100,0%	-	-	100,0%	-	-

RELAÇÕES INTERNACIONAIS						
2023	58,3%	44,4%	53,3%	8,3%	22,2%	33,3%
2024	100,0%	68,8%	0,0%	0,0%	37,5%	27,3%
2025	20,0%	25,0%	0,0%	20,0%	25,0%	9,1%

COMÉRCIO EXTERIOR						
2023	80,0%	80,0%	63,6%	0,0%	80,0%	54,5%
2024	100,0%	57,1%	100,0%	33,3%	14,3%	100,0%
2025	0,0%	33,3%	60,0%	33,3%	33,3%	40,0%

Fonte: elaboração a partir de dados do Sistema de Registro Acadêmico da FURG, extraídos pela Comissão no 1º semestre de 2026.

No curso de Turismo, por exemplo, 80% dos ingressantes via PSP em 2023 já abandonaram o curso. Em Hotelaria, a situação é ainda mais crítica: 100% dos ingressantes via PSP em 2023 e 2024 evadiram. No curso de Eventos, observa-se um padrão semelhante, com taxas elevadas de abandono tanto entre alunos locais quanto não locais.

Mesmo no curso de Relações Internacionais, que apresenta desempenho relativamente melhor, os índices de evasão entre ingressantes via PSP permanecem elevados, especialmente entre alunos não locais. No Comércio Exterior, o padrão se repete, com taxas de abandono expressivas entre os ingressantes dessa modalidade.

Em síntese, o conjunto de informações, as séries históricas evidenciam que o problema não decorre apenas de baixa ocupação em um ano específico, nem de dificuldade pontual de ingresso. Trata-se de processo acumulado de redução da base discente, com impactos sobre a regularidade das turmas, a organização das ofertas curriculares, a experiência acadêmica dos estudantes, a relação entre estrutura disponível e público atendido e a efetividade institucional da oferta presencial regular no campus de Santa Vitória do Palmar.

A baixa ocupação das vagas explica parte relevante do problema, mas a retração discente também se relaciona à permanência, à evasão, à retenção, à possibilidade de desligamentos por extrapolação de prazos acadêmicos e à dificuldade de manutenção de vínculos estudantis em turmas muito reduzidas.

Os documentos de transição encaminhados pelas Unidades Acadêmicas indicam a existência de estudantes remanescentes em diferentes situações acadêmicas, com percursos curriculares distintos, componentes pendentes, riscos de jubramento ou desligamento, necessidade de oferta de disciplinas específicas e acompanhamento individualizado. Essas informações devem ser tratadas com cautela, especialmente quando individualizadas, razão pela qual não devem ser expostas nominalmente no corpo do relatório. Contudo, sua existência reforça a necessidade de plano de transição acadêmica detalhado, com acompanhamento curso a curso.

O pequeno número de estudantes produz efeitos cumulativos. Cursos com poucos estudantes ativos tendem a ter menor diversidade de turmas, menor mobilização discente, menor capacidade de organização de projetos coletivos, menor procura por atividades acadêmicas complementares e maior dificuldade de constituição de ambientes de formação vivos e sustentáveis. Também há impactos sobre a atuação docente, uma vez que a oferta de componentes curriculares para números muito reduzidos de estudantes exige esforço institucional significativo, com baixa escala de atendimento.

A retenção e a evasão, nesse contexto, não devem ser analisadas como fenômenos individuais dissociados das condições de funcionamento do *campus*. A localização geográfica, a necessidade de trabalho, as condições socioeconômicas, a moradia, o transporte, a atratividade dos cursos, a expectativa de inserção profissional, a oferta de disciplinas, a possibilidade de interação acadêmica e a percepção de futuro institucional do *campus* são fatores que incidem sobre a permanência estudantil.

A transformação proposta neste relatório deve, portanto, incorporar a permanência como eixo de responsabilidade institucional. Durante a transição, será necessário garantir oferta curricular suficiente, orientação acadêmica, comunicação permanente com os estudantes, acompanhamento de trajetórias, articulação com a PRAE quando houver vulnerabilidades estudantis, análise de casos

de risco de desligamento e organização de alternativas acadêmicas compatíveis com os Projetos Pedagógicos dos Cursos e com as normas internas da FURG.

4.4. Relação entre estudantes ativos, cursos e força de trabalho docente

Outro indicador relevante para o diagnóstico é a relação entre o número de estudantes ativos e a força de trabalho docente mobilizada para a manutenção dos cursos e das atividades acadêmicas no *campus*. Conforme os dados do Sistema Acadêmico, em 2026/1 o campus de Santa Vitória do Palmar contava com 128 estudantes ativos e 40 docentes lotados no campus, resultando em média de 3,2 estudantes por docente.

Tabela 7 – Relação entre estudantes ativos e docentes no *campus* de Santa Vitória do Palmar.

Indicador	Quantitativo
Estudantes ativos em 2026/1	128
Docentes vinculados ao <i>campus</i> em	40
Média aproximada de estudantes por docente	inferior a 4

Fonte: elaboração a partir de dados do Sistema de Registro Acadêmico da FURG, extraídos pela Comissão no 1º semestre de 2026.

Esse indicador não deve ser utilizado de forma isolada nem pode ser interpretado como avaliação individual da atuação docente. A docência universitária envolve ensino, pesquisa, extensão, cultura, gestão acadêmica, orientação, produção de conhecimento, participação em colegiados e atividades institucionais. Além disso, parte das atividades docentes pode não se refletir diretamente no número de estudantes matriculados em determinado semestre.

Ainda assim, a relação entre estudantes ativos e docentes evidencia um problema institucional de escala. A manutenção de cinco cursos presenciais com número muito reduzido de estudantes, baixa entrada anual e perda progressiva de estudantes produz desequilíbrio entre a estrutura mobilizada e o público efetivamente atendido. Esse dado reforça a necessidade de reconfiguração do modelo, de modo que a força de trabalho possa ser articulada a uma presença universitária mais ampla, envolvendo ensino, formação continuada, extensão, cultura, pesquisa, inovação, UAB, cooperação territorial e apoio à educação básica.

A análise da força de trabalho também deve dialogar com a premissa estabelecida na Portaria GAB/FURG nº 121/2025: a transformação deve considerar a manutenção dos servidores que desejarem permanecer no atual *campus* de Santa Vitória do Palmar e não contará com acréscimo no quadro de pessoal. Isso exige planejamento institucional cuidadoso, evitando soluções que dependam de expansão de pessoal ou de investimentos incompatíveis com as condições fixadas para o processo.

4.5. Limites das estratégias já adotadas para recomposição do ingresso

A FURG já adotou diferentes instrumentos para enfrentar a baixa ocupação das vagas no *campus* de Santa Vitória do Palmar. Entre eles, destacam-se o Sistema de Seleção Unificada – SiSU, o Processo Seletivo Próprio – PSP, o Processo de vagas complementares com uso de notas do ENEM em edições anteriores e os processos de vagas ociosas, abrangendo reingresso, mudança de curso, portadores de diploma e transferências.

Esses mecanismos foram acompanhados por ações de divulgação institucional, visitas a escolas, recepção de estudantes no *campus* e divulgação em espaços públicos. O conjunto dessas iniciativas demonstra que a baixa ocupação não decorre de inércia institucional ou de ausência de tentativas de enfrentamento. Ao contrário, a Universidade buscou diversificar portas de entrada, regionalizar o acesso, ampliar possibilidades de matrícula e aproximar os cursos do público potencial.

Tabela 8 – Estratégias já adotadas e limites observados.

Estratégia	Objetivo	Resultado institucional observado
SiSU	Manter porta nacional de entrada para os cursos de graduação.	Não foi suficiente para preencher vagas e atrair estudantes de outras regiões em escala estável.
Vagas complementares	Utilizar notas do ENEM de anos anteriores para ingresso.	Preenchimento insuficiente das vagas disponíveis.
Processo Seletivo Próprio – PSP	Regionalizar a entrada e reduzir barreiras de acesso local.	Incremento parcial de ingresso, mas com evasão elevada e baixa permanência.
Vagas ociosas	Permitir reingresso, mudança de curso, ingresso de portadores de diploma e transferências.	Ocupação aquém do necessário para recomposição das turmas.
Ações de divulgação	Ampliar conhecimento sobre os cursos, aproximar escolas e comunidade.	Relevantes como ação institucional, mas insuficientes para alterar a tendência estrutural de baixa ocupação.

Fonte: elaboração a partir de documentos internos da FURG.

A principal conclusão é que a multiplicação de portas de entrada não resolve, por si só, um problema de demanda estrutural. O *campus* não enfrenta apenas insuficiência momentânea de divulgação, mas restrição objetiva de escala, combinada a mudanças no comportamento da demanda por ensino superior. O público potencial local é limitado; a atração de estudantes de outras regiões é dificultada pela localização geográfica; e o mercado nacional de ensino superior passou por forte recomposição em favor de modalidades flexíveis, especialmente a educação a distância.

4.6. Contexto nacional da educação superior: retração da presencialidade, expansão da EaD e novas formas de demanda

O diagnóstico local deve ser situado em mudanças mais amplas da educação superior brasileira. O Censo da Educação Superior 2024 indica que a modalidade a distância passou a corresponder a 50,7% do total de matrículas de graduação no país, com crescimento de 5,6% entre 2023 e 2024. O mesmo levantamento registra que, entre 2014 e 2024, os ingressos em cursos presenciais variaram negativamente em 30,2%, enquanto os ingressos na modalidade a distância cresceram 360,0%.

Esses números não significam que a FURG deva substituir automaticamente o ensino presencial pela EaD, nem desconsiderar as exigências de qualidade, vínculo institucional, acompanhamento pedagógico e compromisso público próprios da universidade federal. Significam, porém, que a manutenção de uma oferta presencial de baixa ocupação em território demograficamente restrito precisa ser repensada à luz de um novo padrão nacional de demanda.

A mudança do perfil da educação superior brasileira atinge de modo particular os *campi* localizados em municípios de menor densidade demográfica e com maior distância dos centros urbanos. Nesses contextos, cursos presenciais tradicionais tendem a enfrentar maior dificuldade de atração e permanência, especialmente quando competem com ofertas flexíveis, noturnas, híbridas ou a distância, muitas vezes acessíveis sem deslocamento territorial.

A expansão da EaD no país deve ser analisada criticamente, considerando questões de qualidade, regulação, acompanhamento pedagógico e compromisso formativo. Ainda assim, ela revela mudança relevante nas expectativas e condições de acesso dos estudantes. Para muitos públicos, como trabalhadores, adultos, estudantes com responsabilidades familiares, moradores de regiões afastadas, servidores públicos e pessoas que não podem se deslocar, a flexibilidade tornou-se elemento central na decisão de cursar ensino superior.

Para a FURG, esse contexto não implica abdicar de sua responsabilidade com o ensino presencial, mas diversificar suas formas de presença. No caso do *campus* de Santa Vitória do Palmar, a reconfiguração institucional pode permitir a combinação entre permanência física da Universidade, atuação territorial, formação continuada, extensão, cultura, pesquisa aplicada, inovação, cooperação transfronteiriça, UAB e ofertas mediadas por tecnologias. Trata-se de deslocar a centralidade exclusiva dos cursos presenciais de graduação para uma presença universitária mais ampla e aderente às condições contemporâneas da educação superior.

4.7. Síntese diagnóstica: natureza estrutural, multicausal e institucional do problema

O diagnóstico técnico evidencia que a situação do *campus* de Santa Vitória do Palmar possui natureza estrutural, multicausal e institucional.

É estrutural porque a retração não se apresenta como oscilação conjuntural ou temporária. Os dados demonstram queda persistente no número de estudantes ativos, baixa ocupação de vagas, baixa recomposição das turmas e redução expressiva em todos os cursos presenciais.

É multicausal porque resulta da combinação de fatores internos e externos: baixa demanda local para o conjunto da oferta presencial atual, dificuldade de atração de estudantes de outras regiões, limitações de permanência, distância geográfica, mudanças no padrão nacional de procura por ensino superior, crescimento da educação a distância, restrição demográfica da região, evasão, retenção e perda de estudantes.

É institucional porque seus efeitos ultrapassam a gestão de cada curso individualmente. A baixa ocupação incide sobre a organização acadêmica, a força de trabalho docente e técnico-administrativa, o uso da infraestrutura pública, a oferta regular de componentes curriculares, a experiência estudantil, a capacidade de desenvolver projetos acadêmicos e a sustentabilidade do modelo atual de funcionamento do *campus*.

O diagnóstico não conduz à conclusão de que Santa Vitória do Palmar perdeu relevância para a FURG. Ao contrário, demonstra que a permanência da Universidade no território exige nova configuração. A questão central não é decidir entre manter ou deixar o território, mas definir qual forma de presença universitária pública é academicamente sustentável, socialmente relevante, territorialmente aderente e institucionalmente responsável.

Dessa forma, a proposta de transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar deve ser compreendida como resposta planejada a um problema real, persistente e documentado. A transformação deve preservar a presença da FURG em Santa Vitória do Palmar, garantir a conclusão dos estudantes regularmente matriculados, respeitar a situação funcional dos servidores, qualificar o uso da infraestrutura pública existente e construir uma nova identidade institucional para o *campus*, orientada pela Fronteira Sul, pela UAB, pela formação continuada, pela extensão, pela cultura, pela pesquisa, pela inovação, pela tecnologia e pela cooperação territorial.

5. RESPONSABILIDADE PÚBLICA, EFICIÊNCIA E GOVERNANÇA ACADÊMICA DA OFERTA

5.1. A universidade federal como instituição pública financiada por recursos públicos

A Universidade Federal do Rio Grande – FURG é uma instituição pública federal, mantida com recursos públicos e orientada pelas finalidades constitucionais e legais da educação superior. Sua atuação deve articular autonomia universitária, compromisso social, qualidade acadêmica, responsabilidade institucional e observância aos princípios que regem a administração pública.

A análise da situação do *campus* de Santa Vitória do Palmar deve, portanto, considerar não apenas a dimensão acadêmica da oferta de cursos, mas também sua dimensão pública, administrativa e orçamentária. A manutenção de cursos presenciais com baixa ocupação persistente de vagas, número reduzido de estudantes ativos, dificuldade de recomposição de turmas e alta mobilização relativa de estrutura institucional exige avaliação responsável, transparente e baseada em evidências.

Essa responsabilidade não deve ser compreendida como argumento para a retirada da FURG do território. Ao contrário, o compromisso com o uso adequado dos recursos públicos impõe a necessidade de preservar a presença da Universidade em Santa Vitória do Palmar de forma qualificada, efetiva e sustentável. O desafio institucional não é escolher entre permanecer ou sair do município, mas definir qual forma de presença pública produz maior impacto acadêmico, social, territorial e institucional.

Nesse sentido, a responsabilidade com o gasto público não autoriza uma resposta meramente contábil, nem a redução da Universidade à lógica de custo por estudante. A universidade pública exerce funções que ultrapassam a sala de aula: produz conhecimento, desenvolve pesquisa, realiza extensão, promove cultura, forma profissionais, apoia políticas públicas, democratiza oportunidades e contribui para o desenvolvimento regional. Entretanto, justamente por exercer função pública estratégica, precisa avaliar continuamente se sua forma de atuação está adequada às condições reais do território, à demanda social efetiva, à infraestrutura disponível, à força de trabalho mobilizada e aos resultados alcançados.

No caso do *campus* de Santa Vitória do Palmar, os dados apresentados no diagnóstico indicam que o modelo atualmente centrado em cinco cursos presenciais de graduação com baixa ocupação deixou de produzir escala acadêmica compatível com a estrutura originalmente autorizada. Essa constatação exige revisão institucional planejada, de modo a evitar a reprodução de ofertas com baixíssima procura, a subutilização de infraestrutura pública, a fragilização da experiência estudantil e a perda de efetividade da presença universitária.

5.2. Educação superior como bem público e função estratégica das universidades federais

A educação superior é bem público e função estratégica do Estado brasileiro. As universidades federais ocupam papel singular nesse sistema, pois combinam ensino, pesquisa, extensão, cultura, inovação, formação profissional, produção científica, compromisso regional e gratuidade de acesso. Por isso, sua atuação não pode ser avaliada apenas por indicadores quantitativos imediatos, mas também não pode prescindir de planejamento, avaliação e responsabilidade na gestão da oferta.

A presença de uma universidade federal em território de baixa densidade demográfica, como Santa Vitória do Palmar, possui valor público relevante. Ela expressa a política de interiorização da educação superior, a democratização do acesso ao conhecimento e o compromisso com regiões

distantes dos grandes centros urbanos. Essa presença, contudo, deve ser permanentemente reavaliada para que continue produzindo efeitos concretos sobre formação, permanência, conclusão, desenvolvimento territorial, produção de conhecimento e articulação social.

A função estratégica da FURG na Fronteira Sul não depende exclusivamente da manutenção do modelo atual de cursos presenciais. A Universidade pode cumprir sua missão pública por diferentes formas de atuação: cursos de graduação, formação continuada, educação mediada por tecnologias, Universidade Aberta do Brasil – UAB, extensão, cultura, pesquisa aplicada, inovação social, cooperação transfronteiriça, apoio à educação básica, qualificação de agentes públicos e uso social da infraestrutura universitária.

Assim, reconhecer a educação superior como bem público conduz a uma conclusão central para este relatório: a baixa ocupação dos cursos presenciais não justifica o abandono do território, mas exige a revisão do modelo de oferta. A preservação da presença da FURG em Santa Vitória do Palmar deve ocorrer por meio de uma configuração institucional capaz de responder melhor às demandas atuais da região e de ampliar a efetividade da política pública universitária.

5.3. Autonomia universitária, responsabilidade institucional e princípios da administração pública

A autonomia universitária assegura às universidades a possibilidade de definir sua organização acadêmica, didático-científica, administrativa e de gestão, nos termos da Constituição Federal e da legislação aplicável. Essa autonomia, entretanto, não significa ausência de responsabilidade pública. Ao contrário, confere à Universidade o dever de decidir com base em critérios técnicos, planejamento institucional, transparência, participação e compromisso com sua missão.

No âmbito da administração pública, a autonomia deve ser exercida em diálogo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. No caso da gestão acadêmica da oferta, esses princípios exigem que a criação, manutenção, reformulação, suspensão ou descontinuidade progressiva de cursos sejam fundamentadas em diagnóstico consistente, demanda social, viabilidade institucional, infraestrutura, pessoal, aderência ao Plano de Desenvolvimento Institucional, sustentabilidade acadêmica e preservação dos direitos dos estudantes.

A eficiência, nesse contexto, não deve ser interpretada de forma reducionista. No âmbito da universidade pública, eficiência não significa apenas reduzir custos ou maximizar números. Significa utilizar a estrutura pública disponível para ampliar o direito à educação, promover formação de qualidade, garantir permanência e conclusão, fortalecer a pesquisa, a extensão e a cultura, produzir impacto social e assegurar que os recursos mobilizados sejam orientados a finalidades públicas claras.

Aplicada ao *campus* de Santa Vitória do Palmar, essa compreensão impõe uma dupla obrigação institucional. De um lado, a FURG deve garantir integralmente a continuidade formativa dos estudantes regularmente matriculados, evitando qualquer prejuízo acadêmico decorrente da transformação proposta. De outro, deve avaliar se a continuidade de novas entradas em cursos presenciais de baixa ocupação é compatível com a responsabilidade pública, com a realidade territorial e com a sustentabilidade institucional da Universidade.

A transformação proposta neste relatório situa-se exatamente nesse ponto de equilíbrio: preservar direitos, respeitar servidores, manter a presença da FURG no território e, ao mesmo tempo, reconfigurar a oferta para evitar a permanência de um modelo que deixou de responder adequadamente às condições atuais de demanda e funcionamento.

5.4. Auditoria do TCU sobre não ocupação de vagas novas na graduação das universidades federais

O Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 875/2026 – TCU – Plenário, decorrente do TC 007.241/2024-0, analisou a não ocupação de vagas novas nos cursos de graduação das universidades federais. A auditoria foi realizada na Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – SESu/MEC e nas 69 universidades federais, incluindo a FURG entre as unidades jurisdicionadas.

O objeto da auditoria são as vagas novas de ingresso, isto é, aquelas oferecidas no ano corrente por meio de processos seletivos como SiSU, vestibulares e avaliações seriadas, ocupadas apenas quando o estudante realiza matrícula no mesmo ano da seleção. O próprio relatório do TCU esclarece que esse escopo não compreende vagas ociosas decorrentes de evasão, transferência de curso ou instituição, ou óbito. Essa distinção é relevante para o presente relatório, pois permite delimitar corretamente a contribuição da auditoria: ela não trata de toda forma de ociosidade acadêmica, mas examina especificamente a não ocupação de vagas ofertadas para ingresso.

Ainda assim, a auditoria é diretamente pertinente ao caso do *campus* de Santa Vitória do Palmar. O diagnóstico do *campus* evidencia baixa ocupação de vagas de ingresso nos cursos presenciais, especialmente nos anos recentes. Em 2025, por exemplo, foram ocupadas apenas 49 das 210 vagas autorizadas nos cinco cursos presenciais do *campus*, com situações críticas em Eventos, Hotelaria e Turismo. Trata-se, portanto, de quadro que dialoga com a preocupação nacional identificada pelo TCU: a baixa conversão de vagas ofertadas em matrículas efetivas nas universidades federais.

O relatório do TCU identifica causas múltiplas para a não ocupação de vagas novas, incluindo gestão acadêmica da oferta, baixa oferta de cursos noturnos em parte da rede federal, necessidade de inovação curricular e pedagógica, desatualização de matrizes curriculares, cargas horárias excessivas, dificuldades operacionais no SiSU, esgotamento precoce de listas de espera, baixa divulgação dos atributos da universidade pública e desalinhamento entre estratégias de comunicação institucional e os meios consumidos pelo público-alvo.

Essas causas não devem ser transpostas mecanicamente para o *campus* de Santa Vitória do Palmar. O caso local possui especificidades territoriais, demográficas, geográficas e institucionais próprias. No entanto, a auditoria do TCU confirma que a baixa ocupação de vagas novas nas universidades federais não pode ser tratada como fenômeno isolado ou exclusivamente local. Ela integra um problema mais amplo de gestão da oferta, atratividade, permanência, processos seletivos, comunicação institucional, modalidades de ensino e adequação da formação às expectativas contemporâneas dos estudantes.

5.5. Baixa ocupação de vagas, eficiência administrativa e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos

A baixa ocupação persistente de vagas em cursos presenciais de graduação constitui indicador relevante para a governança acadêmica da Universidade. Em uma instituição pública federal, a oferta de vagas mobiliza infraestrutura, pessoal, sistemas acadêmicos, planejamento didático, apoio administrativo, assistência estudantil, divulgação institucional, recursos orçamentários e tempo de trabalho de servidores docentes e técnico-administrativos.

Quando a ocupação das vagas permanece muito baixa ao longo do tempo, a Universidade deve avaliar se o modelo de oferta continua adequado. Essa avaliação não se confunde com responsabilização de cursos, docentes, estudantes ou unidades acadêmicas. Trata-se de análise

institucional sobre a relação entre demanda, território, forma de ingresso, permanência, infraestrutura, força de trabalho, projeto pedagógico e finalidade pública.

No *campus* de Santa Vitória do Palmar, a baixa ocupação apresenta caráter persistente e generalizado. Ela atinge todos os cursos, ainda que em intensidades distintas, e revela descompasso entre a estrutura autorizada de 210 vagas e a ocupação efetiva recente. A manutenção indefinida de novas entradas em cursos com baixíssima procura pode aprofundar a subutilização da estrutura pública, fragilizar a experiência acadêmica dos estudantes, dificultar a organização regular das ofertas curriculares e reduzir a capacidade da FURG de produzir impacto territorial.

A eficiência administrativa, nesse caso, deve ser compreendida como dever de redirecionar a ação institucional para formas mais efetivas de presença pública. Em vez de insistir em um modelo que não tem produzido ocupação suficiente, a Universidade deve reorganizar suas atividades para ampliar a aderência ao território, diversificar os públicos atendidos, utilizar melhor a infraestrutura existente e articular graduação, formação continuada, UAB, extensão, cultura, pesquisa, inovação e cooperação regional.

A responsabilidade com recursos públicos, portanto, não conduz à descontinuidade da presença da FURG em Santa Vitória do Palmar. Conduz à transformação do modelo. O gasto público já realizado na implantação e manutenção do *campus* deve ser preservado e ressignificado por meio do uso qualificado da infraestrutura, da permanência institucional no território e da construção de uma nova identidade para o espaço.

5.6. Estudos de viabilidade, demanda regional/local, infraestrutura, pessoal e compatibilidade com o PDI

Um dos pontos mais relevantes da auditoria do TCU é a necessidade de que as universidades federais adotem critérios técnicos para criação, manutenção, reformulação, ampliação ou extinção de cursos. A gestão acadêmica da oferta deve estar apoiada em estudos de viabilidade, análise de demanda regional e local, avaliação da infraestrutura, disponibilidade de pessoal, aderência às Diretrizes Curriculares, compatibilidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e consistência dos Projetos Pedagógicos de Curso – PPCs.

Essa orientação dialoga diretamente com o trabalho da Comissão instituída pela FURG. A Portaria GAB/FURG nº 121/2025 determinou que a Comissão considerasse os dados acerca dos cursos e do *campus*, propusesse alternativas relativas à oferta dos cursos e apresentasse alternativas de atividades e finalidade para o *campus* de Santa Vitória do Palmar. Também estabeleceu que qualquer mudança de lotação dos cursos ou de perfil e natureza do *campus* deverá ser planejada a partir de Plano de Transição, sem ações isoladas.

No caso de Santa Vitória do Palmar, a análise de viabilidade precisa considerar múltiplas dimensões: a estrutura autorizada de 210 vagas presenciais; a ocupação efetiva das vagas; a evolução das matrículas; a retração discente por curso; a base demográfica de Santa Vitória do Palmar e Chuí; a distância dos grandes centros urbanos; a origem geográfica dos estudantes; as condições de permanência; a infraestrutura física e tecnológica; o quadro de servidores; as possibilidades de atuação híbrida e mediada por tecnologias; a relação com a educação básica; e a vocação institucional da FURG para ecossistemas costeiros, oceânicos, lagunares, fronteiriços e socioambientais.

A proposta de transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar deve ser compreendida como resultado dessa leitura de viabilidade. Não se trata de extinguir a presença universitária no território, mas de readequar sua forma de funcionamento a partir de evidências. A manutenção do *campus* como espaço físico, acadêmico, social e institucional deve ser articulada a uma nova finalidade, capaz de responder ao diagnóstico e de produzir maior efetividade pública.

No caso do *campus* de Santa Vitória do Palmar, a evidência acumulada indica que o modelo atual de oferta presencial apresenta baixa sustentabilidade. A redução de matrículas, a baixa ocupação das vagas, a baixa recomposição das turmas e o número reduzido de estudantes ativos em quatro dos cinco cursos demonstram que a manutenção de novas entradas no formato vigente tende a reproduzir o problema identificado.

A decisão institucional, entretanto, não deve ser apresentada como simples encerramento de cursos. O processo deve ser compreendido como descontinuidade progressiva da oferta presencial em Santa Vitória do Palmar, acompanhada de garantia integral de conclusão aos estudantes remanescentes e, quando deliberado pelas Unidades Acadêmicas e aprovado nas instâncias competentes, abertura ou reorganização de cursos no *campus* de Rio Grande.

Esse ponto é fundamental. A suspensão de novas entradas ou a descontinuidade progressiva de cursos em Santa Vitória do Palmar não elimina a responsabilidade da FURG com os estudantes. Ao contrário, aumenta a necessidade de planejamento acadêmico, acompanhamento individualizado, definição de últimas ofertas, comunicação transparente, preservação de registros, articulação entre Unidades Acadêmicas e monitoramento permanente.

Também é necessário evitar que a discussão sobre cursos seja dissociada da proposta para o *campus*. A própria Portaria GAB/FURG nº 121/2025 estabelece que a proposta deve contemplar o todo, por meio de projeto articulado entre as diferentes partes, sem ações isoladas. Assim, a revisão da oferta presencial deve ocorrer simultaneamente à construção de uma nova finalidade institucional para o *campus* de Santa Vitória do Palmar.

5.7. Implicações da auditoria do TCU para a proposta de transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar

A auditoria do TCU oferece parâmetros relevantes para fortalecer a proposta de transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar.

A primeira implicação é a necessidade de reconhecer que a baixa ocupação de vagas novas é tema de interesse público e de controle externo. A situação do *campus* de Santa Vitória do Palmar não pode ser tratada apenas como problema local de baixa procura, mas como questão de governança acadêmica da oferta em universidade federal.

A segunda implicação é a exigência de decisões baseadas em evidências. O relatório deve demonstrar que a proposta decorre de dados internos, documentos administrativos, manifestações das Unidades Acadêmicas, análise da base demográfica, dados da educação básica, evolução de matrículas, ocupação de vagas, situação dos estudantes remanescentes, infraestrutura e referenciais públicos externos.

A terceira implicação é a necessidade de revisar a oferta sem reduzir o compromisso público da Universidade. O TCU chama atenção para a eficiência do gasto público e para a importância de que cada vaga ofertada e cada real investido se convertam em oportunidade de formação e desenvolvimento. No caso de Santa Vitória do Palmar, isso significa substituir a reprodução de

ofertas presenciais com baixíssima ocupação por um modelo de presença universitária mais efetivo e territorialmente aderente.

A quarta implicação é a importância da comunicação institucional. O TCU destaca a necessidade de ações permanentes de divulgação dos atributos da universidade pública, como gratuidade, qualidade, diversidade de formas de acesso, assistência estudantil, bolsas, pesquisa e extensão. Para o *campus* de Santa Vitória do Palmar, essa orientação deve ser incorporada em dois níveis: durante a transição, para assegurar informação clara aos estudantes, servidores e comunidade; e na implantação do Centro Integrado da Fronteira Sul, para tornar visível a nova identidade institucional da FURG na Fronteira Sul.

A quinta implicação é a necessidade de atenção à permanência estudantil. A baixa ocupação de vagas não pode ser dissociada de condições de permanência, vulnerabilidade, transporte, moradia, alimentação, trabalho, apoio pedagógico e assistência estudantil. O Caderno AUD Educação do TCU, ao tratar do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, reforça a importância de políticas de permanência para redução de retenção e evasão nas universidades federais.

A sexta implicação é a atenção às transformações digitais. O Caderno AUD Educação também registra fiscalizações relacionadas ao planejamento e à oferta de cursos das IFES diante das transformações digitais. No caso de Santa Vitória do Palmar, isso reforça a necessidade de atuação da PROITI e de planejamento tecnológico para UAB, atividades híbridas, formação continuada, ambientes digitais, conectividade e suporte às novas formas de presença universitária.

Desse modo, a proposta de transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar alinha-se às preocupações contemporâneas de governança da educação superior pública: revisão da oferta com base em evidências, responsabilidade com vagas e recursos públicos, preservação do direito à educação, fortalecimento da permanência estudantil, inovação nas formas de atuação e comunicação institucional transparente.

5.8. Transformação institucional como resposta responsável: preservação da presença pública, reconfiguração da oferta e sustentabilidade acadêmica

A resposta institucional adequada ao diagnóstico do *campus* de Santa Vitória do Palmar não é o fechamento do *campus*, nem a manutenção inercial do modelo atual. A resposta adequada é a transformação.

A transformação proposta neste relatório preserva a presença da FURG em Santa Vitória do Palmar, garante a conclusão dos estudantes regularmente matriculados, respeita a situação funcional dos servidores, reconhece a relevância histórica e territorial do município e enfrenta, com responsabilidade, a baixa ocupação dos cursos presenciais de graduação.

Essa transformação possui três dimensões complementares.

A primeira é a dimensão acadêmica, voltada à transição planejada dos cursos presenciais, à garantia de integralização curricular, à definição de últimas ofertas, ao acompanhamento dos estudantes remanescentes e à eventual reorganização ou abertura de cursos no *campus* de Rio Grande, quando couber e após aprovação pelas instâncias competentes.

A segunda é a dimensão institucional, voltada à criação de uma nova identidade para o *campus* de Santa Vitória do Palmar, por meio do Centro Integrado da Fronteira Sul. Essa nova configuração deve articular UAB, formação continuada, extensão, cultura, pesquisa aplicada, inovação, cooperação

transfronteiriça, apoio à educação básica, observatório territorial e uso qualificado da infraestrutura pública existente.

A terceira é a dimensão pública e administrativa, voltada à responsabilidade com recursos públicos, à sustentabilidade institucional, à governança integrada, à atuação articulada entre Reitoria, pró-reitorias, Unidades Acadêmicas, direção local, servidores e estudantes, e à prestação de contas à comunidade universitária e à sociedade.

A transformação, portanto, não representa retração institucional. Representa uma forma de permanência qualificada da FURG na Fronteira Sul. Ao deslocar o eixo do *campus* de cursos presenciais com baixa ocupação para uma atuação universitária integrada, territorializada e multidimensional, a Universidade reafirma sua presença pública e amplia as possibilidades de produzir impacto social, acadêmico e regional.

No caso do *campus* de Santa Vitória do Palmar, a responsabilidade com o gasto público e com a eficiência administrativa não se opõe à defesa da universidade pública. Ao contrário, fortalece essa defesa. Uma universidade pública responsável é aquela que reconhece mudanças no território, avalia suas formas de atuação, protege os estudantes, respeita servidores, utiliza adequadamente sua infraestrutura e reconfigura sua presença para continuar cumprindo sua missão social.

Tabela 9 – Relação entre achados de governança e implicações para o *campus* de Santa Vitória do Palmar.

Eixo de análise	Orientação de governança	Implicação para o <i>campus</i> de Santa Vitória do Palmar
Baixa ocupação de vagas	Monitorar a relação entre vagas ofertadas e matrículas efetivadas.	Reconhecer a baixa ocupação persistente como problema institucional e não apenas conjuntural.
Estudos de viabilidade	Considerar demanda regional/local, infraestrutura, pessoal, PDI e PPC.	Fundamentar a transformação em dados internos, base demográfica, condições territoriais e capacidade institucional.
Gestão da oferta	Avaliar criação, manutenção, reformulação, suspensão ou extinção de cursos com base em evidências.	Planejar a descontinuidade progressiva das ofertas presenciais em Santa Vitória do Palmar, com garantia de conclusão dos estudantes.
Permanência estudantil	Articular acesso, permanência, conclusão e assistência estudantil.	Garantir acompanhamento dos estudantes remanescentes e atuação integrada da PRAE durante a transição.
Comunicação institucional	Divulgar atributos da universidade pública e usar canais aderentes ao público-alvo.	Comunicar a transformação como permanência qualificada da FURG em Santa Vitória do Palmar, evitando leitura equivocada de fechamento.
Transformações digitais	Considerar novas formas de oferta, ambientes digitais e suporte tecnológico.	Integrar PROITI, UAB, formação continuada, atividades híbridas e conectividade como eixos do novo modelo.
Eficiência do gasto público	Converter vagas, estrutura e investimento em oportunidades efetivas de formação e desenvolvimento.	Reconfigurar o <i>campus</i> como Centro Integrado da Fronteira Sul, ampliando impacto acadêmico, social e territorial da infraestrutura existente.

Fonte: elaboração a partir do Acórdão nº 875/2026 – TCU – Plenário, do Caderno AUD Educação do TCU e dos dados internos da FURG.

6. FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA TRANSFORMAÇÃO

6.1. Preservação da presença da FURG em Santa Vitória do Palmar

A transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar parte de um fundamento institucional central: a presença da FURG no município deve ser preservada. O diagnóstico de baixa ocupação dos cursos presenciais de graduação não elimina a relevância histórica, territorial, social e acadêmica de Santa Vitória do Palmar para a Universidade. Ao contrário, evidencia a necessidade de reorganizar a forma de atuação institucional para que essa presença continue efetiva, qualificada e compatível com as condições atuais do território.

A FURG possui uma trajetória de vínculo com Santa Vitória do Palmar que antecede a própria instalação física do *campus* e se articula à sua vocação costeira, oceânica, lagunar, fronteiriça e socioambiental. Essa relação não deve ser reduzida ao modelo de oferta que se consolidou em determinado período histórico, centrado em cinco cursos presenciais de graduação. A Universidade pode e deve permanecer no território por meio de formas diversas de ensino, pesquisa, extensão, cultura, inovação, formação continuada, educação mediada por tecnologias e cooperação territorial.

Preservar a presença da FURG em Santa Vitória do Palmar significa reconhecer que o território segue demandando universidade pública. O município e a região de fronteira continuam apresentando necessidades de formação, produção de conhecimento, qualificação de agentes públicos, apoio à educação básica, desenvolvimento cultural, pesquisa aplicada, inovação social, cooperação transfronteiriça e articulação com políticas públicas. A questão a ser enfrentada não é a permanência ou não da FURG no território, mas a definição da forma institucional mais adequada para essa permanência.

Nesse sentido, a transformação proposta neste relatório não representa redução da importância de Santa Vitória do Palmar para a FURG. Representa a atualização da presença da Universidade no município, com base em evidências, responsabilidade pública, sustentabilidade institucional e compromisso com a Fronteira Sul.

6.2. Não fechamento do *campus*

A segunda diretriz fundamental é a de que não se cogita o fechamento do *campus* de Santa Vitória do Palmar. Essa premissa foi expressamente estabelecida no processo de constituição da Comissão e deve orientar a leitura de todo o relatório.

A transformação das atividades da FURG no atual *campus* não se confunde com encerramento da presença institucional, abandono do território ou desconstituição do espaço universitário. O que se propõe é a alteração do perfil, da natureza e da finalidade predominante do *campus*, de modo a substituir a centralidade de cursos presenciais de graduação com baixa ocupação por uma configuração mais ampla, integrada e aderente às demandas atuais da região.

O *campus* deve permanecer como espaço físico, acadêmico, institucional e simbólico da FURG em Santa Vitória do Palmar. Sua infraestrutura, sua história, seus vínculos territoriais e sua localização estratégica devem ser preservados e ressignificados. A proposta de criação do Centro Integrado da Fronteira Sul expressa exatamente essa diretriz: manter a presença da Universidade no território, mas reorganizar sua forma de atuação.

A afirmação do não fechamento é também uma diretriz de comunicação institucional. A transformação deve ser comunicada de forma clara à comunidade universitária, aos estudantes, aos

servidores, aos municípios de Santa Vitória do Palmar e Chuí, às escolas, aos órgãos públicos, às organizações sociais e à sociedade em geral. A ausência de comunicação adequada pode produzir interpretações equivocadas, insegurança e resistência. Por isso, a diretriz de não fechamento deve ser acompanhada de transparência, escuta e explicitação do projeto institucional proposto para o novo espaço.

6.3. Garantia de conclusão dos estudantes regularmente matriculados

A garantia de conclusão dos estudantes regularmente matriculados constitui princípio absoluto da transformação. Nenhum estudante vinculado aos cursos presenciais ofertados no *campus* de Santa Vitória do Palmar poderá ter sua trajetória acadêmica interrompida ou prejudicada em razão da reconfiguração institucional proposta.

Essa garantia exige planejamento acadêmico detalhado, curso a curso, com identificação dos estudantes remanescentes, componentes curriculares pendentes, últimas ofertas necessárias, dependências interunidades, oferta de estágios, trabalhos de conclusão de curso, atividades complementares, componentes de extensão e demais exigências curriculares previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

A transição deverá observar o tempo de integralização previsto nos PPCs e as normas acadêmicas aplicáveis, assegurando que os estudantes tenham condições reais de concluir seus cursos. A garantia de integralização não pode ser apenas declaratória. Deve ser materializada por meio de cronograma de ofertas, acompanhamento acadêmico, comunicação individual e coletiva, atuação das coordenações de curso, participação das Unidades Acadêmicas e monitoramento institucional permanente.

Os documentos encaminhados pelas Unidades Acadêmicas demonstram a necessidade de tratamento específico para cada curso, considerando suas particularidades curriculares, docentes e operacionais. Turismo, Hotelaria, Tecnologia em Eventos, Relações Internacionais e Comércio Exterior possuem situações distintas quanto ao número de estudantes remanescentes, componentes pendentes, unidades responsáveis, infraestrutura necessária e horizonte de últimas ofertas. Por isso, a transição deverá combinar diretriz institucional comum com planejamento operacional específico.

A garantia de conclusão também exige atenção à permanência estudantil. Durante o processo de transição, pode haver insegurança, risco de evasão, dificuldades de deslocamento, problemas socioeconômicos, dúvidas sobre continuidade das ofertas e necessidade de apoio pedagógico. A atuação integrada da PROGRAD, das coordenações de curso, das Unidades Acadêmicas e da PRAE será essencial para reduzir riscos e assegurar que a transformação não produza prejuízos aos estudantes.

6.4. Respeito à situação funcional dos servidores

A transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar deverá observar o respeito à situação funcional dos servidores docentes e técnico-administrativos em educação lotados ou em atuação no *campus*. A Portaria GAB/FURG nº 121/2025 estabeleceu como premissa a manutenção dos servidores que desejarem permanecer no atual *campus* de Santa Vitória do Palmar, o que deve ser considerado em todo o planejamento institucional.

Esse princípio exige que a reconfiguração do *campus* não seja conduzida apenas a partir da lógica dos cursos, mas também a partir da análise da força de trabalho existente, das atribuições atuais, das possibilidades de atuação no novo modelo, das necessidades das Unidades Acadêmicas, das demandas administrativas locais e das condições de funcionamento do futuro Centro Integrado da Fronteira Sul.

A situação dos servidores deve ser tratada com planejamento, transparência, escuta e segurança institucional. A permanência, a remoção, a atuação híbrida, a vinculação a novas atividades, a participação em ações de formação continuada, extensão, pesquisa, inovação, UAB e gestão local devem ser avaliadas de forma articulada, considerando as normas internas, os direitos funcionais, a necessidade do serviço público e a sustentabilidade do novo modelo.

No caso dos docentes, os planos de transição dos cursos deverão dialogar com a transição da atuação docente. A garantia de conclusão dos estudantes remanescentes exige a manutenção de ofertas curriculares até o encerramento das necessidades acadêmicas de cada curso. Ao mesmo tempo, a eventual criação ou reorganização de cursos no *campus* de Rio Grande e a implantação do novo modelo em Santa Vitória do Palmar exigirão planejamento de alocação de trabalho, evitando sobreposição inviável de atividades em diferentes *campi*.

No caso dos servidores técnico-administrativos em educação e técnicos de laboratório, a transformação deverá considerar as atribuições atuais, a infraestrutura existente, os serviços acadêmicos e administrativos que permanecerão no *campus*, o apoio às atividades do Centro Integrado da Fronteira Sul, o suporte às ações de extensão, cultura, formação continuada, UAB, pesquisa, inovação e uso social dos espaços. A permanência qualificada da FURG em Santa Vitória do Palmar depende da valorização e do planejamento adequado da atuação desses servidores.

6.5. Responsabilidade acadêmica, administrativa e orçamentária

A transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar deve ser orientada pela responsabilidade acadêmica, administrativa e orçamentária.

A responsabilidade acadêmica exige que a FURG assegure qualidade, continuidade e coerência formativa aos estudantes já matriculados, ao mesmo tempo em que avalia criticamente a manutenção de novas entradas em cursos presenciais com baixa ocupação persistente. A oferta de cursos superiores não deve ser tratada apenas como autorização formal de vagas, mas como compromisso institucional com ingresso, permanência, conclusão, qualidade da formação, inserção social e efetividade acadêmica.

A responsabilidade administrativa exige que a Universidade organize a transformação por meio de planejamento, definição de responsabilidades, cronograma, indicadores, monitoramento e prestação de contas. A proposta não pode ser composta por ações isoladas ou medidas desconectadas. Deve contemplar o todo, articulando cursos, estudantes, servidores, infraestrutura, tecnologia, Unidades Acadêmicas, pró-reitorias, direção local e comunidade territorial.

A responsabilidade orçamentária exige reconhecer que a FURG é instituição pública federal, financiada por recursos públicos, e que sua estrutura deve ser utilizada de modo compatível com os princípios da administração pública. A baixa ocupação persistente de vagas, a redução expressiva de estudantes ativos e a subutilização potencial de infraestrutura impõem à Universidade o dever de revisar a forma de funcionamento do *campus*, evitando a manutenção inercial de um modelo que deixou de produzir ocupação acadêmica compatível com a estrutura mobilizada.

Essa responsabilidade, contudo, não deve ser confundida com uma lógica meramente econômica. O objetivo não é reduzir a presença da Universidade, mas ampliar sua efetividade pública. A transformação do *campus* deve permitir melhor uso da infraestrutura, maior diversidade de ações, ampliação dos públicos atendidos, fortalecimento da relação territorial e maior coerência entre recursos mobilizados e resultados acadêmicos, sociais e institucionais.

6.6. Adequação da oferta à demanda regional real

A adequação da oferta à demanda regional real é princípio indispensável para a reconfiguração do *campus* de Santa Vitória do Palmar. O diagnóstico demonstra que a manutenção de cinco cursos presenciais de graduação com entradas regulares não encontra, no momento atual, base de ocupação suficiente para garantir sustentabilidade acadêmica e institucional.

A demanda regional não deve ser presumida apenas a partir da relevância do território ou da existência histórica do *campus*. Ela precisa ser analisada com base em dados: população, matrículas no ensino médio, concluintes da educação básica, inscritos em processos seletivos, ingressantes efetivos, origem geográfica dos estudantes, permanência, evasão, ocupação de vagas, perfil socioeconômico, condições de deslocamento, expectativas profissionais e interesse por áreas de formação.

A baixa ocupação dos cursos presenciais não significa ausência de demanda por universidade pública em Santa Vitória do Palmar e na Fronteira Sul. Significa que a demanda existente pode não se expressar, de forma suficiente, no modelo tradicional de graduação presencial anual. O território pode demandar outras formas de atuação: cursos de formação continuada, capacitações para agentes públicos, ações de extensão, programas culturais, educação mediada por tecnologias, apoio à educação básica, cursos vinculados à UAB, projetos de pesquisa aplicada, inovação social, assessorias técnicas e cooperação transfronteiriça.

A adequação da oferta à demanda real exige, portanto, mudança de foco. Em vez de insistir exclusivamente em cursos presenciais de baixa ocupação, a FURG deve construir um modelo capaz de atender diferentes públicos e necessidades: estudantes concluintes do ensino médio, trabalhadores, professores da educação básica, servidores públicos, profissionais do turismo, cultura e gestão, comunidades locais, organizações sociais, gestores municipais, estudantes uruguaios e demais atores da região de fronteira.

Esse princípio também deve orientar futuras decisões sobre criação, manutenção, reformulação ou suspensão de ofertas acadêmicas. Qualquer nova oferta vinculada ao *campus* de Santa Vitória do Palmar ou ao Centro Integrado da Fronteira Sul deverá ser precedida de análise de demanda, viabilidade institucional, infraestrutura, pessoal, aderência ao PDI e compatibilidade com a vocação territorial da FURG.

6.7. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão, cultura, inovação e tecnologia

A transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar deve reafirmar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão, cultura, inovação e tecnologia. A reconfiguração proposta não pode limitar-se à reorganização administrativa do espaço físico ou à substituição de cursos presenciais por atividades pontuais. Deve produzir uma nova forma de presença universitária, integrada e academicamente qualificada.

O ensino continuará sendo dimensão essencial da atuação da FURG em Santa Vitória do Palmar, ainda que em formatos diversificados. A transição dos cursos presenciais exige compromisso com a integralização curricular dos estudantes remanescentes. Paralelamente, o novo modelo poderá incorporar formação continuada, cursos de curta e média duração, ofertas vinculadas à UAB, ações mediadas por tecnologias, capacitações, projetos de extensão formativa e outras modalidades compatíveis com a demanda territorial.

A pesquisa deve ser compreendida como eixo de produção de conhecimento sobre e com a Fronteira Sul. O território oferece possibilidades de investigação em temas como ecossistemas costeiros e lagunares, fronteira, turismo, hospitalidade, eventos, comércio, relações internacionais, educação básica, políticas públicas, cultura, patrimônio, mobilidade, desenvolvimento regional, energia, meio ambiente e sustentabilidade.

A extensão e a cultura devem constituir dimensões estruturantes do novo modelo. A presença da FURG em Santa Vitória do Palmar precisa manter vínculo direto com a comunidade, com as escolas, com os municípios, com os agentes culturais, com os setores produtivos, com os órgãos públicos e com as organizações sociais. A extensão permite que a Universidade atue de modo dialógico, participativo e territorializado, contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

A inovação e a tecnologia devem ser incorporadas como condições contemporâneas da presença universitária. A transformação do *campus* exigirá conectividade, ambientes digitais, suporte à UAB, recursos tecnológicos para formação continuada, atividades híbridas, produção de materiais, comunicação institucional, registros de dados, gestão de indicadores e apoio a projetos de inovação social e territorial.

Assim, o futuro *campus* de Santa Vitória do Palmar, reconfigurado como Centro Integrado da Fronteira Sul, deve ser concebido como espaço de integração entre diferentes dimensões da vida universitária, e não como simples local de oferta ou apoio administrativo. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão, cultura, inovação e tecnologia é o que permitirá preservar a densidade acadêmica da presença da FURG no território.

6.8. Fronteira Sul como eixo estratégico da nova configuração institucional

A Fronteira Sul deve constituir eixo estratégico da nova configuração institucional do *campus* de Santa Vitória do Palmar. A localização do município no extremo sul do Brasil, sua proximidade com o Uruguai, sua relação com Chuí, sua inserção costeira e lagunar e sua distância dos grandes centros urbanos conferem ao território uma singularidade que deve orientar a atuação futura da FURG.

A fronteira não deve ser compreendida apenas como limite geográfico. Ela é espaço de circulação, encontro, tensão, cooperação, comércio, cultura, mobilidade, políticas públicas, integração regional e produção de conhecimento. A presença universitária nesse território deve ser capaz de interpretar e atuar sobre essas dinâmicas, articulando diferentes áreas do saber e diferentes formas de intervenção acadêmica.

O eixo da Fronteira Sul permite integrar temas que já marcaram historicamente os cursos do *campus*, como turismo, hospitalidade, eventos, relações internacionais e comércio exterior, com novos campos de atuação, como formação continuada de agentes públicos, educação básica, cultura, meio ambiente, tecnologia, inovação, desenvolvimento regional, políticas sociais, cooperação binacional e observatórios territoriais.

A criação do Centro Integrado da Fronteira Sul deve expressar essa orientação estratégica. O novo espaço deve ser pensado como plataforma institucional da FURG para atuação na região, capaz de articular ações das pró-reitorias, Unidades Acadêmicas, grupos de pesquisa, projetos de extensão, programas de formação, redes de educação básica, órgãos públicos e instituições parceiras.

Assumir a Fronteira Sul como eixo estratégico também significa reconhecer que a Universidade pode produzir impacto para além da matrícula regular em cursos presenciais. O *campus* pode tornar-se referência em formação, conhecimento, cultura, inovação, cooperação e apoio a políticas públicas em uma região singular do país, preservando a presença da FURG e ampliando sua capacidade de contribuição social.

6.9. Transparência, escuta territorial e acompanhamento institucional

A transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar deve ser conduzida com transparência, escuta territorial e acompanhamento institucional permanente.

A transparência exige que as decisões, dados, fundamentos, cronogramas e encaminhamentos sejam comunicados de forma clara aos estudantes, servidores, Unidades Acadêmicas, comunidade local, municípios envolvidos e instâncias superiores da FURG. A ausência de informação ou a comunicação incompleta pode produzir insegurança, interpretações equivocadas e resistência ao processo.

A escuta territorial é igualmente necessária. A transformação do *campus* não deve ser tratada como decisão exclusivamente administrativa, descolada da região. Santa Vitória do Palmar, Chuí, as escolas, os órgãos públicos, os setores produtivos, os agentes culturais, as organizações sociais e a comunidade universitária devem ser considerados na construção da nova identidade institucional. A escuta não elimina a responsabilidade decisória da Universidade, mas qualifica o processo e amplia sua legitimidade.

O acompanhamento institucional deve ocorrer em todas as fases da transformação. Durante a transição dos cursos, será necessário monitorar ofertas curriculares, estudantes remanescentes, riscos de evasão, infraestrutura necessária, atuação docente, demandas estudantis e cumprimento dos cronogramas. Durante a implantação do Centro Integrado da Fronteira Sul, será necessário acompanhar ações realizadas, públicos atendidos, uso da infraestrutura, parcerias, indicadores, sustentabilidade, comunicação e impacto territorial.

Esse princípio também exige prestação de contas. A transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar deve ser acompanhada por relatórios periódicos, indicadores claros e instância institucional responsável pelo monitoramento. A proposta não deve depender apenas de decisões iniciais, mas de acompanhamento contínuo, revisão de estratégias e correção de rumos.

A transparência, a escuta e o acompanhamento são condições para que a transformação seja compreendida como permanência qualificada da FURG em Santa Vitória do Palmar. Elas reforçam a confiança institucional, protegem os estudantes, orientam os servidores, dialogam com a comunidade e permitem que a Universidade demonstre, ao longo do tempo, a efetividade de sua nova forma de presença na Fronteira Sul.

Tabela 10 – Fundamentos e princípios orientadores da transformação.

Princípio	Conteúdo orientador	Implicação institucional
Preservação da presença da FURG em Santa Vitória do Palmar	A Universidade deve permanecer no território, ainda que com nova configuração institucional.	Reorganizar a atuação do <i>campus</i> sem retirada da FURG de Santa Vitória do Palmar.
Não fechamento do <i>campus</i>	A transformação não significa encerramento da presença física, acadêmica ou institucional.	Comunicar a proposta como permanência qualificada e evitar interpretação pública de fechamento.
Garantia de conclusão dos estudantes	Estudantes regularmente matriculados devem ter assegurada a integralização curricular.	Elaborar e monitorar planos de transição por curso, com últimas ofertas e acompanhamento acadêmico.
Respeito aos servidores	A situação funcional dos servidores deve ser considerada no planejamento da transformação.	Planejar permanência, remoção, atuação híbrida e novas atribuições de forma transparente e institucional.
Responsabilidade acadêmica, administrativa e orçamentária	A oferta deve ser compatível com demanda, infraestrutura, pessoal e recursos públicos.	Reconfigurar o modelo para ampliar efetividade pública e evitar manutenção inercial de baixa ocupação.
Adequação à demanda regional real	A oferta deve responder a dados e necessidades efetivas do território.	Diversificar formas de atuação: UAB, formação continuada, extensão, cultura, pesquisa e inovação.
Indissociabilidade acadêmica	Ensino, pesquisa, extensão, cultura, inovação e tecnologia devem orientar o novo modelo.	Estruturar o Centro Integrado da Fronteira Sul como espaço universitário integrado, e não como mera unidade administrativa.
Fronteira Sul como eixo estratégico	A condição fronteiriça deve orientar a nova identidade institucional.	Organizar ações voltadas à cooperação territorial, educação básica, políticas públicas e integração regional.
Transparência e escuta territorial	O processo deve ser comunicado, acompanhado e construído com diálogo institucional e territorial.	Criar mecanismos de comunicação, participação, monitoramento e prestação de contas.

Fonte: elaboração a partir da Portaria GAB/FURG nº 121/2025, do Processo SEI nº 23116.010192/2025-27 e dos referenciais de governança pública aplicáveis à educação superior federal.

7. GOVERNANÇA INSTITUCIONAL E CORRESPONSABILIDADES DA TRANSFORMAÇÃO

7.1. A transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar como ação institucional da FURG

A transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar deve ser compreendida como ação institucional da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, e não como medida setorial, restrita à Pró-Reitoria de Graduação, às Unidades Acadêmicas responsáveis pelos cursos ou à Direção do *campus* de Santa Vitória do Palmar.

A Portaria GAB/FURG nº 121/2025 estabeleceu que a proposta a ser construída deverá contemplar o todo, por meio de um projeto articulado entre as diferentes partes, sem ações isoladas. Essa diretriz é central para a governança da transformação. O processo envolve, simultaneamente, transição acadêmica dos cursos de graduação, permanência estudantil, situação funcional dos servidores, infraestrutura física e tecnológica, uso do patrimônio público, comunicação institucional, extensão, cultura, pesquisa, inovação, formação continuada, UAB, articulação territorial e construção de uma nova identidade para o *campus*.

O desafio institucional consiste em articular duas responsabilidades inseparáveis. A primeira é garantir, com segurança acadêmica e administrativa, a conclusão dos estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais ofertados em Santa Vitória do Palmar. A segunda é construir uma nova forma de presença da FURG no território, capaz de preservar o *campus*, qualificar o uso da infraestrutura existente, respeitar os servidores e produzir impacto acadêmico, social, cultural, científico, tecnológico e territorial.

Essa dupla responsabilidade exige governança integrada. A transformação deverá envolver a Reitoria, as pró-reitorias, as Unidades Acadêmicas, a Direção do *campus* de Santa Vitória do Palmar, as coordenações de curso, os servidores docentes e técnico-administrativos, os estudantes e os atores territoriais relevantes. A execução fragmentada ou a ausência de coordenação institucional poderá produzir riscos acadêmicos, administrativos, jurídicos, políticos e comunicacionais. Por isso, a governança da transformação deve ser formalizada, monitorada e acompanhada por instância própria.

7.2. Coordenação política e institucional da Reitoria

A Reitoria deverá exercer a coordenação política e institucional da transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar, assegurando unidade de orientação, articulação entre áreas, comunicação institucional, pactuação de responsabilidades e encaminhamento das deliberações às instâncias competentes.

Cabe à Reitoria garantir que a transformação seja conduzida como política institucional da FURG, em consonância com as premissas fixadas pela Portaria GAB/FURG nº 121/2025: não fechamento do *campus*, garantia de conclusão dos estudantes regularmente matriculados, respeito à situação funcional dos servidores, inexistência de acréscimo de pessoal ou novos investimentos financeiros, elaboração de Plano de Transição, construção de proposta articulada e definição de uma nova concepção e identidade para o espaço.

A coordenação da Reitoria é necessária porque a transformação envolve dimensões que ultrapassam a competência de uma única pró-reitoria. A transição acadêmica dos cursos demanda atuação da PROGRAD e das Unidades Acadêmicas. A permanência estudantil exige atuação da PRAE. A relação territorial, cultural e comunitária demanda atuação da PROEXC. A pesquisa, a pós-graduação e a

produção de conhecimento territorializada exigem envolvimento da PROPESP. A inovação, a tecnologia da informação, os ambientes digitais, a conectividade, a transferência de tecnologia e a articulação com ambientes de inovação da FURG demandam atuação da PROITI. A sustentabilidade administrativa e orçamentária requer a atuação da PROPLAD. A situação funcional dos servidores exige participação da PROGEP. A infraestrutura física, a manutenção predial e a preservação do patrimônio público demandam atuação da PROINFRA.

A Reitoria também deverá assegurar que as decisões decorrentes do relatório sejam encaminhadas às instâncias institucionais próprias, observadas as competências regimentais e normativas da Universidade. Isso inclui, quando couber, tramitação nas Unidades Acadêmicas, análise pela PROGRAD, submissão ao COEPEA, atualização de registros institucionais, comunicação aos órgãos externos e organização dos processos administrativos pertinentes.

Além disso, a Reitoria deverá conduzir a interlocução política com os municípios de Santa Vitória do Palmar e Chuí, com órgãos públicos, escolas, entidades locais, comunidade universitária e demais atores estratégicos. A transformação do *campus* exige comunicação institucional clara, especialmente para evitar interpretação equivocada de fechamento. A coordenação política da Reitoria é, portanto, condição para dar legitimidade, unidade e segurança ao processo.

A atuação das pró-reitorias apresentada nas seções seguintes observa as competências definidas no Regimento Interno da Reitoria.

7.3. PROGRAD: transição acadêmica, integralização curricular e novas ofertas de graduação

À Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD caberá coordenar, no âmbito de suas competências, a transição acadêmica dos cursos de graduação presenciais atualmente vinculados ao *campus* de Santa Vitória do Palmar, assegurando a integralização curricular dos estudantes regularmente matriculados. Essa atribuição, contudo, não se encerra na transição dos cursos em descontinuidade progressiva. A PROGRAD também deverá participar da estruturação das novas formas de oferta de graduação que venham a compor a presença da FURG no território, especialmente cursos vinculados à Universidade Aberta do Brasil – UAB, ofertas únicas, ofertas especiais, cursos mediados por tecnologias ou outras modalidades acadêmicas aprovadas pelas instâncias competentes.

Essa responsabilidade envolve a articulação com as Unidades Acadêmicas responsáveis pelos cursos de Turismo, Hotelaria, Tecnologia em Eventos, Relações Internacionais e Comércio Exterior, bem como com as coordenações de curso, Núcleos Docentes Estruturantes, Conselhos das Unidades e demais instâncias acadêmicas envolvidas. Envolve, ainda, a articulação com Unidades Acadêmicas que venham a propor novas ofertas de graduação no âmbito do Centro Integrado da Fronteira Sul, inclusive em formatos não presenciais, híbridos, especiais ou vinculados a programas institucionais e nacionais de expansão da formação superior.

A PROGRAD deverá acompanhar a elaboração e a execução dos planos de transição por curso, com identificação dos estudantes remanescentes, componentes curriculares pendentes, últimas ofertas necessárias, dependências interunidades, estágios, trabalhos de conclusão de curso, atividades complementares, componentes de extensão e demais exigências dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Também caberá à PROGRAD orientar as Unidades Acadêmicas quanto aos procedimentos institucionais necessários à descontinuidade progressiva das ofertas presenciais em Santa Vitória do Palmar e, quando houver deliberação nesse sentido, à criação, reorganização ou oferta de cursos no *campus* de Rio Grande. Esses procedimentos deverão observar as normas internas da FURG, a

tramitação acadêmica regular, a atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, os registros institucionais e as exigências dos sistemas oficiais.

Na nova configuração institucional do *campus* de Santa Vitória do Palmar, caberá igualmente à PROGRAD contribuir para a análise, orientação e tramitação de propostas de graduação vinculadas ao Centro Integrado da Fronteira Sul, inclusive cursos UAB, ofertas únicas, ofertas em regime especial, ações de graduação mediadas por tecnologias e outras iniciativas que venham a ser aprovadas no âmbito da Universidade. Essa atuação deverá assegurar coerência acadêmica, aderência normativa, qualidade pedagógica, compatibilidade com os sistemas institucionais e articulação com as políticas de graduação da FURG.

A PROGRAD deverá ainda garantir que a comunicação acadêmica com os estudantes seja clara, contínua e documentada. Os estudantes precisam ter conhecimento das condições de continuidade de seus cursos, das ofertas previstas, dos prazos de integralização, dos componentes pendentes, dos canais de atendimento e das instâncias responsáveis pelo acompanhamento.

Durante a transição, será necessário monitorar riscos de evasão, retenção, desligamento, ausência de oferta, conflito de horários, indisponibilidade de docentes, dificuldades de estágio, pendências curriculares individualizadas e impactos de eventuais mudanças na organização acadêmica. Na implantação de novas ofertas de graduação vinculadas ao Centro Integrado da Fronteira Sul, também será necessário acompanhar condições de ingresso, permanência, suporte acadêmico, mediação tecnológica, articulação com a UAB, adequação dos PPCs e efetividade das ações propostas. A atuação da PROGRAD deverá articular planejamento, orientação normativa, acompanhamento pedagógico e mediação institucional, tanto na proteção dos estudantes remanescentes quanto na construção das novas formas de presença da graduação da FURG na Fronteira Sul.

7.4. PRAE: acompanhamento dos estudantes remanescentes, permanência e atenção às vulnerabilidades estudantis

À Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE caberá atuar no acompanhamento dos estudantes remanescentes, especialmente nos casos que envolvam vulnerabilidade socioeconômica, risco de evasão, dificuldades de permanência, necessidades de apoio psicossocial, acessibilidade, alimentação, moradia, transporte, inclusão digital e demais dimensões da assistência estudantil.

A transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar pode produzir insegurança entre os estudantes. Ainda que esteja assegurada a integralização curricular, o processo de transição pode gerar dúvidas, ansiedade, dificuldades de planejamento, receio de descontinuidade das ofertas e preocupação quanto ao futuro acadêmico. Por isso, a atuação da PRAE deve integrar a governança da transformação desde o início, e não apenas em situações emergenciais.

A PRAE deverá participar da construção de estratégias de permanência específicas para os estudantes remanescentes, em articulação com a PROGRAD, coordenações de curso, Unidades Acadêmicas e Direção do *campus* de Santa Vitória do Palmar. Essa atuação poderá incluir identificação de estudantes em maior vulnerabilidade, orientação sobre auxílios, acompanhamento de situações de risco, apoio a estudantes com deficiência, articulação com políticas de acessibilidade e encaminhamentos psicossociais, quando cabíveis.

A assistência estudantil deve ser compreendida como dimensão estratégica da transição. A garantia de conclusão dos cursos não depende apenas da oferta formal de componentes curriculares.

Depende também das condições concretas de permanência dos estudantes até a conclusão. Estudantes vinculados a cursos com número reduzido de estudantes podem estar mais expostos ao isolamento, à desmotivação e ao risco de evasão. O acompanhamento pela PRAE é, portanto, condição para que a garantia de integralização seja efetiva.

No novo modelo institucional do *campus* de Santa Vitória do Palmar, sugere-se que a PRAE também possa contribuir para a construção de estratégias de acolhimento e apoio a estudantes vinculados a futuras ofertas de graduação mediadas por tecnologias, cursos vinculados à Universidade Aberta do Brasil – UAB ou outras atividades acadêmicas desenvolvidas no espaço do *campus*, observadas as características de cada política, modalidade de oferta e público atendido.

7.5. PROEXC: extensão, cultura, relação comunitária e articulação territorial

À Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEXC caberá papel estratégico na construção da nova identidade institucional do *campus* de Santa Vitória do Palmar. A transformação do *campus* não pode se limitar à transição dos cursos presenciais; deve produzir uma nova forma de presença universitária no território. Nessa perspectiva, extensão e cultura são dimensões centrais.

A PROEXC deverá coordenar, estimular e apoiar ações de extensão e cultura vinculadas ao futuro Centro Integrado da Fronteira Sul, em diálogo com Santa Vitória do Palmar, Chuí, escolas, órgãos públicos, organizações sociais, agentes culturais, setores produtivos, comunidades locais e instituições uruguaias. A nova configuração do *campus* deve permitir que a FURG amplie sua atuação territorial por meio de projetos, programas, cursos, oficinas, eventos, ações culturais, assessorias, fóruns e atividades de formação cidadã.

A extensão deve constituir eixo de aproximação permanente entre Universidade e comunidade. Em Santa Vitória do Palmar, ela pode envolver temas como educação básica, direitos sociais, cultura, patrimônio, memória, turismo de base local, meio ambiente, políticas públicas, fronteira, integração regional, economia solidária, trabalho, juventudes, população idosa, comunidades rurais, mobilidade transfronteiriça e desenvolvimento sustentável.

A cultura também deve ter presença estruturante no novo modelo. A região apresenta singularidades históricas, territoriais, fronteiriças e ambientais que podem ser mobilizadas em ações de valorização da memória local, produção artística, formação cultural, eventos comunitários, intercâmbio Brasil–Uruguai, preservação de patrimônio material e imaterial e difusão de conhecimento.

A atuação da PROEXC será decisiva para que o *campus* permaneça ativo no território durante e após a transição dos cursos. A redução progressiva das ofertas presenciais não pode gerar esvaziamento institucional. Ao contrário, deve ser acompanhada pela ampliação planejada de ações extensionistas, culturais e comunitárias que reafirmem a presença pública da FURG em Santa Vitória do Palmar.

7.6. PROPESP: pesquisa, pós-graduação e produção de conhecimento territorializada

À Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPESP caberá fomentar a inserção do *campus* de Santa Vitória do Palmar em agendas de pesquisa, pós-graduação e produção de conhecimento territorializada, em articulação com as demais áreas responsáveis por extensão, cultura, inovação, tecnologia da informação e desenvolvimento territorial.

A transformação do *campus* em Centro Integrado da Fronteira Sul oferece oportunidade para constituir o território como campo estratégico de investigação, formação avançada e cooperação científica. A Fronteira Sul reúne temas de alta relevância acadêmica: ecossistemas costeiros e lagunares, Lagoa Mirim, Lagoa Mangueira, Estação Ecológica do Taim, fronteira Brasil–Uruguai, turismo, hospitalidade, eventos, comércio, relações internacionais, educação básica, cultura, patrimônio, políticas públicas, desenvolvimento regional, energia, mobilidade, meio ambiente e sustentabilidade.

A PROPESP poderá articular grupos de pesquisa da FURG interessados em desenvolver projetos no território, apoiar a criação de observatórios, estimular pesquisas aplicadas, fomentar parcerias com instituições brasileiras e uruguaias, promover ações de iniciação científica e tecnológica, articular programas de pós-graduação e incentivar a produção de diagnósticos, boletins, notas técnicas e relatórios territoriais.

A pesquisa no novo modelo não deve ser concebida como atividade isolada de docentes ou grupos específicos. Deve estar integrada aos demais eixos do *campus*: extensão, cultura, formação continuada, UAB, educação básica, políticas públicas, inovação e tecnologia. O Centro Integrado da Fronteira Sul pode funcionar como plataforma institucional para produção e difusão de conhecimento sobre a Fronteira Sul, conectando demandas locais à capacidade científica da Universidade.

Quando envolver inovação tecnológica, transferência de tecnologia, propriedade intelectual, empreendedorismo, ambientes de inovação ou soluções de base tecnológica, a atuação da PROPESP deverá ser articulada à PROITI, especialmente considerando o papel do Parque Científico e Tecnológico – OCEANTEC, do Centro de Gestão da Tecnologia da Informação – CGTI e da Unidade EMBRAPA iTec/FURG. Essa articulação evita sobreposição de competências e permite que a produção científica territorializada dialogue com mecanismos institucionais de inovação, transferência de conhecimento e desenvolvimento tecnológico.

7.7. PROITI: inovação, tecnologia da informação, ambientes digitais, suporte à UAB, transferência de tecnologia e conectividade institucional

À Pró-Reitoria de Inovação e Tecnologia da Informação – PROITI caberá papel estratégico na viabilização tecnológica e inovadora da nova configuração institucional do *campus* de Santa Vitória do Palmar.

Nos termos do Regimento Interno da Reitoria, a PROITI tem por finalidade promover a inovação nas atividades acadêmicas e administrativas, mediante o aprimoramento dos sistemas e tecnologias da informação, bem como ampliar os mecanismos de transferência de tecnologia para a sociedade em articulação com os ambientes de inovação da FURG. Assim, sua atuação na transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar não deve ser compreendida apenas como suporte técnico de informática, mas como participação estruturante na construção de um novo modelo de presença universitária, articulando tecnologia da informação, inovação, tecnociência solidária, desenvolvimento territorial, transferência de tecnologia e apoio às atividades acadêmicas e administrativas.

A transformação proposta depende de infraestrutura tecnológica adequada. A ampliação de ofertas mediadas por tecnologias, o suporte à Universidade Aberta do Brasil – UAB, a realização de formações continuadas, o funcionamento de ambientes híbridos, a transmissão de atividades, a

produção de materiais digitais, o atendimento remoto, a gestão de dados e o monitoramento institucional exigem conectividade, equipamentos, suporte técnico, segurança da informação e integração com os sistemas institucionais da FURG.

Nesse âmbito, o Centro de Gestão da Tecnologia da Informação – CGTI, vinculado à PROITI, possui papel diretamente relacionado à organização, expansão e atualização da infraestrutura de tecnologia da informação, ao planejamento dos sistemas de informação, à segurança da informação, à engenharia e aos serviços de rede e ao suporte e atendimento à comunidade universitária. Recomenda-se que a PROITI, por meio do CGTI e em articulação com a Direção do *campus* de Santa Vitória do Palmar, realize diagnóstico da infraestrutura tecnológica existente no *campus*, identificando condições de internet, rede lógica, equipamentos, laboratórios, salas aptas para atividades híbridas, recursos audiovisuais, sistemas de videoconferência, suporte aos usuários, acessibilidade digital e necessidades de adequação.

Esse diagnóstico deverá orientar o plano de implantação do Centro Integrado da Fronteira Sul, considerando a premissa de que a transformação não contará com acréscimo de pessoal ou novos investimentos financeiros. A definição de soluções tecnológicas deverá ser compatível com a realidade institucional e com a capacidade operacional do *campus*, priorizando alternativas sustentáveis, integradas aos sistemas da FURG e adequadas às atividades previstas para a nova configuração.

Também caberá à PROITI apoiar a definição de soluções tecnológicas para ambientes virtuais de aprendizagem, ferramentas de comunicação, sistemas de inscrição e certificação, plataformas de transmissão, armazenamento de materiais, atendimento digital, gestão de dados, acompanhamento de indicadores e suporte a atividades síncronas, assíncronas e híbridas. Essas soluções serão indispensáveis para que o Centro Integrado da Fronteira Sul possa atuar com formação continuada, UAB, extensão, cultura, pesquisa aplicada, eventos, reuniões institucionais, ações com escolas e atividades de cooperação territorial.

Além da dimensão de tecnologia da informação, a PROITI poderá contribuir para a implantação do Centro Integrado da Fronteira Sul por meio de seus ambientes de inovação. O Parque Científico e Tecnológico – OCEANTEC tem por finalidade fomentar economias baseadas no conhecimento, integrando a pesquisa científica e tecnológica produzida na FURG com órgãos governamentais e diferentes setores da sociedade, promovendo transferência de tecnologia, proteção da propriedade intelectual e desenvolvimento de empreendimentos inovadores nos territórios em que a Universidade estiver inserida.

Essa competência dialoga diretamente com a proposta de reconfiguração do *campus* de Santa Vitória do Palmar. O Centro Integrado da Fronteira Sul poderá constituir espaço de articulação para ações de inovação social, tecnociência solidária, empreendedorismo, desenvolvimento territorial, apoio a políticas públicas, identificação de demandas locais, aproximação entre conhecimento acadêmico e problemas do território, bem como ações voltadas à geração de trabalho, renda e desenvolvimento regional. Nesse sentido, a atuação do OCEANTEC poderá fortalecer o eixo de inovação do Centro Integrado da Fronteira Sul, especialmente em atividades de extensão tecnológica, formação, incubação de iniciativas, inovação aberta, propriedade intelectual, transferência de tecnologia e cooperação com atores públicos, sociais e produtivos da Fronteira Sul.

A Unidade EMBRAP II iTec/FURG, também vinculada à PROITI, poderá contribuir com a nova configuração institucional em ações de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação nas áreas

de Robótica, Automação e Ciência de Dados, observadas suas áreas de credenciamento e suas finalidades próprias. Sua participação poderá ocorrer especialmente em iniciativas interdisciplinares, capacitações, eventos, projetos de aproximação com o setor produtivo, desenvolvimento de soluções tecnológicas, análise de dados territoriais e apoio a atividades de inovação vinculadas ao Centro Integrado da Fronteira Sul.

A tecnologia, portanto, deve ser tratada como condição estruturante, e não acessória. Em um território de baixa densidade demográfica, distante dos grandes centros urbanos e com necessidade de diversificação das formas de presença universitária, a conectividade amplia a capacidade da FURG de atender públicos distintos sem abandonar o espaço físico do *campus*. Ao mesmo tempo, a inovação permite que a presença universitária seja orientada à produção de soluções, à transferência de conhecimento, ao fortalecimento de políticas públicas e ao desenvolvimento territorial.

O desafio institucional é combinar presença territorial, mediação tecnológica qualificada e ambientes de inovação. A PROITI deverá contribuir para que o *campus* de Santa Vitória do Palmar, por meio do Centro Integrado da Fronteira Sul, não seja apenas um espaço conectado digitalmente, mas um ambiente universitário capaz de articular tecnologia, inovação, formação, pesquisa aplicada, extensão, cooperação e desenvolvimento da Fronteira Sul.

7.8. PROPLAD: planejamento, orçamento, indicadores, sustentabilidade administrativa e apoio à tomada de decisão

À Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD caberá contribuir para a dimensão administrativa, orçamentária e de planejamento da transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar.

A reconfiguração do *campus* exige análise de sustentabilidade institucional. Será necessário conhecer a estrutura de custos, contratos, manutenção predial, consumo de energia, água, limpeza, vigilância, conectividade, equipamentos, infraestrutura, patrimônio, demandas de funcionamento e possibilidades de uso mais eficiente dos espaços. A PROPLAD deverá apoiar o levantamento dessas informações e sua organização como subsídio à tomada de decisão.

A PROPLAD também deverá contribuir para a definição de indicadores de acompanhamento da transformação. Esses indicadores não devem se limitar a métricas financeiras. Devem permitir avaliar a efetividade da nova presença institucional da FURG no território, incluindo uso da infraestrutura, número de ações realizadas, públicos atendidos, formações ofertadas, projetos de extensão, cultura, pesquisa, inovação, ações UAB, parcerias territoriais, taxa de conclusão dos estudantes remanescentes e cumprimento dos cronogramas de transição.

Outra dimensão relevante é o alinhamento da transformação ao planejamento institucional da FURG. A proposta deverá dialogar com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, com as metas institucionais, com a vocação da Universidade, com o planejamento acadêmico e com a sustentabilidade administrativa de médio prazo.

A PROPLAD poderá ainda apoiar a elaboração de cenários para o uso do *campus*, considerando alternativas de ocupação dos espaços, manutenção mínima necessária, potencial de compartilhamento, custos de funcionamento, possibilidades de racionalização e preservação do patrimônio público. A transformação deverá evitar tanto a subutilização da infraestrutura quanto a criação de expectativas incompatíveis com os recursos disponíveis.

7.9. PROGEP: gestão de pessoas, movimentação de servidores, dimensionamento da força de trabalho e apoio às novas formas de atuação no *campus*

À Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – PROGEP caberá atuar no dimensionamento da força de trabalho, na análise da situação funcional dos servidores e no apoio às movimentações necessárias à transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar.

A Portaria GAB/FURG nº 121/2025 estabeleceu como premissa a manutenção dos servidores que desejarem permanecer no *campus* de Santa Vitória do Palmar. Essa diretriz exige planejamento específico. A transformação do *campus* não poderá ser conduzida apenas a partir das necessidades dos cursos, mas também deverá considerar os servidores docentes e técnico-administrativos em educação, suas lotações, atribuições, interesses, possibilidades de atuação, necessidades institucionais e direitos funcionais.

A PROGEP deverá contribuir para a consolidação de informações sobre os servidores lotados ou em atuação no *campus*, incluindo docentes, técnico-administrativos em educação, técnicos de laboratório, servidores em afastamento ou com atuação parcial e servidores vinculados às Unidades Acadêmicas e à estrutura administrativa local. Esses dados são indispensáveis para planejar permanências, remoções, atuações híbridas e novas atribuições.

No caso dos docentes, a PROGEP deverá atuar em articulação com as Unidades Acadêmicas, a PROGRAD e a Reitoria, considerando os planos de transição dos cursos, as necessidades de oferta até a integralização dos estudantes, as eventuais novas ofertas no *campus* de Rio Grande e a possibilidade de atuação em atividades do Centro Integrado da Fronteira Sul.

No caso dos técnico-administrativos em educação, será necessário dimensionar as atividades que permanecerão no *campus* e aquelas que serão ampliadas ou reconfiguradas. O novo modelo poderá exigir atuação em apoio acadêmico, gestão local, extensão, cultura, formação continuada, UAB, suporte a eventos, apoio a projetos, atendimento à comunidade, gestão de espaços e suporte operacional.

A PROGEP também poderá apoiar ações de formação e desenvolvimento voltadas aos servidores que permanecerem no *campus* de Santa Vitória do Palmar, especialmente para atuação em novos formatos de oferta, ambientes digitais, ações extensionistas, atendimento a públicos diversos, gestão de projetos e suporte à nova identidade institucional do *campus*.

7.10. PROINFRA: manutenção predial, infraestrutura física, acessibilidade, uso dos espaços e preservação do patrimônio público

À Pró-Reitoria de Infraestrutura – PROINFRA caberá atuar na avaliação, manutenção e planejamento do uso da infraestrutura física do *campus* de Santa Vitória do Palmar.

A transformação do *campus* exige diagnóstico detalhado dos espaços disponíveis, incluindo salas de aula, laboratórios, biblioteca, áreas administrativas, auditórios, espaços de convivência, acessibilidade, equipamentos, mobiliário, condições prediais, segurança, manutenção, possibilidades de uso compartilhado e necessidades de adequação. Esse diagnóstico deverá subsidiar a implantação do Centro Integrado da Fronteira Sul e a preservação do patrimônio público já existente.

Durante a transição dos cursos presenciais, será necessário assegurar a infraestrutura indispensável à conclusão dos estudantes remanescentes. Isso inclui salas, laboratórios, equipamentos específicos, biblioteca, espaços de atendimento e demais condições previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. A redução progressiva das turmas não elimina a necessidade de manutenção das condições acadêmicas mínimas até a conclusão dos percursos formativos.

No novo modelo, a infraestrutura do *campus* deverá ser orientada a usos diversificados. O espaço poderá receber formação continuada, ações de extensão e cultura, encontros com escolas, eventos institucionais, cursos UAB, atividades híbridas, reuniões com órgãos públicos, projetos de pesquisa aplicada, oficinas, seminários, atividades comunitárias e ações de cooperação transfronteiriça.

A PROINFRA deverá contribuir para evitar tanto a deterioração quanto a ociosidade da infraestrutura. A preservação do patrimônio público exige planejamento de uso, manutenção preventiva, adequação dos espaços às novas finalidades e articulação com as demais áreas responsáveis pela programação acadêmica, cultural, tecnológica e territorial.

A acessibilidade também deve constituir eixo da atuação da PROINFRA. O novo modelo de *campus* deverá assegurar condições adequadas para pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou outras necessidades específicas, em consonância com as normas de acessibilidade e com o compromisso institucional da FURG com inclusão e permanência.

7.11. Unidades Acadêmicas: responsabilidade pelos cursos, planos de integralização, docentes e componentes curriculares

As Unidades Acadêmicas responsáveis pelos cursos ofertados no *campus* de Santa Vitória do Palmar possuem papel central na transição acadêmica. A Faculdade de Direito – FADIR, o Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – ICEAC, o Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI e o Instituto de Letras e Artes – ILA deverão atuar conforme suas competências, em articulação com a PROGRAD, Reitoria e demais instâncias envolvidas.

Cabe às Unidades Acadêmicas elaborar, validar e executar os planos de integralização dos estudantes remanescentes, identificando componentes curriculares pendentes, últimas ofertas, docentes responsáveis, dependências interunidades, necessidades de infraestrutura, estágios, TCCs, atividades complementares e demais exigências curriculares.

As Unidades também deverão deliberar, em suas instâncias próprias, sobre eventuais propostas de criação, reorganização ou oferta de cursos no *campus* de Rio Grande, observando as normas internas, os trâmites acadêmicos, os Projetos Pedagógicos dos Cursos, os Núcleos Docentes Estruturantes, os Conselhos das Unidades, a PROGRAD, o COEPEA e os registros nos sistemas oficiais.

No caso da transição docente, as Unidades deverão planejar a atuação de seus servidores de modo a compatibilizar a garantia de conclusão dos estudantes em Santa Vitória do Palmar com eventuais novas ofertas em Rio Grande e com a implantação da nova configuração institucional do *campus*. Esse planejamento deve considerar a impossibilidade de sobreposição inviável de atividades em diferentes campi e a necessidade de preservar a qualidade acadêmica.

As Unidades Acadêmicas também poderão contribuir com o Centro Integrado da Fronteira Sul por meio de projetos de extensão, pesquisa, formação continuada, cultura, inovação, educação básica, cooperação internacional e atuação territorial. A transformação do *campus* deve permitir que as áreas de conhecimento historicamente vinculadas a Santa Vitória do Palmar continuem contribuindo para a Fronteira Sul, ainda que em formatos diversos daqueles originalmente estruturados.

7.12. Direção do *campus* de Santa Vitória do Palmar e articulação local

A Direção do *campus* de Santa Vitória do Palmar possui papel estratégico na articulação local da transformação. Por sua inserção direta no território, a Direção é instância fundamental para o diálogo com servidores, estudantes, comunidade local, escolas, órgãos públicos, Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar, Prefeitura Municipal do Chuí e demais atores regionais.

Durante a transição, a Direção do *campus* deverá contribuir para a comunicação institucional, a organização dos espaços, o suporte às atividades acadêmicas remanescentes, o acompanhamento das demandas locais, a identificação de problemas operacionais e a mediação entre comunidade do *campus* e gestão central da Universidade.

No processo de transformação do Campus, a Direção deverá atuar na articulação das atividades no território, no apoio à programação institucional, na gestão cotidiana dos espaços e na construção de vínculos com parceiros locais. O novo modelo dependerá de presença local ativa, capaz de transformar diretrizes institucionais em ações concretas no município.

A Direção também deverá participar da identificação de usos possíveis da infraestrutura existente, considerando a realidade local, a disponibilidade de servidores, a demanda da comunidade, a articulação com escolas, a realização de eventos, o atendimento a estudantes, a recepção de atividades da UAB e o apoio a projetos de extensão, cultura, pesquisa e formação continuada.

A transformação do *campus* exigirá equilíbrio entre coordenação central e gestão local. A Reitoria e as pró-reitorias devem assegurar a orientação institucional; a Direção do *campus* deve contribuir com a leitura concreta do território, a operacionalização das ações e a manutenção do vínculo cotidiano da FURG com Santa Vitória do Palmar.

7.13. Acompanhamento institucional por indicadores, monitoramento e prestação de contas

A complexidade da transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar exige acompanhamento institucional contínuo, orientado por indicadores capazes de monitorar tanto a transição acadêmica dos cursos quanto a implantação da nova configuração do *campus* como Centro Integrado da Fronteira Sul.

Esse acompanhamento deverá permitir que a FURG verifique, de forma periódica, o cumprimento das premissas assumidas no processo de transformação: garantia de integralização curricular dos estudantes remanescentes, preservação da presença institucional da Universidade em Santa Vitória do Palmar, uso qualificado da infraestrutura existente, diversificação das formas de atuação acadêmica e fortalecimento da relação territorial com a Fronteira Sul.

No que se refere aos cursos em transição, deverão ser acompanhados os estudantes remanescentes por curso, os planos de integralização, os componentes curriculares pendentes, as ofertas realizadas, os concluintes, as situações de risco acadêmico, os casos de evasão, retenção ou desligamento e as demandas de assistência estudantil. Esses indicadores deverão permitir intervenções tempestivas, evitando que a descontinuidade progressiva das ofertas presenciais comprometa a conclusão dos percursos formativos.

Quanto às novas formas de presença acadêmica no *campus*, deverão ser acompanhadas as atividades vinculadas à Universidade Aberta do Brasil – UAB, eventuais cursos presenciais de graduação de oferta única, ofertas especiais, cursos mediados por tecnologias, cursos de formação

continuada, ações de extensão e cultura, projetos de pesquisa aplicada, iniciativas de inovação, atividades com escolas, ações comunitárias, parcerias territoriais e atividades de cooperação transfronteiriça.

A infraestrutura física e tecnológica também deverá ser monitorada. O acompanhamento deverá considerar o uso das salas, laboratórios, biblioteca, espaços administrativos e áreas de convivência, bem como as condições de conectividade, equipamentos, ambientes digitais, suporte a atividades híbridas, acessibilidade, manutenção e preservação do patrimônio público. Esse monitoramento é necessário para evitar a subutilização dos espaços e assegurar que sua ocupação esteja vinculada à finalidade acadêmica, social e institucional da FURG.

A prestação de contas é parte essencial da governança da transformação. O processo envolve estudantes, servidores, comunidade local, recursos públicos e patrimônio institucional. Por isso, suas etapas devem ser documentadas, avaliadas e comunicadas periodicamente. O acompanhamento institucional por indicadores permitirá que a FURG identifique riscos, corrija rumos quando necessário e demonstre, ao longo do tempo, que a transformação representa permanência qualificada da Universidade em Santa Vitória do Palmar.

8. PLANO DE TRANSIÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

8.1. Origem e escopo dos planos de transição encaminhados pelas Unidades Acadêmicas

O Plano de Transição dos cursos de graduação do *campus* de Santa Vitória do Palmar foi estruturado a partir de solicitação formal encaminhada pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD às Unidades Acadêmicas responsáveis pelos cursos presenciais ofertados no *campus*.

Por meio do Ofício nº 66/2026/PROGRAD/FURG, de 7 de junho de 2026, a PROGRAD solicitou às Unidades Acadêmicas o encaminhamento de informações necessárias ao planejamento das etapas de transição para o *campus* de Rio Grande e à garantia de continuidade da formação dos estudantes atualmente vinculados ao *campus* de Santa Vitória do Palmar. O ofício solicitou, para cada curso, a indicação dos componentes curriculares já integralmente cumpridos, dos componentes ainda necessários à integralização curricular, do semestre ou período previsto para oferta, do número estimado de estudantes a serem atendidos, da unidade ou docente responsável, da previsão da última oferta, do planejamento da transição docente, da situação acadêmica dos estudantes, das necessidades excepcionais e dos riscos para a conclusão das turmas remanescentes.

Em resposta, foram encaminhados documentos pela Faculdade de Direito – FADIR, pelo Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – ICEAC e pelo Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI. Esses documentos constituem a base operacional deste capítulo e permitem tratar a transição dos cursos não apenas como diretriz futura, mas como planejamento acadêmico já iniciado pelas Unidades responsáveis.

A transição dos cursos deverá preservar a garantia de integralização curricular dos estudantes regularmente matriculados, sem exposição de dados pessoais no corpo do relatório. Assim, informações nominais, matrículas, observações individualizadas, situações de vulnerabilidade, hipóteses de evasão, risco de jubramento ou informações acadêmicas sensíveis devem permanecer em documentos administrativos próprios, registros acadêmicos internos ou processos administrativos específicos.

8.2. Diretrizes comuns da transição acadêmica

Os planos encaminhados pelas Unidades Acadêmicas confirmam que a transição dos cursos presenciais do *campus* de Santa Vitória do Palmar exige tratamento específico por curso, embora esteja orientada por diretrizes comuns.

A primeira diretriz é a garantia de conclusão dos estudantes remanescentes. A descontinuidade progressiva da oferta presencial em Santa Vitória do Palmar não poderá produzir interrupção de trajetórias acadêmicas, ausência de componentes curriculares obrigatórios, inviabilização de estágios, TCCs, atividades complementares ou componentes de extensão.

A segunda diretriz é a manutenção das ofertas remanescentes pelo tempo necessário à integralização dos estudantes. Cada Unidade Acadêmica deverá assegurar, em articulação com as demais Unidades envolvidas, a oferta dos componentes ainda pendentes, observando os cronogramas já indicados nos planos enviados.

A terceira diretriz é o acompanhamento semestral dos estudantes remanescentes, com atenção especial a retenção, reprovação, evasão, ausência de matrícula, possibilidade de desligamento por extrapolação de prazo máximo de integralização, dificuldade de frequência, necessidade de

atendimento especializado, vulnerabilidade socioeconômica e demais fatores que possam comprometer a conclusão.

A quarta diretriz é a articulação interunidades. Os cursos do *campus* de Santa Vitória do Palmar envolvem componentes curriculares vinculados a diferentes Unidades Acadêmicas, especialmente ICHI, FADIR, ICEAC e ILA. A transição dependerá de pactuação permanente entre essas Unidades, de modo a evitar ausência de oferta, choque de horários, indisponibilidade docente ou atraso na integralização curricular.

A quinta diretriz é a separação entre a transição dos cursos atuais e eventuais novas ofertas acadêmicas. A criação ou reorganização de cursos no *campus* de Rio Grande, a oferta de cursos presenciais de graduação de oferta única, as ofertas especiais, as ações vinculadas à Universidade Aberta do Brasil – UAB ou outras formas de oferta mediadas por tecnologias não substituem a obrigação institucional de garantir a conclusão dos estudantes atualmente vinculados aos cursos presenciais do *campus* de Santa Vitória do Palmar.

8.3. Plano de transição do Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI

O Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI encaminhou planejamento relativo aos cursos sob sua responsabilidade no eixo de Turismo e Hospitalidade, com informações sobre componentes curriculares cumpridos, componentes remanescentes, previsão de ofertas, transição docente, situação acadêmica dos estudantes, necessidades excepcionais e riscos à conclusão. O documento encaminhado pelo ICHI contém dados individualizados de estudantes, que não devem ser reproduzidos no corpo deste relatório em razão da proteção de dados pessoais.

8.3.1. Bacharelado em Hotelaria

No caso do Bacharelado em Hotelaria, o ICHI apresentou relação de componentes curriculares já integralmente cumpridos pelos estudantes remanescentes, componentes em andamento em 2026/2 e componentes ainda necessários à integralização curricular. O planejamento indica a necessidade de manutenção de ofertas até 2028/2, incluindo componentes curriculares dos períodos intermediários e finais do curso, disciplinas optativas, estágios e trabalhos de conclusão de curso.

Entre os componentes finais indicados no planejamento estão Trabalho de Conclusão de Curso I, Trabalho de Conclusão de Curso II, Estágio Supervisionado e disciplina optativa, com ofertas previstas em 2028. O planejamento também registra componentes vinculados ao ICHI, ao ICEAC e ao ILA, evidenciando a necessidade de articulação interunidades para garantir a integralização curricular dos estudantes.

Quanto à transição docente, o documento informa que o curso de Hotelaria conta com número reduzido de docentes e que, em 2027, haverá oferta de disciplinas do primeiro semestre no *campus* de Rio Grande, vinculadas ao novo PPC. O planejamento prevê a ida inicial de uma docente para Rio Grande, a permanência de docentes no *campus* de Santa Vitória do Palmar para assegurar as ofertas remanescentes e a posterior transição gradual, permanecendo ao menos um docente até o término das ofertas necessárias. O documento também registra a realização de oficinas voltadas à eliminação de carga horária de atividades complementares e projetos de extensão.

O ICHI aponta situações acadêmicas que exigem acompanhamento, sem que haja necessidade de identificação nominal no relatório. Entre elas, há estudantes que apenas realizam matrícula sem

frequência efetiva, estudantes com possibilidade de evasão ou jubramento, estudantes que migraram para novo QSL, estudantes com aproveitamentos curriculares e situações que demandam acompanhamento pela PRAE. O documento também registra que já foi realizado levantamento de equivalências entre o QSL extinto e o novo QSL para estudantes antigos.

No campo das necessidades excepcionais, o ICHI informa que, durante a transição, vêm sendo ofertadas disciplinas de semestres pares e ímpares com o objetivo de eliminar pendências curriculares. A oferta em contraturno pode ser considerada quando houver disponibilidade dos estudantes, embora o documento registre limitações decorrentes de trabalho, residência em outro município e concentração das possibilidades de frequência no turno da noite.

Quanto aos riscos, o planejamento destaca a necessidade de atenção a estudantes que não comparecem para ajuste de matrícula ou que desconhecem pendências decorrentes de migração curricular. Também aponta maior risco de reprovação em componentes vinculados ao ICEAC, em razão de dificuldades associadas a fundamentos matemáticos. O documento ressalta a necessidade de preservar a infraestrutura acadêmica do curso, especialmente Laboratórios de Alimentos e Bebidas, Laboratório de Hospedagem, Laboratório de Informática, Biblioteca Setorial e espaços compartilhados com Turismo, como o Laboratório de Planejamento e Pesquisa em Eventos – LAPPE e o Laboratório de Pesquisa em Turismo – LATUR.

8.3.2. Bacharelado em Turismo

No caso do Bacharelado em Turismo, o ICHI apresentou relação individualizada de estudantes matriculados, com indicação de QSL, ingresso, previsão de conclusão, prazo máximo de integralização e observações acadêmicas. Essas informações devem permanecer restritas aos documentos administrativos próprios e não devem ser reproduzidas nominalmente neste relatório.

O planejamento do curso de Turismo informa componentes já integralmente cumpridos, como Fundamentos da Administração, Metodologia da Pesquisa I, Produção Textual, História do Turismo e Desafios Sociais Brasileiros, Ciências Sociais e Hospitalidade, Meios de Hospedagem, Fundamentos Teóricos do Turismo, Sociedade, Educação e Relações Étnico-raciais na Fronteira do Extremo Sul do RS e Planejamento em Turismo I.

Também foram indicados os componentes curriculares ainda necessários à integralização dos estudantes remanescentes. O planejamento prevê ofertas concentradas principalmente entre 2026/2 e 2028/2, incluindo Oficinas de Roteirização Turística, Interpretação do Patrimônio, Turismo e Ambientes Naturais, Planejamento em Turismo II, Ciências Sociais e Hospitalidade: Brasil, Territórios Turísticos, Viagem e Alteridade, Espanhol para Hospitalidades, Gestão Financeira, Políticas Públicas e Legislação no Turismo, Turismo e Eventos, Turismo e Práticas de Consumo, Turismo e Patrimônios, Metodologia da Pesquisa II, Transportes e Agências de Viagens, Turismo, Lazer e Cidadania, Comunicação, Turismo e Produção de Sentido, Gestão de Pessoas, Princípios de Marketing de Serviços e Gestão de Alimentos e Bebidas.

Os componentes de final de curso exigem atenção específica. O planejamento indica necessidade de manutenção das ofertas de Trabalho de Conclusão de Curso I, Trabalho de Conclusão de Curso II e Estágio Supervisionado em Turismo durante o período de transição. A última oferta de TCC II está prevista para 2029/1, enquanto Estágio Supervisionado e TCC I aparecem com ofertas até 2028/2.

Quanto à transição docente, o documento do ICHI informa que parte da equipe docente vinculada ao Turismo terá transição associada à implantação ou reorganização do curso no *campus* de Rio

Grande. Há indicação de coordenação e coordenação adjunta para o curso no *campus* de Rio Grande, além da necessidade de definição de critérios de escalonamento para a transição dos demais docentes da área. O documento também registra a permanência de docente no *campus* de Santa Vitória do Palmar, com envolvimento nas atividades do curso condicionado às atribuições administrativas que vier a assumir.

O planejamento identifica riscos acadêmicos relevantes. Há estudantes com diferentes previsões de jubramento, estudantes retidos em diferentes períodos, estudantes que demandam atendimento especializado e situações que dependem do percurso individual, como reprovação por nota ou frequência, ausência de matrícula ou abandono. O documento também destaca a disciplina Gestão Financeira, vinculada ao ICEAC, como componente com histórico recorrente de retenção, recomendando atenção especial e eventual oferta de turmas extras para evitar atraso na conclusão.

Em relação à infraestrutura, o ICHI aponta a necessidade de manutenção do acesso ao Laboratório de Pesquisa em Turismo – LATUR, aos Laboratórios de Alimentos e Bebidas, ao Laboratório de Hospedagem, ao Laboratório de Planejamento e Pesquisa em Eventos – LAPPE, ao Laboratório de Informática e à Biblioteca Setorial. Também registra a importância de preservar infraestrutura física, tecnológica e bibliográfica para atividades de ensino, pesquisa, extensão, estágio e apoio acadêmico.

O documento destaca, ainda, a necessidade de manutenção das atividades do Programa de Educação Tutorial – PET Turismo até 2028/2, considerando sua relevância para a formação acadêmica dos estudantes por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, com posterior realocação no *campus* de Rio Grande a partir de 2029/1.

8.3.3. Curso Superior de Tecnologia em Eventos

O Curso Superior de Tecnologia em Eventos integra o conjunto de cursos presenciais em descontinuidade progressiva no *campus* de Santa Vitória do Palmar e deverá ser encaminhado para extinção, sem previsão de criação, transferência ou reorganização de oferta equivalente no *campus* de Rio Grande ou em outro *campus* da FURG.

A extinção do curso não afasta a responsabilidade institucional da Universidade com os estudantes regularmente matriculados. Ao contrário, exige planejamento acadêmico específico para assegurar a integralização curricular dos estudantes remanescentes, com definição dos componentes curriculares pendentes, últimas ofertas necessárias, atividades práticas, componentes de extensão, eventuais estágios ou atividades finais, necessidades de infraestrutura, situações acadêmicas de risco e planejamento da atuação docente.

No conjunto de documentos encaminhados para subsidiar este capítulo, a manifestação do ICHI detalha planos específicos para Hotelaria e Turismo, não havendo, no material examinado, quadro equivalente específico para Tecnologia em Eventos com a relação consolidada de componentes pendentes, últimas ofertas, estudantes remanescentes, situação acadêmica agregada, necessidades excepcionais e riscos próprios do curso.

Diante disso, recomenda-se que o ICHI complemente formalmente as informações relativas ao Curso Superior de Tecnologia em Eventos, nos mesmos termos solicitados pelo Ofício nº 66/2026/PROGRAD/FURG. Essa complementação não se destina à reorganização da oferta do curso, mas ao acompanhamento acadêmico de sua extinção e à garantia de conclusão dos estudantes regularmente matriculados.

A diretriz institucional para o Curso Superior de Tecnologia em Eventos é, portanto, a extinção da oferta, acompanhada da garantia de integralização curricular dos estudantes remanescentes, com acompanhamento acadêmico específico pela coordenação de curso, pelo ICHI e pela PROGRAD, preservados os dados pessoais e acadêmicos individualizados.

8.4. Plano de transição da Faculdade de Direito – FADIR: Bacharelado em Relações Internacionais

A Faculdade de Direito – FADIR encaminhou planejamento relativo ao Bacharelado em Relações Internacionais, em atenção ao Ofício nº 66/2026/PROGRAD/FURG. O documento apresenta componentes curriculares já cumpridos, componentes ainda necessários, previsões de última oferta, planejamento de transição docente, situação acadêmica dos estudantes, necessidades excepcionais e riscos para conclusão.

No levantamento de componentes já integralmente cumpridos, a FADIR indica Espanhol para Fins Específicos I, Introdução à Economia, Metodologia Aplicada às Relações Internacionais, História das Relações Internacionais I e História das Relações Internacionais II. O documento observa, contudo, que alguns desses componentes ainda possuíam estudantes matriculados em 2026/1, de modo que sua não oferta dependeria da aprovação dos estudantes então matriculados.

Quanto aos componentes ainda necessários, o planejamento da FADIR organiza as ofertas por semestre do QSL, envolvendo componentes sob responsabilidade da própria FADIR e componentes vinculados ao ILA, ao ICEAC e ao ICHI. As ofertas remanescentes concentram-se entre 2026/2 e 2028/2, com destaque para componentes de língua estrangeira, economia, ciência política, direito internacional, política externa, integração regional, organizações internacionais, América Latina, projeto de TCC e pesquisa em Relações Internacionais.

O documento indica que Pesquisa em Relações Internacionais I e Pesquisa em Relações Internacionais II se relacionam à elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso e não possuem horário e ensalamento fixos, o que reduz o impacto desses componentes sobre eventual remoção de docentes. A última oferta indicada para Pesquisa em Relações Internacionais II é 2028/2.

Em relação à transição docente, a FADIR informa que as disciplinas ofertadas pela Unidade no curso possuem caráter interdisciplinar e que a equipe lotada no *campus* de Santa Vitória do Palmar é formada por docentes com formações diversas. O critério apresentado para a transição, após eventual aprovação do curso de Relações Internacionais no *campus* de Rio Grande pelo COEPEA, prevê inicialmente a remoção do(a) coordenador(a) pro tempore e do(a) coordenador(a)-adjunto(a) pro tempore indicados pela Direção da Unidade Acadêmica, seguida da remoção do restante do corpo docente a partir do critério temporal decrescente, considerando o número de anos de lotação no *campus* de Santa Vitória do Palmar.

A FADIR optou por não vincular, neste momento, nome de docente a cada componente curricular remanescente, indicando, em vez disso, perfis docentes e demandas por semestre. Essa opção confere flexibilidade à Unidade, considerando a variação regular de docentes nas disciplinas e a possibilidade de que parte das disciplinas do curso de Relações Internacionais no *campus* de Rio Grande venha a ser ofertada por docentes já lotados naquele *campus*.

O planejamento por semestre indica demandas interunidades. Em 2026/2, a previsão envolve docentes do ILA, ICEAC, ICHI e toda a equipe FADIR lotada em Santa Vitória do Palmar. Em 2027/1 e 2027/2, a demanda diminui gradualmente, permanecendo a necessidade de articulação com ILA, ICEAC e ICHI, além de manutenção de docentes da FADIR. Em 2028/1, propõe-se a manutenção de

ao menos três docentes, sendo dois da área de Relações Internacionais e um bacharel em Direito. Em 2028/2, propõe-se a manutenção de dois docentes, um da área de Relações Internacionais e um bacharel em Direito, responsáveis por eventuais ofertas remanescentes. O documento registra, ainda, que eventualmente poderá ser necessária a manutenção de até dois docentes em 2029, a depender da demanda residual.

Quanto à situação acadêmica dos estudantes, a FADIR informa a existência de estudantes distribuídos em dois QSLs, bem como estudantes em risco de jubramento. Não se reproduzem neste relatório os nomes ou matrículas constantes no documento da Unidade. O planejamento registra que parte desses estudantes possui poucas disciplinas pendentes, especialmente componentes vinculados à pesquisa em Relações Internacionais e, em alguns casos, componentes de economia e direito. O documento também estima que, em 2026/2, poderá ocorrer a formatura de número expressivo de estudantes, reduzindo o contingente de estudantes remanescentes em 2027.

No campo das necessidades excepcionais, a FADIR informa que a coordenação do curso monitorará individualmente o desempenho acadêmico dos estudantes, a fim de identificar reprovações que possam comprometer o planejamento de extinção. Quanto aos riscos, a Unidade não aponta histórico recorrente de reprovação em componentes sob sua responsabilidade, mas ressalta a necessidade de manter docentes da FADIR no *campus* de Santa Vitória do Palmar enquanto houver demanda de oferta. Em relação a componentes ofertados por outras Unidades, o documento estima demandas até 2027/2 para ILA, ICHI e ICEAC, a depender da aprovação dos estudantes.

A FADIR também informa que, para a oferta dos componentes necessários à conclusão do curso, não há necessidade de infraestrutura específica, não havendo previsão de afastamentos docentes por licença, qualificação ou aposentadoria no momento da manifestação.

8.5. Plano de transição do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – ICEAC: Bacharelado em Comércio Exterior

O Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis – ICEAC encaminhou o Memorando nº 110/2026/ICEAC/FURG, de 12 de junho de 2026, em resposta ao Ofício nº 66/2026/PROGRAD/FURG, apresentando o planejamento de transição do Bacharelado em Comércio Exterior.

O documento apresenta tabela de componentes curriculares ainda necessários à integralização curricular dos estudantes remanescentes, com indicação de semestre ou ano de oferta previsto, número estimado de estudantes, docente ou unidade responsável e última oferta necessária. As ofertas remanescentes concentram-se entre 2026/2 e 2029/2, envolvendo componentes do ICEAC, da FADIR e do ILA.

Entre os componentes com última oferta prevista em 2026/2 estão Introdução à Economia, Introdução ao Comércio Exterior, Fundamentos de Análise Econômica, Gestão Financeira, Direito Internacional Público, Inglês Instrumental: Leitura e Escrita, Compreensão e Expressão Oral em Língua Inglesa, Organizações e Regimes Internacionais e Logística Internacional. Outros componentes possuem previsão de repetição ou oferta em anos posteriores, como Teoria Econômica, Economia Matemática, Sistemática de Comércio Exterior, Métodos de Análise Econômica, Macroeconomia, Economia Internacional, Econometria, Finanças Internacionais, Economia Brasileira, Metodologia da Pesquisa em Comércio Exterior, Seminários de Extensão, TCC I e TCC II.

O horizonte mais longo indicado pelo ICEAC é 2029/2, especialmente em razão de TCC II, com ofertas previstas em 2026/2, 2027/2, 2028/2 e 2029/2. Também aparecem com última oferta em 2029/1 componentes como Econometria I, Finanças Internacionais, TCC I e Seminários de Extensão em Comércio Exterior III.

No planejamento da transição docente, o ICEAC informa que a ordem de transição dos docentes da área de Economia vinculados ao curso de Comércio Exterior seguirá critérios de pontuação definidos pela direção do Instituto e pela coordenação do curso, aprovados pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE. O documento estabelece que a transição obedecerá à ordem de prioridade definida em tabela própria e somente será concluída quando finalizada a última oferta das disciplinas do curso no *campus* de Santa Vitória do Palmar.

O ICEAC também registra que a transição dos docentes da área de Administração respeitará a necessidade de conclusão da oferta de disciplinas lotadas no Instituto para os demais cursos do *campus* de Santa Vitória do Palmar. Além disso, informa que os docentes inicialmente removidos para o *campus* de Rio Grande serão responsáveis pelo conjunto de disciplinas necessárias à oferta plena do curso naquele *campus*, bem como pelas atividades relacionadas à sua coordenação.

O plano do ICEAC exige acompanhamento especial por envolver horizonte de transição até 2029/2, componentes com possibilidade de reprovação ou necessidade de repetição de oferta, dependência de componentes vinculados a outras Unidades e manutenção de docentes em Santa Vitória do Palmar até a conclusão das ofertas remanescentes.

Tabela 11 – Síntese dos planos de transição encaminhados pelas Unidades Acadêmicas.

Curso	Unidade Acadêmica	Situação do plano encaminhado	Horizonte indicado	Pontos de atenção
Bacharelado em Hotelaria	ICHI	Plano encaminhado com componentes cumpridos, componentes em andamento, componentes pendentes, transição docente, situação acadêmica, necessidades excepcionais, riscos e infraestrutura.	Até 2028/2.	Número reduzido de docentes; necessidade de garantir TCCs, estágio, optativas e componentes ICHI/ILA/ICEAC; acompanhamento de estudantes com risco de evasão ou jubramento; manutenção de laboratórios e biblioteca.
Bacharelado em Turismo	ICHI	Plano encaminhado com relação de estudantes, componentes cumpridos, componentes pendentes, transição docente, riscos, infraestrutura e manutenção do PET Turismo.	Até 2029/1 para TCC II; PET Turismo até 2028/2, com posterior realocação em 2029/1.	Manutenção de TCC I, TCC II e estágio; atenção à disciplina Gestão Financeira; articulação com ILA e ICEAC; manutenção de LATUR, LAPPE, laboratórios compartilhados e biblioteca.
Tecnologia em Eventos	ICHI	Curso em extinção, sem previsão de abertura equivalente em outro <i>campus</i> . Não foi	A complementar, apenas para fins de garantia de integralização dos	Necessidade de formalizar componentes remanescentes, últimas ofertas, situação

		identificado, no conjunto documental examinado, plano específico equivalente aos de Hotelaria e Turismo.	estudantes remanescentes.	acadêmica agregada, infraestrutura, atividades práticas, extensão e planejamento docente, preservando dados individualizados dos estudantes.
Bacharelado em Relações Internacionais	FADIR	Plano encaminhado com componentes cumpridos, componentes pendentes, planejamento semestral de ofertas, transição docente, situação acadêmica, riscos e demandas interunidades.	Até 2028/2, com possibilidade residual de manutenção de docentes em 2029 conforme demanda.	Dependência de FADIR, ILA, ICEAC e ICHI; Pesquisa em Relações Internacionais I e II vinculadas ao TCC; critérios de transição docente condicionados à aprovação de curso no <i>campus</i> Carreiros.
Bacharelado em Comércio Exterior	ICEAC	Plano encaminhado com componentes pendentes, últimas ofertas, número estimado de estudantes e planejamento de transição docente.	Até 2029/2.	Componentes com repetição de oferta; TCC I, TCC II e Seminários de Extensão; dependências com FADIR e ILA; transição docente condicionada à conclusão das últimas ofertas em Santa Vitória do Palmar.

Fonte: elaboração institucional a partir do Ofício nº 66/2026/PROGRAD/FURG e dos documentos encaminhados por ICHI, FADIR e ICEAC.

8.6. Dependências interunidades e acompanhamento semestral

Os planos encaminhados demonstram que a transição dos cursos não poderá ser executada isoladamente por cada Unidade Acadêmica. A conclusão dos estudantes remanescentes depende de articulação entre ICHI, FADIR, ICEAC e ILA, além da atuação da PROGRAD no acompanhamento acadêmico e da PRAE nos casos de permanência estudantil, vulnerabilidade, acessibilidade ou apoio psicossocial.

As dependências interunidades são particularmente relevantes nos cursos de Relações Internacionais e Comércio Exterior, nos quais há componentes vinculados à FADIR, ICEAC, ICHI e ILA. Também são relevantes em Turismo e Hotelaria, especialmente em componentes ofertados pelo ILA e pelo ICEAC e no uso compartilhado de laboratórios, biblioteca e espaços acadêmicos.

O acompanhamento semestral deverá verificar, ao menos:

- componentes curriculares efetivamente ofertados;
- componentes com reprovação ou necessidade de nova oferta;
- estudantes em risco de evasão, retenção ou desligamento;
- necessidades de atendimento acadêmico individualizado;
- demandas de assistência estudantil;

- f) disponibilidade docente por Unidade Acadêmica;
- g) conflitos de horário ou choque entre componentes;
- h) manutenção de infraestrutura acadêmica e laboratorial;
- i) necessidade de ofertas especiais, condensadas ou extraordinárias;
- j) adequação dos cronogramas de última oferta.

A atualização semestral dos planos deverá preservar a confidencialidade de dados pessoais dos estudantes, utilizando dados agregados nos relatórios de acompanhamento e mantendo informações individualizadas apenas nos registros acadêmicos e administrativos próprios.

8.7. Relação entre transição acadêmica, *campus* de Rio Grande e novas formas de oferta

Os planos de transição analisados indicam a possibilidade de reorganização de cursos no *campus* de Rio Grande, especialmente nos casos de Relações Internacionais, Comércio Exterior, Turismo e Hotelaria, observadas as decisões das Unidades Acadêmicas e das instâncias competentes da FURG.

A eventual abertura ou reorganização de cursos no *campus* de Rio Grande não deve ser compreendida como transferência automática dos cursos atualmente ofertados em Santa Vitória do Palmar. Trata-se de processo acadêmico próprio, sujeito a análise de viabilidade, aprovação de PPC, definição de vagas, corpo docente, infraestrutura, tramitação nas Unidades Acadêmicas, análise pela PROGRAD e deliberação nas instâncias superiores competentes.

Também deve ser preservada a possibilidade de novas formas de oferta de graduação vinculadas à reconfiguração institucional do *campus* de Santa Vitória do Palmar. Entre elas, incluem-se cursos presenciais de graduação de oferta única, ofertas especiais, cursos vinculados à Universidade Aberta do Brasil – UAB, ofertas mediadas por tecnologias e outras modalidades academicamente aprovadas. Essas possibilidades, contudo, não substituem nem reduzem a responsabilidade institucional de assegurar a conclusão dos estudantes remanescentes dos cursos presenciais em descontinuidade progressiva.

8.8. Proteção de dados acadêmicos individualizados

Os documentos encaminhados pelas Unidades Acadêmicas contêm, em alguns casos, informações individualizadas sobre estudantes, incluindo nomes, matrículas, QSL, ano de ingresso, previsão de conclusão, prazo máximo de integralização, risco de jubramento, reprovações, hipóteses de evasão, situações de atendimento especializado, vulnerabilidade e demais observações acadêmicas.

Essas informações são necessárias ao acompanhamento acadêmico interno, mas não devem constar no corpo público do relatório. Em atenção à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD e ao princípio da minimização de dados, este relatório deve utilizar apenas informações agregadas, sem identificação nominal dos estudantes.

A guarda, o acesso e o tratamento dos dados individualizados deverão permanecer restritos às coordenações de curso, Unidades Acadêmicas, PROGRAD, PRAE e demais instâncias institucionais que tenham atribuição direta no acompanhamento acadêmico e na garantia de integralização curricular.

9. PROPOSTA DE RECONFIGURAÇÃO DO *CAMPUS*: Centro Integrado da Fronteira Sul

9.1. Natureza e finalidade do Centro Integrado da Fronteira Sul

A reconfiguração do campus de Santa Vitória do Palmar tem como eixo estruturante a criação do Centro Integrado da Fronteira Sul. A proposta não deve ser compreendida como mera alteração nominal, mas como nova concepção institucional para a presença da FURG no território.

Para os fins deste relatório, entende-se por suspensão de novas entradas a interrupção do ingresso em determinado curso, preservada a oferta aos estudantes matriculados; por descontinuidade progressiva, o encerramento gradual da oferta presencial no campus de Santa Vitória do Palmar, acompanhado da garantia de integralização curricular; e por extinção, o encerramento definitivo do curso, com a consequente baixa nos registros institucionais e no e-MEC.

O Centro Integrado da Fronteira Sul deverá funcionar como espaço universitário de fronteira, articulando ensino, formação continuada, Universidade Aberta do Brasil, cursos presenciais de graduação de oferta única, ofertas mediadas por tecnologias, extensão, cultura, pesquisa aplicada, inovação, cooperação transfronteiriça, educação básica, desenvolvimento territorial e uso qualificado da infraestrutura pública existente.

Sua finalidade é preservar a presença da FURG em Santa Vitória do Palmar, ampliar sua atuação junto à região de fronteira e permitir que o *campus* deixe de depender quase exclusivamente da abertura anual de turmas presenciais de graduação com baixa ocupação. A nova configuração deverá atender públicos diversos, em diferentes formatos, níveis e temporalidades.

9.2. Universidade Aberta do Brasil, cursos presenciais de graduação de oferta única e ofertas mediadas por tecnologias

O fortalecimento da Universidade Aberta do Brasil deverá constituir um dos eixos centrais do Centro Integrado da Fronteira Sul. A incorporação de cursos de graduação, especialização, formação continuada e outras ofertas mediadas por tecnologias permite ampliar o acesso ao ensino superior público sem abandonar o espaço físico do *campus*.

A Universidade Aberta do Brasil não deve ser apresentada como substituição simplificada dos cursos presenciais em descontinuidade. Seu papel é mais amplo: recompor a presença universitária da FURG no território por meio de ofertas mais aderentes à escala demográfica, às demandas regionais e às possibilidades de acompanhamento local.

Além da UAB, o Centro Integrado da Fronteira Sul poderá receber cursos presenciais de graduação de oferta única, ofertas especiais ou outras formas de graduação aprovadas institucionalmente. Essas ofertas podem atender demandas específicas do território, sem exigir abertura regular e permanente de turmas anuais, desde que observadas as condições acadêmicas, pedagógicas, administrativas e normativas necessárias. Entende-se por oferta única a abertura de uma turma em ciclo único, sem ingresso anual regular, com número de vagas e período determinados, encerrando-se a oferta após a integralização dessa turma.

A possibilidade de oferta única de curso de graduação presencial decorre da autonomia universitária assegurada pelo art. 207 da Constituição Federal e disciplinada pelo art. 53 da Lei nº 9.394/1996, que atribui às universidades competência para criar, organizar, modificar e extinguir cursos, fixar o número de vagas conforme a capacidade institucional e as exigências do meio e definir, por meio de seus colegiados, a programação acadêmica dos cursos. Embora a legislação não estabeleça

expressamente uma categoria denominada “oferta única”, essas prerrogativas permitem que a Universidade, mediante decisão fundamentada de seus órgãos colegiados, estabeleça a realização de um único processo de ingresso para a formação de uma turma, especialmente quando a demanda regional não justificar a oferta periódica. No caso das instituições federais de ensino superior, os arts. 14 e 40 do Decreto nº 9.235/2017 dispensam ato autorizativo prévio do Ministério da Educação e admitem a criação do curso por ato próprio, sem prejuízo da comunicação à SERES/MEC e dos procedimentos posteriores de avaliação e reconhecimento. Neste caso, a oferta única deverá estar expressamente prevista no ato de criação e no Projeto Pedagógico do Curso, com indicação do número de vagas, do período de ingresso e da obrigação institucional de assegurar as condições necessárias à integralização curricular de todos os estudantes matriculados. O campus deverá funcionar como espaço de apoio presencial qualificado, com salas, biblioteca, conectividade, laboratórios quando necessários, orientação acadêmica, tutoria, encontros presenciais, apoio tecnológico e vínculo institucional com a Universidade.

9.3. Formação continuada e capacitação

A formação continuada deverá constituir eixo permanente da nova configuração do *campus*. O território apresenta demandas de qualificação de professores, agentes públicos, trabalhadores, gestores, profissionais da cultura, turismo, hospitalidade, serviços, educação, meio ambiente e políticas públicas.

As ações poderão assumir diferentes formatos: cursos de curta e média duração, oficinas, seminários, certificações, jornadas formativas, programas de atualização profissional, capacitações voltadas a órgãos públicos e ações articuladas com escolas e redes municipais.

A carteira inicial de formações deverá ser construída a partir de diagnóstico territorial, escuta de demandas e articulação entre pró-reitorias, Unidades Acadêmicas, municípios, escolas, órgãos públicos e organizações sociais. A formação continuada deve ser compreendida como uma forma de presença universitária efetiva, especialmente em territórios onde a demanda por educação superior nem sempre se expressa como ingresso anual em cursos presenciais longos.

9.4. Extensão, cultura e relação territorial

A extensão e a cultura deverão ser dimensões estruturantes do Centro Integrado da Fronteira Sul. A nova configuração do *campus* deve fortalecer a relação da FURG com Santa Vitória do Palmar, Chuí e a região de fronteira, por meio de projetos, programas, cursos, oficinas, eventos, ações culturais, atividades em escolas, fóruns, assessorias e iniciativas comunitárias.

As ações extensionistas poderão envolver educação básica, direitos sociais, memória, patrimônio, cultura, turismo de base local, meio ambiente, fronteira, integração regional, economia solidária, trabalho, juventudes, população idosa, comunidades rurais, mobilidade transfronteiriça e desenvolvimento sustentável.

A cultura deverá contribuir para manter o *campus* vivo e reconhecido como espaço público universitário. Eventos culturais, mostras, debates, atividades artísticas, formação cultural e intercâmbio Brasil–Uruguai podem reforçar a presença da FURG e ampliar o uso social da infraestrutura.

9.5. Pesquisa aplicada, observatórios e produção de conhecimento

O Centro Integrado da Fronteira Sul deverá funcionar como plataforma de produção e difusão de conhecimento sobre o território. A região apresenta temas de alta relevância para pesquisa aplicada: ecossistemas costeiros e lagunares, fronteira Brasil–Uruguai, Lagoa Mirim, Lagoa Mangueira, Estação Ecológica do Taim, turismo, hospitalidade, comércio, relações internacionais, educação básica, cultura, patrimônio, políticas públicas, energia, mobilidade, meio ambiente e sustentabilidade.

A FURG poderá articular grupos de pesquisa, programas de pós-graduação, projetos de iniciação científica e tecnológica, observatórios territoriais, diagnósticos, boletins, notas técnicas, relatórios de conjuntura e materiais de divulgação científica.

A pesquisa deverá estar integrada aos demais eixos do *campus*, especialmente extensão, cultura, formação continuada, educação básica, políticas públicas, inovação e cooperação territorial.

9.6. Inovação, tecnologia e cooperação territorial

A inovação deverá ser compreendida em sentido amplo, incluindo inovação social, pedagógica, institucional, cultural, territorial e tecnológica. O Centro Integrado da Fronteira Sul poderá apoiar soluções para problemas públicos locais, metodologias de formação, produção e análise de dados, apoio a gestores, desenvolvimento de projetos em cooperação e articulação entre conhecimento acadêmico e demandas territoriais.

As ações de inovação deverão ser articuladas à PROITI e aos ambientes de inovação da FURG, especialmente quando envolverem tecnologia da informação, transferência de tecnologia, propriedade intelectual, empreendedorismo, tecnociência solidária, ciência de dados, robótica, automação ou interação com o setor produtivo.

A cooperação territorial deverá envolver Santa Vitória do Palmar, Chuí, municípios da região, órgãos públicos, escolas, instituições uruguaias, organizações sociais, agentes culturais e setores produtivos.

9.7. Pós-graduação, especializações e ofertas futuras

A implantação de ofertas de pós-graduação lato sensu, cursos de aperfeiçoamento e, no médio prazo, propostas em rede poderá constituir etapa de consolidação do Centro Integrado da Fronteira Sul.

A prioridade inicial deverá ser a implantação gradual das ações mais viáveis: Universidade Aberta do Brasil, cursos presenciais de graduação de oferta única quando cabíveis, formação continuada, extensão, cultura, pesquisa aplicada, inovação e uso qualificado dos espaços. A pós-graduação deverá ser construída a partir dessa base, considerando demanda regional, capacidade docente, aderência aos programas existentes, viabilidade tecnológica e sustentabilidade institucional.

Especializações voltadas à educação, gestão pública, educação inclusiva, tecnologias educacionais, meio ambiente, fronteira, turismo regional e políticas públicas poderão ser avaliadas conforme as possibilidades acadêmicas da FURG e os editais disponíveis.

9.8. Uso acadêmico, social e institucional dos espaços

A infraestrutura existente deverá ser tratada como ativo público estratégico. A redução progressiva da oferta presencial de graduação não deve gerar ociosidade do *campus*. Ao contrário, deve ser acompanhada de uma política de ocupação qualificada dos espaços.

As instalações poderão receber atividades de ensino, formação continuada, Universidade Aberta do Brasil, cursos presenciais de graduação de oferta única, extensão, cultura, pesquisa, inovação, encontros com escolas, atividades comunitárias, reuniões institucionais, oficinas, seminários, eventos públicos e cooperação transfronteiriça.

A abertura dos espaços à comunidade deverá ocorrer de forma planejada, com critérios de uso, responsabilidades, segurança, manutenção, preservação patrimonial e coerência com a finalidade universitária. O objetivo é ampliar o retorno social da infraestrutura existente, evitando tanto subutilização quanto uso desordenado.

Tabela 12 – Eixos de atuação do Centro Integrado da Fronteira Sul.

Eixo	Finalidade	Ações possíveis
Universidade Aberta do Brasil e ofertas mediadas por tecnologias	Ampliar o acesso à formação superior e continuada com apoio presencial qualificado.	Graduações, especializações, encontros presenciais, tutoria, orientação acadêmica e apoio tecnológico.
Cursos presenciais de graduação de oferta única e ofertas especiais	Atender demandas formativas específicas sem depender de abertura anual permanente de turmas.	Cursos de oferta única, ofertas especiais, ações de graduação em regime específico e propostas aprovadas pelas instâncias competentes.
Formação continuada	Atender trabalhadores, professores, agentes públicos, gestores e comunidades.	Cursos, oficinas, certificações, capacitações e jornadas formativas.
Extensão e cultura	Fortalecer a presença pública da FURG no território.	Projetos, eventos, ações culturais, atividades comunitárias, fóruns e programas territoriais.
Pesquisa aplicada e observatórios	Produzir conhecimento sobre a Fronteira Sul e subsidiar políticas públicas.	Diagnósticos, boletins, notas técnicas, relatórios, iniciação científica e projetos territoriais.
Inovação e tecnologia	Articular soluções para demandas sociais, institucionais e produtivas.	Inovação social, extensão tecnológica, ciência de dados, transferência de tecnologia e cooperação com ambientes de inovação.
Pós-graduação e especializações	Consolidar formação avançada vinculada às demandas territoriais.	Especializações, aperfeiçoamentos, cursos em rede e ações de formação avançada.
Uso qualificado dos espaços	Preservar o patrimônio público e evitar ociosidade.	Agenda anual de atividades, uso de salas, biblioteca, laboratórios e espaços multiuso.

Fonte: elaboração institucional a partir da proposta de reconfiguração do *campus* de Santa Vitória do Palmar como Centro Integrado da Fronteira Sul.

10. CONDIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO: SERVIDORES, INFRAESTRUTURA, TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE

10.1. Servidores e força de trabalho

A transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar deverá considerar a situação dos servidores docentes, técnico-administrativos em educação e técnicos de laboratório lotados ou em atuação no *campus*.

A premissa de manutenção dos servidores que desejarem permanecer no *campus* de Santa Vitória do Palmar exige planejamento específico. A permanência deverá ser compatibilizada com a transição dos cursos, as eventuais novas ofertas no *campus* de Rio Grande, os cursos presenciais de graduação de oferta única, as atividades vinculadas ao Centro Integrado da Fronteira Sul e as necessidades institucionais da FURG.

Recomenda-se a elaboração de levantamento funcional, contemplando servidores, unidade de lotação, atribuições atuais, atividades em transição, possibilidade de permanência, necessidade de remoção, atuação híbrida, novas atribuições e demandas de formação.

10.2. Infraestrutura física e preservação do patrimônio público

A infraestrutura física do *campus* deverá ser preservada e utilizada de forma qualificada. Durante a transição, salas, laboratórios, biblioteca, equipamentos e espaços de atendimento deverão permanecer disponíveis para garantir a integralização curricular dos estudantes remanescentes.

Paralelamente, a infraestrutura deverá ser reorganizada para receber ações do Centro Integrado da Fronteira Sul, como formação continuada, Universidade Aberta do Brasil, cursos presenciais de graduação de oferta única, extensão, cultura, pesquisa, inovação, eventos, atividades com escolas e ações comunitárias.

A utilização dos espaços deverá observar critérios de preservação patrimonial, segurança, manutenção, acessibilidade, finalidade acadêmica e retorno social.

10.3. Tecnologia, conectividade e ambientes digitais

A implantação da nova configuração dependerá de infraestrutura tecnológica adequada. A conectividade, os ambientes digitais, os equipamentos, os recursos audiovisuais, o suporte técnico, os sistemas de videoconferência, a segurança da informação e a acessibilidade digital serão condições essenciais para atividades híbridas, ofertas UAB, cursos presenciais de graduação de oferta única quando demandarem suporte tecnológico, formação continuada, eventos e monitoramento institucional.

Recomenda-se diagnóstico tecnológico do *campus*, com identificação das condições existentes e das adequações necessárias. Esse diagnóstico deverá orientar soluções compatíveis com a capacidade institucional e com a premissa de ausência de novos investimentos financeiros de grande porte ou acréscimo de pessoal.

10.4. Sustentabilidade administrativa e orçamentária

A transformação deverá observar os limites administrativos e orçamentários estabelecidos no processo. A ausência de previsão de novos investimentos financeiros ou acréscimo no quadro de pessoal exige planejamento realista, priorização de ações e uso racional dos recursos existentes.

A sustentabilidade institucional deverá considerar custos de funcionamento, contratos, manutenção, energia, água, limpeza, vigilância, conectividade, equipamentos, transporte, preservação patrimonial e capacidade operacional.

A avaliação da sustentabilidade não deve ser reduzida à diminuição de custos. O objetivo é ampliar a efetividade pública do *campus*, qualificando o uso da infraestrutura, diversificando públicos atendidos e consolidando a presença da FURG na Fronteira Sul.

Tabela 13 – Condições de implementação da transformação.

Dimensão	Condição necessária	Encaminhamento
Servidores	Compatibilização entre transição dos cursos, permanência, remoção, atuação híbrida, novas atribuições e novas ofertas acadêmicas.	Elaborar levantamento funcional e matriz de força de trabalho.
Infraestrutura física	Preservação dos espaços necessários à conclusão dos estudantes e reorganização para novas atividades.	Produzir diagnóstico físico e plano de uso qualificado dos espaços.
Tecnologia	Conectividade, equipamentos, ambientes digitais, suporte técnico e segurança da informação.	Realizar diagnóstico tecnológico e plano mínimo de suporte às atividades híbridas, UAB e ofertas que demandem mediação tecnológica.
Sustentabilidade administrativa	Compatibilidade entre ações propostas, custos e capacidade operacional.	Levantar custos, contratos, necessidades de manutenção e indicadores de uso.
Patrimônio público	Prevenção de ociosidade e deterioração da infraestrutura.	Criar agenda regular de atividades e critérios de uso institucional dos espaços.

Fonte: elaboração institucional a partir das condições de implementação da transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar.

11. CRONOGRAMA E ACOMPANHAMENTO INSTITUCIONAL

11.1. Cronograma preliminar 2026–2030

A transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar deverá ocorrer de forma gradual. O período de 2026 a 2030 deve ser compreendido como horizonte preliminar de transição, implementação e avaliação, considerando os prazos indicados pelas Unidades Acadêmicas para integralização dos estudantes remanescentes.

O cronograma deverá ser atualizado conforme a consolidação dos planos de transição por curso, a aprovação de eventuais novas ofertas, a implantação das ações do Centro Integrado da Fronteira Sul e a disponibilidade de infraestrutura, tecnologia e força de trabalho.

Tabela 14 – Cronograma preliminar de implementação.

Período	Prioridade	Produtos esperados
2026	Consolidação institucional da decisão e organização da transição.	Relatório finalizado; planos de transição revisados; diagnóstico de infraestrutura, tecnologia e força de trabalho; comunicação inicial aos estudantes e servidores.
2027	Execução dos planos de transição e início estruturado das ações do Centro Integrado da Fronteira Sul.	Ofertas remanescentes em andamento; ações UAB; cursos presenciais de graduação de oferta única, se aprovados; cursos de formação continuada; atividades de extensão, cultura e educação básica.
2028	Continuidade da transição e ampliação das ações territoriais.	Últimas ofertas de cursos com horizonte até 2028/2; relatório de acompanhamento; ampliação de parcerias e uso qualificado dos espaços.
2029	Conclusão de ofertas remanescentes de maior duração e consolidação do novo modelo.	Acompanhamento de cursos com horizonte até 2029/2; agenda anual consolidada do Centro Integrado da Fronteira Sul.
2030	Avaliação da transição e ajustes permanentes.	Relatório final de transição; avaliação da implantação do Centro Integrado da Fronteira Sul; recomendações de continuidade.

Fonte: elaboração institucional a partir dos horizontes de transição acadêmica e da proposta de reconfiguração do *campus*.

11.2. Indicadores de acompanhamento institucional

O acompanhamento institucional deverá ser orientado por indicadores. Esses indicadores deverão permitir verificar a proteção das trajetórias acadêmicas, a implantação das novas ações, o uso da infraestrutura, a efetividade territorial da presença da FURG e a sustentabilidade administrativa da proposta.

Tabela 15 – Indicadores de acompanhamento institucional.

Dimensão	Indicadores sugeridos	Finalidade
Transição acadêmica	Estudantes remanescentes por curso; planos de integralização; componentes pendentes; ofertas realizadas; concluintes; evasão; retenção.	Acompanhar a garantia de integralização curricular.

Permanência estudantil	Demandas de assistência estudantil; situações de vulnerabilidade; acessibilidade; apoio psicossocial; risco de evasão.	Orientar atuação da PRAE e das coordenações.
Universidade Aberta do Brasil, ofertas únicas e novas ofertas	Cursos ofertados; vagas; matrículas; permanência; evasão; conclusão; encontros presenciais; suporte local.	Avaliar recomposição da presença formativa da FURG no território.
Formação continuada	Cursos realizados; carga horária; participantes; certificados; perfil dos públicos atendidos.	Avaliar aderência às demandas territoriais.
Extensão e cultura	Projetos, eventos, oficinas, ações culturais, públicos atendidos e áreas temáticas.	Monitorar a presença pública da FURG no território.
Pesquisa e inovação	Projetos, diagnósticos, boletins, relatórios, notas técnicas, iniciativas de inovação social ou tecnológica.	Avaliar produção de conhecimento e contribuição ao desenvolvimento regional.
Infraestrutura	Uso de salas, laboratórios, biblioteca, espaços administrativos, manutenção e acessibilidade.	Prevenir ociosidade e preservar o patrimônio público.
Tecnologia	Conectividade, equipamentos, suporte técnico, ambientes digitais e segurança da informação.	Verificar condições para atividades híbridas, UAB e gestão institucional.
Comunicação	Reuniões, comunicados, página institucional, relatórios e materiais públicos.	Assegurar transparência e evitar interpretação equivocada da transformação.
Sustentabilidade	Custos, contratos, uso dos recursos existentes, parcerias e editais mobilizados.	Avaliar viabilidade administrativa da nova configuração.

Fonte: elaboração institucional a partir das diretrizes de acompanhamento da transformação.

11.3. Acompanhamento das ofertas UAB, dos cursos presenciais de graduação de oferta única e das demais novas ofertas

As novas ofertas vinculadas ao Centro Integrado da Fronteira Sul deverão ser acompanhadas de forma específica, especialmente quando envolverem cursos da Universidade Aberta do Brasil, cursos presenciais de graduação de oferta única, ofertas especiais, cursos mediados por tecnologias, formação continuada ou outras ações acadêmicas aprovadas pelas instâncias competentes.

No caso dos cursos presenciais de graduação de oferta única, o acompanhamento deverá verificar demanda, perfil do público atendido, número de vagas, matrículas efetivadas, permanência, conclusão, condições de infraestrutura, disponibilidade docente, suporte acadêmico e contribuição da oferta para a presença qualificada da FURG no território.

Esse acompanhamento é necessário para que novas ofertas não reproduzam automaticamente o modelo de entradas anuais regulares que se mostrou pouco sustentável no contexto diagnosticado, mas constituam alternativas acadêmicas planejadas, delimitadas e aderentes às demandas da Fronteira Sul.

11.4. Relatórios periódicos e prestação de contas

A transformação deverá ser acompanhada por relatórios periódicos. Durante a transição dos cursos, recomenda-se relatório semestral de acompanhamento acadêmico, com dados agregados por curso. Para a implantação do Centro Integrado da Fronteira Sul, recomenda-se relatório anual com ações realizadas, público atendido, uso dos espaços, indicadores, parcerias, riscos e medidas adotadas.

A prestação de contas deve combinar transparência e proteção de dados. Informações individualizadas de estudantes e servidores deverão permanecer em documentos internos ou de acesso restrito. A versão pública dos relatórios deverá utilizar dados agregados e linguagem acessível.

12. RISCOS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

12.1. Matriz de riscos da transição e da implantação

A transformação envolve riscos acadêmicos, institucionais, funcionais, territoriais, operacionais e comunicacionais. A identificação prévia desses riscos permite orientar medidas de mitigação e evitar que a transição produza prejuízos aos estudantes, insegurança aos servidores ou percepção pública equivocada.

Tabela 16 – Matriz de riscos e medidas de mitigação.

Risco	Descrição	Medidas de mitigação
Acadêmico	Atraso ou falha na oferta de componentes curriculares necessários à integralização.	Planos de transição por curso, cronograma de últimas ofertas, acompanhamento pela PROGRAD e comunicação aos estudantes.
Estudantil	Evasão, retenção, insegurança ou dificuldade de permanência dos estudantes remanescentes.	Acompanhamento individualizado, atuação da PRAE, reuniões por curso e orientação acadêmica contínua.
Novas ofertas acadêmicas	Cursos UAB, ofertas únicas ou demais ofertas sem demanda suficiente, suporte adequado ou viabilidade operacional.	Análise prévia de demanda, infraestrutura, docentes, público-alvo, modalidade, calendário, sustentabilidade e acompanhamento por indicadores.
Institucional	Interpretação pública da transformação como fechamento do <i>campus</i> .	Comunicação clara, divulgação da permanência da FURG no território e apresentação das ações do Centro Integrado da Fronteira Sul.
Funcional	Insegurança de servidores quanto à lotação, permanência, remoção ou novas atribuições.	Levantamento funcional, planejamento de força de trabalho, diálogo institucional e formação para novas atividades.
Territorial	Baixa adesão da comunidade local à nova proposta.	Escuta territorial, parcerias, agenda pública de ações e atividades regulares no <i>campus</i> .
Operacional	Subutilização dos espaços ou ausência de condições tecnológicas e administrativas.	Diagnóstico de infraestrutura, plano de uso dos espaços, diagnóstico tecnológico e cronograma realista de implantação.
Orçamentário	Propostas incompatíveis com recursos disponíveis.	Priorização de ações, uso de recursos existentes, busca de editais e monitoramento de custos.
Proteção de dados	Exposição de informações individualizadas de estudantes ou servidores.	Uso de dados agregados no relatório público e guarda restrita de documentos individualizados.

Fonte: elaboração institucional a partir dos riscos da transição acadêmica e da implantação da nova configuração do *campus*.

12.2. Comunicação, transparência e mitigação de riscos institucionais

A comunicação institucional deverá acompanhar todas as etapas da transformação e deixar claro que a proposta não trata de fechamento do *campus*, mas de reconfiguração de sua presença no território.

A comunicação deve contemplar estudantes, servidores, comunidade local, Unidades Acadêmicas, municípios, escolas, órgãos públicos e demais parceiros. Recomenda-se a elaboração de página institucional, perguntas frequentes, comunicados oficiais, reuniões por curso, reuniões com servidores e divulgação regular das ações realizadas no Centro Integrado da Fronteira Sul.

A transparência será fundamental para reduzir inseguranças, prevenir interpretações equivocadas e demonstrar que a transformação combina responsabilidade acadêmica, preservação da presença territorial e uso qualificado dos recursos públicos.

13. ENCAMINHAMENTOS RECOMENDADOS

Os encaminhamentos a seguir sintetizam as providências necessárias para a continuidade institucional da transformação do *campus* de Santa Vitória do Palmar.

Tabela 17 – Encaminhamentos recomendados.

Eixo	Encaminhamento	Responsáveis principais	Prazo sugerido
Diretriz institucional	Aprovar a diretriz de transformação do <i>campus</i> de Santa Vitória do Palmar em Centro Integrado da Fronteira Sul, sem caracterizar fechamento do <i>campus</i> .	Reitoria e instâncias competentes.	Imediato, após conclusão do relatório.
Transição acadêmica	Validar institucionalmente, atualizar semestralmente e complementar, quando necessário, os planos de transição dos cursos presenciais.	PROGRAD, Unidades Acadêmicas e coordenações de curso.	Curto prazo, com atualização semestral.
Estudantes remanescentes	Garantir acompanhamento acadêmico e comunicação regular aos estudantes.	Coordenações de curso, PROGRAD, PRAE e Unidades Acadêmicas.	Durante todo o período de transição.
Ofertas UAB, ofertas únicas e novas ofertas	Avaliar cursos UAB, cursos presenciais de graduação de oferta única, ofertas especiais, formação continuada e outras ações de graduação ou pós-graduação.	PROGRAD, PROPESP, PROITI, Unidades Acadêmicas e Reitoria.	Curto e médio prazo.
Formação continuada	Organizar carteira inicial de cursos e capacitações a partir de demandas territoriais.	PROEXC, PROGRAD, PROPESP, Unidades Acadêmicas e parceiros locais.	Curto prazo.
Extensão e cultura	Implantar agenda regular de ações extensionistas, culturais e comunitárias.	PROEXC, Direção do <i>campus</i> de Santa Vitória do Palmar e Unidades Acadêmicas.	Curto e médio prazo.
Pesquisa e inovação	Estimular projetos territorializados, observatórios, diagnósticos, boletins e iniciativas de inovação.	PROPESP, PROITI e Unidades Acadêmicas.	Médio prazo.
Infraestrutura	Elaborar diagnóstico físico e plano de uso qualificado dos espaços.	PROINFRA, PROPLAD, PROITI e Direção do <i>campus</i> de Santa Vitória do Palmar.	Curto prazo.
Servidores	Produzir levantamento funcional e matriz de força de trabalho.	PROGEP, Reitoria, Unidades Acadêmicas e	Curto prazo.

		Direção do <i>campus</i> de Santa Vitória do Palmar.	
Tecnologia	Diagnosticar conectividade, equipamentos, ambientes digitais e suporte técnico.	PROITI e Direção do <i>campus</i> de Santa Vitória do Palmar.	Curto prazo.
Comunicação	Criar plano de comunicação, página institucional e materiais de esclarecimento.	Reitoria, Direção do <i>campus</i> de Santa Vitória do Palmar e áreas de comunicação institucional.	Imediato e contínuo.
Monitoramento	Produzir relatórios semestrais de transição e relatórios anuais de implantação.	Áreas responsáveis pelo acompanhamento institucional.	Semestral e anual.

Fonte: elaboração institucional a partir das diretrizes e providências previstas neste relatório.

14. CONCLUSÃO

O diagnóstico apresentado neste relatório demonstra que o modelo atualmente predominante no *campus* de Santa Vitória do Palmar, centrado em cinco cursos presenciais de graduação com baixa ocupação persistente, apresenta limites objetivos de sustentabilidade acadêmica, demográfica e institucional.

Essa constatação não conduz ao fechamento do *campus*. Ao contrário, reforça a necessidade de preservar a presença da FURG em Santa Vitória do Palmar por meio de uma nova configuração institucional, mais aderente às características do território, às demandas contemporâneas da educação superior e à responsabilidade pública da Universidade.

A transformação proposta combina dois compromissos indissociáveis. O primeiro é a garantia integral de conclusão dos estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais. O segundo é a reconfiguração do *campus* como Centro Integrado da Fronteira Sul, espaço universitário de fronteira voltado à formação continuada, Universidade Aberta do Brasil, cursos presenciais de graduação de oferta única, ofertas mediadas por tecnologias, extensão, cultura, pesquisa aplicada, inovação, pós-graduação, educação básica, cooperação territorial e uso qualificado da infraestrutura existente.

A proteção dos estudantes remanescentes deverá orientar toda a transição acadêmica. Os planos por curso, as últimas ofertas, os estágios, os trabalhos de conclusão de curso, as atividades complementares, os componentes de extensão e as dependências interunidades deverão ser acompanhados até a integralização dos percursos formativos.

A nova configuração do *campus* deverá preservar servidores, infraestrutura e presença territorial, ao mesmo tempo em que amplia a capacidade da FURG de atender públicos distintos e produzir impacto social, acadêmico, cultural e institucional na Fronteira Sul.

Conclui-se que a transformação planejada do *campus* de Santa Vitória do Palmar é a alternativa institucionalmente mais adequada. Ela enfrenta a baixa ocupação das ofertas presenciais, protege estudantes, considera servidores, preserva o patrimônio público, fortalece a atuação territorial da Universidade e cria condições para uma presença universitária mais ativa, flexível, integrada e socialmente relevante.

Tabela 18 – Síntese conclusiva da proposta.

Dimensão	Síntese conclusiva
Diagnóstico	O modelo centrado em cinco cursos presenciais apresenta baixa ocupação persistente e perda de sustentabilidade.
Premissa central	A transformação trata da reconfiguração da presença da FURG no território.
Estudantes	A integralização curricular dos estudantes remanescentes deve ser garantida até a conclusão dos cursos.
Nova configuração	O Centro Integrado da Fronteira Sul deverá articular UAB, cursos presenciais de graduação de oferta única, formação continuada, extensão, cultura, pesquisa, inovação, pós-graduação e cooperação territorial.
Servidores e infraestrutura	A transformação deve considerar a permanência dos servidores, a força de trabalho disponível e o uso qualificado do patrimônio público.
Monitoramento	O acompanhamento deverá ocorrer por indicadores, relatórios periódicos e prestação de contas.

Resultado esperado	Permanência qualificada da FURG em Santa Vitória do Palmar e fortalecimento de sua atuação na Fronteira Sul.
--------------------	--

Fonte: elaboração institucional a partir do diagnóstico, das premissas e dos encaminhamentos apresentados neste relatório.